

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

**IDENTIFICAÇÃO DE RESIDÊNCIAS ECLÉTICAS DO
CENTRO HISTÓRICO DE SANTA MARIA/RS:
APONTAMENTOS PARA UM INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Carlos Fernando Guimarães Seffrin

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**IDENTIFICAÇÃO DE RESIDÊNCIAS ECLÉTICAS DO
CENTRO HISTÓRICO DE SANTA MARIA/RS:
APONTAMENTOS PARA UM INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO**

Carlos Fernando Guimarães Seffrin

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural,
Área de Concentração em Arquitetura e Patrimônio Material,
Linha de Pesquisa em Preservação e Patrimônio Material,
da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS)
como requisito parcial para obtenção do grau
de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Orientador: Prof. Caryl E. Jovanovich Lopes

Santa Maria/RS, Brasil

2012

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio
Cultural**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado**

**IDENTIFICAÇÃO DE RESIDÊNCIAS ECLÉTICAS DO
CENTRO HISTÓRICO DE SANTA MARIA/RS:
APONTAMENTOS PARA UM INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO**

elaborada por
Carlos Fernando Guimarães Seffrin

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Caryl E. Jovanovich Lopes, Dr.
(Presidente/Orientador)

Taís M. Peixoto Alves, Dr.^a (UFSM)

Giane de Campos Grigoletti, Dr.^a (UFSM)

Santa Maria, 31 de agosto de 2012

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo amor e por tantas outras razões, entre elas, por terem me oportunizado o acesso à educação, por me mostrarem a importância do estudo e por me auxiliarem na obtenção do maior bem que um ser humano pode receber (depois do afeto) – o conhecimento.

Ao professor arquiteto Caryl E. Jovanovich Lopes, por acreditar no meu trabalho, pela orientação e pela condução serena desta pesquisa.

À professora e arquiteta Leonora Romano, pelas primeiras informações sobre o Mestrado em Patrimônio Cultural da UFSM.

À professora Selma Feltrin, pelas primeiras orientações na estruturação inicial da pesquisa, quando era apenas um pré-projeto.

Ao amigo, ex-professor da graduação, engenheiro civil Marcos Alberto Oss Vaghetti pela iniciação no ambiente científico e nas pesquisas acadêmicas.

À amiga, ex-professora da graduação, arquiteta Priscila Quesada, pelas primeiras orientações sobre patrimônio histórico.

Aos meus colegas de mestrado e amigos Cristina Strohschoen, Pedro Ceccim Morales e Lucas Figueiredo Baisch, Simone Lehnhardt Vargas pelo estímulo, companheirismo, força e apoio.

À minha colega de profissão, amiga, companheira e, acima de tudo, meu amor, Cáira Flôres, pelo carinho, apoio e pela compreensão dos dias que a privei do meu convívio.

A todos aqueles que, de uma forma ou outra, colaboraram para a realização deste trabalho.

E a Deus, o grande arquiteto do Universo.

***“Há duas coisas num edifício: seu uso e sua beleza.
Seu uso pertence ao proprietário. Sua beleza, a todos.
Destruí-lo, portanto, é um abuso do direito de propriedade.”***

Victor Hugo – poeta e escritor francês

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria

IDENTIFICAÇÃO DE RESIDÊNCIAS ECLÉTICAS DO CENTRO HISTÓRICO DE SANTA MARIA/RS: APONTAMENTOS PARA UM INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO

Autor: Carlos Fernando Guimarães Seffrin

Orientador: Caryl Eduardo Jovanovich Lopes

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 31 de agosto de 2012

Este trabalho apresenta o levantamento do patrimônio arquitetônico eclético de uso residencial do Centro Histórico de Santa Maria – bens imóveis portadores de referência à identidade e à memória da sociedade local, pertencentes à paisagem urbana, que detêm importância histórica, artística, estético-estilística, simbólica, formal e/ou cultural. São analisadas algumas das principais edificações do ecletismo da zona central santa-mariense, como a Residência Mariano da Rocha, a Residência Lozza, Residência Álvares da Cunha, entre outras, além de exemplares de arquitetura mais modesta. Ecletismo entendido como um movimento arquitetônico caracterizado pela mistura de estilos do passado, diferentemente do Historicismo, que buscou resgatar e recriar a arquitetura dos tempos passados, originando estilos revivalistas (*neoclássico*, o *neogótico*, o *neorromânico*, o *neobarroco* entre outros).

A pesquisa de cunho histórico e descritiva, com abordagem qualitativa, traz um estudo da linguagem plástica e estética empregada nas fachadas das edificações identificadas. Tem, entre os objetivos, reconhecer e valorizar o patrimônio construído eclético santa-mariense, consistindo num aporte teórico e iconográfico para a realização de futuros levantamentos cadastrais, inventários e tombamentos bem como para outros estudos, registros e pesquisas.

Palavras-chave: ecletismo, bens ecléticos, arquitetura eclética, patrimônio histórico-cultural, patrimônio construído, inventário arquitetônico

ABSTRACT

Master Dissertation
Post Graduation Program Professional in Cultural Patrimony
Federal University of Santa Maria, RS State, Brazil

IDENTIFICATION OF ECLECTIC RESIDENCES IN THE HISTORICAL CENTER OF SANTA MARIA/RS: NOTES FOR AN ARCHITECTURAL INVENTORY

Author: Carlos Fernando Guimarães Seffrin
Advisor: Caryl Eduardo Jovanovich Lopes
Date and Defense Place: Santa Maria, August 31st, 2012

This study presents a survey of the eclectic architectural heritage of residential buildings in the Historic Center of Santa Maria – properties that represents identity and memory of local society, belonging to the urban landscape, endowed with historical significance, artistic, aesthetic, stylistic, symbolic formal and/or cultural. It has also been analyzed some of the main buildings of the eclecticism in the central area of Santa Maria as Mariano da Rocha Residence, Lozza Residence, Alvares da Cunha Residence, among others, as well as samples of more modest architecture. Eclecticism has been understood as a movement characterized by a mixture of architectural styles from the past, in contrast to Historicism, which sought to rescue and rebuild the architecture of yesteryear, yielding revival styles (neoclassical, gothic revival, the roman revival the baroque revival among others).

The historical and descriptive survey has a qualitative approach. It brings the study of aesthetic and plastic language used on the facades of the identified buildings. The other issue among the goals is to recognize and evaluate the eclectic buildings built in Santa Maria. These consist of a theoretic and iconographic data collection for land registry surveys, inventories and registration of historic places, as well as other records and research.

Key-words: eclecticism, eclectic goods, eclectic architecture, historic and cultural heritage, built heritage, architectural inventory

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Delimitações	19
1.2 Objetivos	20
1.3 Estrutura do trabalho	20
2 METODOLOGIA	22
2.1 Tipificação da pesquisa	22
2.2 Etapas	22
3 REVISÃO LITERÁRIA/ REFERENCIAL TEÓRICO	26
3.1 Primeiras ações preservacionistas	26
3.2 Inventário arquitetônico	27
3.3 Inventário nas recomendações patrimoniais	28
3.4 Valores/Parâmetros de preservação	30
4 EVOLUÇÃO URBANA DE SANTA MARIA	32
4.1 Santa Maria – Origem e histórico	32
4.2 Santa Maria – Desenvolvimento	37
4.3 Influência do Ecletismo em Santa Maria	38
5 O ECLETISMO ARQUITETÔNICO	40
6 IDENTIFICAÇÃO, CATALOGAÇÃO E ESTUDO DOS BENS	44
6.1 Residência Lozza - Descrição	44
6.1.1 Residência Lozza – Informações elementares	49
6.2 Residência Seroni – Descrição	50
6.2.1 Residência Seroni – Informações elementares	54
6.3 Residência Loureiro – Descrição	55
6.3.1 Residência Loureiro – Informações elementares	62
6.4 Residência Borges de Medeiros – Descrição	63
6.4.1 Residência Borges de Medeiros – Informações elementares	66
6.5 Residência Fernandez – Descrição	67
6.5.1 Residência Fernandez – Informações elementares	69
6.6 Residência Álvares da Cunha – Descrição	70
6.6.1 Residência Álvares da Cunha – Informações elementares	73
6.7 Residência Mariano da Rocha – Descrição	74
6.7.1 Residência Mariano da Rocha – Informações elementares	79

6.8 Residência Astrogildo de Azevedo – Descrição	80
6.8.1 Residência Astrogildo de Azevedo – Informações elementares	84
6.9 Residência Mallo – Descrição	85
6.9.1 Residência Mallo – Informações elementares	89
6.10 Residência Machado – Descrição	90
6.10.1 Residência Machado – Informações elementares	92
6.11 Residência Marques – Descrição	93
6.11.1 Residência Marques – Informações elementares	95
6.12 Residência Gama – Descrição	96
6.12.1 Residência Gama – Informações elementares	100
6.13 Residência Danesi – Descrição	101
6.13.1 Residência Danesi – Informações elementares	103
6.14 Residência Scharlau – Descrição	104
6.14.1 Residência Scharlau – Informações elementares	106
6.15 Residência Manoel Ribas – Descrição	107
6.15.1 Residência Manoel Ribas – Informações elementares	109
6.16 Residência na Rua Ernesto Beck, nº 1787 – Descrição	110
6.16.1 Residência na Rua Ernesto Beck, nº 1787 – Informações elementares	112
6.17 Imóvel na Rua Cel. Niederauer, nº 1613 – Descrição	113
6.17.1 Imóvel na Rua Cel. Niederauer, nº 1613 – Informações elementares	115
6.18 Imóvel na Avenida Rio Branco, nº 809 – Descrição	116
6.18.1 Imóvel na Avenida Rio Branco, nº 809 – Informações elementares	118
6.19 Imóvel na Avenida Rio Branco, nº 455 – Descrição	119
6.19.1 Imóvel na Avenida Rio Branco, nº 455 – Informações elementares	122
6.20 Imóvel na Rua Floriano Peixoto, nº 888 – Descrição	123
6.20.1 Imóvel na Rua Floriano Peixoto, nº 888 – Informações elementares	126
6.21 Imóvel na Rua José Bonifácio, nº 29 – Descrição	127
6.21.1 Imóvel na Rua José Bonifácio, nº 29 – Informações elementares	129
6.22 Imóvel na Rua Dr. Bozano, nº 991 – Descrição	130
6.22.1 Imóvel na Rua Dr. Bozano, nº 991 – Informações elementares	132
6.23 Imóvel na Rua dos Andradas, nºs 1768/1770 – Descrição	133
6.23.1 Imóvel na Rua dos Andradas, nºs 1768/1770 – Informações elementares	135
7 RESULTADOS E DISCUSSÕES	136
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	138

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142
GLOSSÁRIO	149
APÊNDICES	167
APÊNDICE A - Sobre Olympio Lozza	168
APÊNDICE B – Residências ecléticas fora da área central de Santa Maria	169
APÊNDICE B – Bens ecléticos de uso institucional de Santa Maria	170

INTRODUÇÃO

Enquanto acadêmico de Arquitetura e Urbanismo, durante estágio extracurricular na Secretaria de Planejamento Urbano (SEPLAN) - atualmente autarquia Escritório da Cidade - da Prefeitura Municipal de Santa Maria (PMSM), o autor desta dissertação se deparou com a temática do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Santa Maria nos anos de 2004 e 2005.

As reuniões relativas ao assunto, no período de elaboração do Plano Diretor Urbano Ambiental (PDDUA), provocavam polêmica e contestação. Era visível que interesses econômicos preponderavam entre a maior parte das classes representativas. A proteção ao patrimônio edificado era vista, pela maioria dos agentes econômicos, como algo que desvalorizava a propriedade imobiliária, porque inibia o processo de verticalização. Em virtude disso, a cada encontro, não se percebia evolução.

Um grande fator gerador de controvérsias foi a quantidade de imóveis elencados para tombamento em nível municipal, que superou o número de trezentos. A chegada até essa quantidade ocorreu através de quatro listagens, uma referente à SEPLAN e as demais referentes aos três cursos de Arquitetura e Urbanismo da cidade (UFSM¹, ULBRA² e UNIFRA³), alguns imóveis comuns às quatro relações. Entretanto nem todos os imóveis possuíam embasamento valorativo a ponto de serem alçados à categoria de patrimônio cultural. Não foram estabelecidos critérios mais apurados e um estudo particularizado de cada caso (Figura 01 a 04). Além do mais, existia um desentendimento dos proprietários dos bens sobre o ato de *tombamento*. Esse ato era, por vezes, confundido com *desapropriação*, causando certo temor na comunidade, de modo geral. E esse sentido de perda de posse ainda é comum fora do meio técnico. Ou, então, entendido erroneamente como um instrumento punitivo.

Diante do cenário apresentado, enquanto outras questões do Plano Diretor estavam em fase final ou concluídas, como Código de Obras, Lei de Uso e Ocupação do Solo, a problemática tocante ao Patrimônio Construído apresentava-se insolúvel. Assim, foi acordado, na época, que, para evitar maiores atrasos na

¹ Universidade Federal de Santa Maria

² Universidade Luterana do Brasil

³ Centro Universitário Franciscano

aprovação do Plano, a lei referente aos bens construídos do município seria encaminhada ao poder legislativo posteriormente, em curto período de tempo. O que acabou não acontecendo.



Figura 01 – Reportagem de jornal sobre o patrimônio histórico de Santa Maria na época de elaboração do Plano Diretor

Fonte – SILVEIRA, in: DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2005

Editor: Carlos Dominguez ☎ 3220-1867
✉ carlos.dominguez@diariosm.com.br

Quarta-feira, 20/04/2005

5

Charles Guerra/Diário



Ontem, donos de prédios e prefeitura não chegaram a acordo

Tombamento não evolui

As regras gerais para a preservação do patrimônio histórico de Santa Maria, que farão parte do projeto do novo Plano Diretor da cidade, não foram definidas ontem, como estava previsto. Na reunião entre prefeitura e donos de prédios, sugeriram algumas divergências e o assunto será avaliado de novo no encontro da próxima terça-feira.

Na semana que passou, os proprietários e a Secretaria de Planejamento chegaram a um consenso eliminando a lista de 300 prédios considerados patrimônio pelo plano. Ficou para ontem a discussão das diretrizes básicas.

O engenheiro civil Hêlvio Jobim diz que já existe a lei municipal 9.999/96, que estabelece pontos de preservação do patrimônio. Por isso, há necessidade de um estudo sobre as diretrizes básicas que serão incluídas no Plano Diretor.

– Pelo levantamento que eu fiz, as duas leis gerariam um conflito, até porque o Plano eliminaria essa lei – diz Jobim.

A definição do calendário de atividades da comissão que irá estabelecer critérios específicos para o tombamento foi adiada para terça-feira.

Figura 02 – Reportagem de jornal sobre o patrimônio histórico de Santa Maria na época de elaboração do Plano Diretor

Fonte – SILVEIRA, in: DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2005

DIÁRIO DE SANTA MARIA POL

Tombou a idéia de tombar imóveis

Prefeitura vai retirar do projeto do Plano Diretor previsão de tombamento de 300 prédios na área central da cidade

JAQUELINE SILVEIRA
jaqueline.silveira@diariosm.com.br

Uma questão que vinha tirando o sono dos donos de imóveis do centro de Santa Maria não existe mais. Ontem à tarde, a prefeitura cedeu à pressão dos proprietários e voltou atrás quanto ao tombamento de 300 prédios considerados patrimônio da cidade pelo projeto do novo Plano Diretor. Pelo projeto, esses imóveis não poderiam ter a fachada modificada sem a permissão da administração municipal.

A nova definição dos critérios (veja quadro) para o tombamento das construções será feita por uma comissão formada por 10 entidades, escolhidas durante a reunião de ontem. O grupo terá 120 dias para apresentar as regras que não estarão mais no Plano Diretor e sim numa lei complementar. No Plano, só estarão diretrizes gerais da preservação do patrimônio histórico. As diretrizes serão definidas num encontro na próxima terça-feira com os donos de prédios.

Para eliminar a lista, os donos argumentaram que não foram usados critérios específicos para a definição dos prédios.

– Para o levantamento desses prédios, não foram feitas fichas individuais de cada um – esclareceu o engenheiro civil, Hélvio Jobim, dono de um prédio que seria tombado.

Os proprietários também alegaram que o tombamento traria prejuízos. Eles acreditam que os imóveis perderiam valor de mercado e que o crescimento do setor da construção civil, um dos mais importantes da economia de Santa Maria, seria dificultado.

Responsável pela retomada da discussão do plano, o secretário de Planejamento, Vilson Serro, disse que as negociações sobre os ajustes no projeto têm sido positivas, porque a idéia é buscar o consenso.

– Hoje, conseguimos tirar um peso da cabeça dos proprietários – comentou Serro.

A prefeitura ainda ouviu críticas sobre o processo de escolha dos prédios tombados.

Donos criticaram postura da prefeitura

Alguns proprietários reclamaram que o Executivo discutiu pouco o assunto com os interessados, na época em que o Plano Diretor estava sendo elaborado. Para eles, a conversa saiu tarde, quando o projeto já estava no Legislativo. A diretora da secretaria de Planejamento, Marian Moro, rebateu as críticas, afirmando que os donos foram chamados para o debate, mas nem todos compareceram.

A preocupação com o patrimônio particular também foi alvo de críticas.

– Antes de avançar no patrimônio alheio, a prefeitura deveria dar o exemplo fazendo o dever de casa: cuidando dos espaços públicos. A Rua 24 Horas está abandonada, e o Centro, tomado por ambulantes – criticou o proprietário José Roth.

Charles Guerin/Diário



Quarenta pessoas participaram das discussões ontem

Comissão formada por diversas entidades vai definir critérios do tombamento

Figura 03 – Reportagem de jornal sobre o patrimônio histórico de Santa Maria na época de elaboração do Plano Diretor

Fonte – SILVEIRA, in: DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2005

CA

Editor: Carlos Dominguez ☎ 3220-1867
✉ carlos.dominguez@diariosm.com.br

Terça-feira, 12/05/2005 5

O PLANO DIRETOR E A LEI DO TOMBAMENTO

O que é o Plano e o que falta para virar realidade

▼ O Plano Diretor é um conjunto de projetos e programas para o planejamento e desenvolvimento da cidade. Entre muitos outros itens, trata do tombamento de prédios na área central

▼ O projeto do plano foi encaminhado à Câmara

de Vereadores no ano passado

▼ Desde o mês passado, prefeitura e entidades estão discutindo mudanças no projeto

▼ No final deste mês, as discussões terminam e os ajustes serão enviados à Câmara

A lei do tombamento

Como era

▼ Estabelecia que o "patrimônio construído" de Santa Maria seria 40 quadras da cidade com 300 prédios históricos tombados

▼ Os donos desses prédios teriam incentivos como redução do IPTU em até 80%, diminuição das taxas administrativas e possibilidade de transferência de venda do potencial de construção do imóvel

Como será

▼ A lei do tombamento não estará no Plano Diretor e sim em uma lei complementar. No plano, estarão apenas as diretrizes gerais para o tombamento, sem estabelecer número de prédios

▼ Uma comissão formada por diversas instituições da cidade definirá, até agosto, os critérios para a escolha dos prédios que serão tombados, os critérios de gerenciamento e manutenção desses locais, os incentivos que serão dados aos donos desses imóveis, a indenização que eles receberão e o tratamento que será dado à área próxima do prédio tombado

▼ Depois dessas definições, uma lei complementar apontará quais serão os prédios tombados

Com a palavra, donos de prédios e entidades

“Esse debate trouxe uma contribuição valiosa, pois primeiro é preciso identificar os critérios de tombamento. Não se pode previamente dizer quais são os prédios relevantes para o patrimônio de Santa Maria.”

Máximo Trevisan, representante do Conselho Municipal de Cultura

“Os argumentos utilizados pela prefeitura são essencialmente acadêmicos. Tombamento traria um prejuízo para os 300 donos dos imóveis que foram conservados pela família.”

José Roth, dono de um prédio que seria tombado

“Agora, vamos definir os critérios para saber quais os prédios têm motivo para ser tombados.”

Hélio Jobim, engenheiro civil e dono de imóvel que seria tombado

“O resultado da reunião foi ótimo pela retirada dos 300 imóveis tombados, o que a gente achava precipitado. A prefeitura entendeu que a reclamação dos donos de prédios estava demais e mudou.”

Carlos Farias, presidente do Sinduscon

Quem integra a comissão

▼ UFSM, Unifra, Ulbra, Sindicato da Construção Civil (Sinduscon), Sociedade de Engenharia e Arquitetura de Santa Maria (Seasm), núcleo de Santa Maria do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), prefeitura, Conselho Municipal do Patrimônio, Conselho Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Turismo, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea) e representantes dos donos dos prédios

Um socorro para acervo da Misem Prédios influenciam

O CENTRO 'TOMBADO'

Marco Diretor prevê que em algumas quadras, em uma área pontual de 40 quadras presentes de toda a prefeitura...

29/11/04

▼ O tombamento de 300 imóveis localizados no centro de Santa Maria foi levantada pelo 'Diário' ainda no ano passado. A preservação fazia parte dos pontos estabelecidas no projeto do novo Plano Diretor da cidade. Este ano, a prefeitura fez uma série de reuniões com os donos dos imóveis que estavam na lista devido à polêmica que a notícia causou

E o meu prédio, como vai ficar?

“Tombamento” projeto aprovado dentro Plano Diretor...



22/02/05

Figura 04 – Reportagem de jornal sobre o patrimônio histórico de Santa Maria na época de elaboração do Plano Diretor (continuação da reportagem da figura 03)
 Fonte – SILVEIRA, in: DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2005

Passada a aprovação do Plano, alguns imóveis foram demolidos e/ou descaracterizados, o que acontece até o momento (Figura 05 a 18). Mas tal realidade, infelizmente, não é de agora. Exemplos clássicos de desconsideração com o patrimônio em Santa Maria são os casos das demolições da edificação de Theodor Carsten, da Joalheria Pereyron, do antigo Banco Pelotense e do antigo Banco da Província (Figura 19 a 26). O desaparecimento de bens significativos no meio urbano vem ocorrendo ao longo de muitos anos.

Por tudo isso e, claro, pela importância da preservação patrimonial, surgiu o interesse pelo tema, culminando neste trabalho de catalogação de prédios da cidade.



Figura 05 – Edificação localizada na Rua do Acampamento, nº 225
Fonte - PMSM/SEPLAN, 2003



Figura 06 – Descaracterização de imóvel, retirada de portas e esquadrias, gerando perda parcial na simetria compositiva
Fonte - Arquivo do autor, 2010



Figura 07 – Edificação localizada na Av. Presidente Vargas, nº 2081
Fonte – PMSM/SEPLAN, 2003



Figura 08 – Descaracterização de imóvel, retirada de elementos ornamentais
Fonte – Arquivo do autor, 2010



Figura 09 – Edificação localizada na Rua Dr. Bozano, nº 565
Fonte – PMSM/SEPLAN, 2003



Figura 10 – Descaracterização do imóvel, retirada de elementos ornamentais
Fonte – Arquivo do autor, 2011



Figura 11 – Edificação localizada na Rua do Acampamento, nº 372
Fonte – PMSM/SEPLAN, 2003



Figura 12 – Imóvel demolido
Fonte – Arquivo pessoal, 2010



Figura 13 – Edificação localizada na Rua Pinheiro Machado, s/nº
Fonte – PMSM/SEPLAN, 2003



Figura 14 – Imóvel demolido
Fonte – Arquivo do autor, 2010



ANTES

Figura 15 – Edificação localizada na Rua Venâncio Aires, nº 2169

Fonte – PMSM/SEPLAN, 2003



DEPOIS

Figura 16 – Imóvel demolido

Fonte – Arquivo do autor, 2010



ANTES

Figura 17 – Edificação localizada na Av. Rio Branco, nº 403

Fonte – PMSM/SEPLAN, 2003



DEPOIS

Figura 18 – Imóvel demolido

Fonte – Arquivo do autor, 2011



ANTES

Figura 19 – Edificação em estilo *art nouveau*, pertencente ao arquiteto alemão Theodor Carsten

Fonte – REVISTA ATC, 2010, p. 19 (Foto de SCHLEINIGER, Venancio)



DEPOIS

Figura 20 – Construção atual

Fonte – Arquivo do autor, 2011



Figura 21 – Joalheria Pereyron
Fonte – Casa de Memória Edmundo Cardoso (Foto de Olinto Azevedo)



Figura 22 – Construção atual
Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 23 – Antigo Banco Pelotense em 1923
Fonte – Arquivo Histórico de Santa Maria



Figura 24 – Construção atual
Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 25 – Antigo Banco da Província
Fonte – Casa de Memória Edmundo Cardoso



Figura 26 – Construção atual
Fonte – Arquivo do autor, 2012

1.1 Delimitações

Em virtude do grande número de imóveis significativos espalhados por toda a cidade, o foco do estudo são as edificações ecléticas, inseridas no Centro Histórico – zona 2 da Lei de Uso e Ocupação do Solo – área com vocação para preservação patrimonial, onde incide grande concentração de bens culturais e onde se deu a formação das primeiras vias urbanas da cidade, por isso sua escolha.

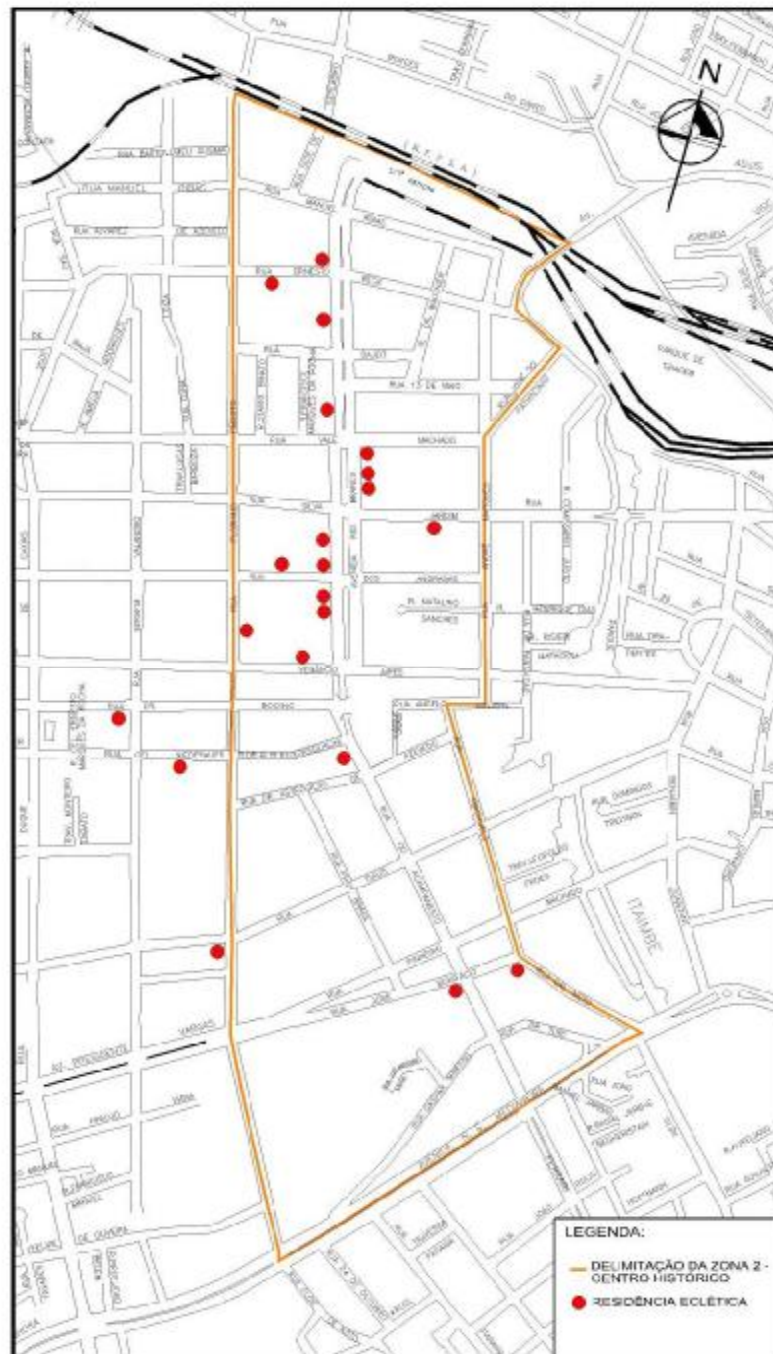


Figura 27 – Mapa da área de estudo, com indicações das residências ecléticas

Fonte – Arquivo do autor, 2012

1.2 Objetivos

Esta dissertação de mestrado tem, como objeto de estudo, prédios arquitetônicos portadores de referência à identidade e à memória da sociedade santa-mariense, pertencentes à paisagem urbana, localizados no Centro Histórico, dotados de valor histórico, artístico, estético-estilístico, simbólico, formal e/ou cultural. Dessa forma, seu objetivo principal é:

- identificar e estudar imóveis ecléticos que mereçam preservação, subsidiando imediatos inventários, levantamentos cadastrais e tombamentos bem como outras pesquisas, estudos ou registros, contribuindo para o conhecimento, preservação e valorização do patrimônio histórico-cultural construído da cidade de Santa Maria/RS.

Especificamente, pretende-se:

- descrever a linguagem plástica e estética das edificações;
- identificar a data de construção das residências ecléticas;
- identificar os primeiros proprietários dos imóveis e seus construtores;
- traçar o estado de conservação dos bens;
- investigar a ocupação e o uso atual das edificações;
- verificar quais imóveis apresentam proteção legal;
- elencar os valores e aspectos importantes das obras arquitetônicas analisadas;
- incentivar e estimular os proprietários de imóveis relevantes a conservá-los;
- evitar o desaparecimento ou a descaracterização dos bens significativos para a cidade.

1.3 Estrutura do Trabalho

Para sistematizar o desenvolvimento do trabalho e permitir sua melhor compreensão, ele foi estruturado em capítulos apresentados a seguir, com seus respectivos conteúdos.

No primeiro capítulo, INTRODUÇÃO, apresenta a justificativa do tema, sua importância e seus objetivos.

No segundo capítulo, METODOLOGIA, define o processo de desenvolvimento da pesquisa, contendo cada etapa proposta.

O terceiro capítulo, REFERENCIAL TEÓRICO, aborda assuntos relacionados ao objeto de estudo da pesquisa. É feito um histórico das primeiras ações preservacionistas desde o âmbito mundial até o âmbito local. É conceituado o inventário arquitetônico e suas diferenças com tombamento. Verifica-se, ainda, nas recomendações transnacionais, a importância do inventário como instrumento para salvaguarda de qualquer patrimônio. Por fim, exibe um conjunto de valores capaz de avaliar edificações merecedoras de proteção.

O quarto capítulo, EVOLUÇÃO URBANA DE SANTA MARIA, traz um breve panorama da expansão do município, discorrendo sobre o contexto histórico em que foram implantados os principais edifícios analisados.

O quinto capítulo, ECLETISMO ARQUITETÔNICO, agrupa várias definições do Ecletismo especificamente na arquitetura.

No sexto capítulo, IDENTIFICAÇÃO, CATALOGAÇÃO E ESTUDO DOS BENS, são apresentadas e estudadas, de forma pormenorizada, as principais residências ecléticas do centro histórico de Santa Maria bem como os imóveis mais modestos que, possivelmente, foram concebidos para uso residencial, dos quais não existe bibliografia.

No sétimo capítulo, RESULTADOS E DISCUSSÕES, são mostrados os objetivos atingidos e, ao mesmo tempo, reflexões sobre os aspectos tratados.

O último capítulo, CONSIDERAÇÕES FINAIS, faz algumas reflexões sobre o trabalho desenvolvido bem como ponderações para futuros registros, levantamentos e inventários.

2 METODOLOGIA

Faz-se necessário, para melhor entendimento, definir as características desta pesquisa (tipificação) e suas fases de produção (etapas).

2.1 Tipificação da pesquisa

Esta pesquisa apresenta natureza aplicada, conforme MARCONI & LAKATOS (2010, p. 6), pois caracteriza-se “por seu interesse prático, isto é, que os resultados sejam aplicados ou utilizados imediatamente, na solução de problemas que ocorrem na realidade”.

Quanto à sua forma de abordagem, é uma pesquisa qualitativa, uma vez que não fez uso de recursos e de técnicas estatísticas. O pesquisador é instrumento-chave, com a tendência de análise dos seus dados indutivamente (SILVA & MENEZES, 2001, p. 20).

Quanto aos procedimentos de pesquisa, utilizou-se pesquisa bibliográfica, aquela que “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão” (MARCONI & LAKATOS, 2010, p. 57) e documentação direta - pesquisa de campo, que consiste “no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem” (Ibid., p. 69).

Além dessas, pode ser classificada como histórica e descritiva, segundo Best (1972 *apud* MARCONI & LAKATOS, 2010, p. 6), histórica, porque investiga, registra, analisa e interpreta fatos do passado para compreender o presente e prognosticar o futuro, e descritiva, pois descreve, registra, analisa e interpreta fenômenos, visando o seu funcionamento no presente.

2.2 Etapas

Utilizou-se, como guia, a publicação de âmbito nacional Cidades Históricas, Inventário e Pesquisa: Parati- Rio de Janeiro (IPHAN, 2007). Foram igualmente

utilizadas, em âmbito estadual, as publicações Roteiros de Arquitetura da Costa Doce – Rio Grande do Sul (CUSTÓDIO et. al., 2009) e Manual do Usuário de Imóveis Inventariados, da cidade de Pelotas/RS (Prefeitura Municipal de Pelotas/Secretaria de Cultura, 2008). No meio acadêmico, a dissertação intitulada Identificação de Bens Edificados Considerados Patrimônio Cultural: o Caso do Município de Santa Rosa (PREISSLER, 2010) é a produção técnica que mais se assemelha a este trabalho.

Com bases nessas referências, ele foi estruturado nas seguintes etapas, não necessariamente nessa ordem, em virtude de que algumas ações ocorreram simultaneamente ou coincidiram em alguns momentos:

Levantamento bibliográfico

Inicialmente, buscou-se um aporte teórico em diferentes fontes bibliográficas (livros, artigos, sites) sobre os assuntos relativos a questões preservacionistas do patrimônio arquitetônico.

Contexto histórico

Estudo da evolução urbana da área de delimitação da pesquisa, remontando sua gênese, processo de desenvolvimento e estado atual.

Estudo do ecletismo arquitetônico

Para melhor compreender os bens ecléticos estudados foram necessárias definições e conceituações de ecletismo bem como caracterizações do mesmo na arquitetura.

Pré-levantamento dos imóveis

Preliminarmente, foi feito um reconhecimento de campo, assinaladas em mapa a localização dos imóveis e os números de logradouro dos mesmos. Também foi realizado um primeiro levantamento fotográfico, seguido da criação de uma ficha

cadastral padrão, contendo as informações elementares relativas aos bens estudados.

Compilação de leis e processos de tombamento

Verificação das leis existentes relativas ao patrimônio construído de Santa Maria, tanto em nível municipal quanto estadual ou nacional, e os respectivos processos administrativos de tombamento, com o intuito de saber quais imóveis possuem proteção legal.

Catálogo e estudo das edificações

No segundo levantamento de campo, mais apurado, foram anotadas as características dos imóveis relativas à morfologia, tipologia, uso, estado de conservação, data de construção, acessos principais e secundários e observações gerais. Registraram-se mais fotos, de modo que melhor fossem percebidas as características das edificações e para que se pudesse, futuramente, detalhar as fachadas ou, ao menos, a fachada principal. A partir desse levantamento de campo, pôde-se fazer uma descrição mais detalhada dos imóveis, enfocando a linguagem plástica e a estética empregada nas fachadas, seus elementos ornamentais e compositivos, além de peculiaridades, desde a base, passando pelo corpo, até o coroamento de cada imóvel (Figuras 28 e 29). Ainda foi realizado um fichamento de cada edificação, com informações elementares, para facilitar consultas rápidas.

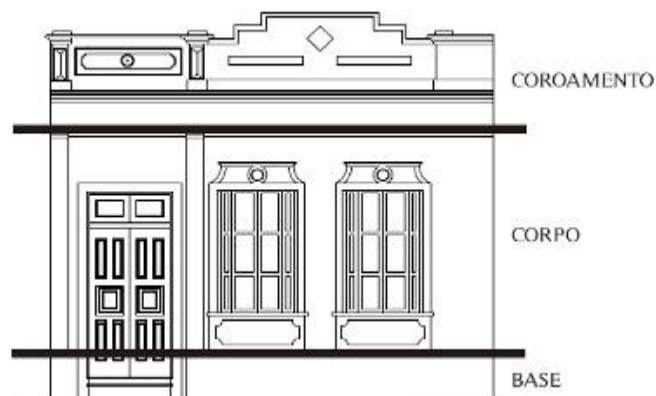


Figura 28 – Partes básicas das fachadas

Fonte – PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2008, p. 24



Figura 29 – Partes básicas das fachadas

Fonte – PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2008, p. 29

Devido ao considerável número de termos técnicos, foi utilizado, como suporte, o Dicionário Ilustrado de Arquitetura (ALBERNAZ & LIMA, 1998), do qual foram extraídos alguns verbetes com suas respectivas significações e ilustrações, que constituíram um glossário, localizado na parte pós-textual dessa dissertação.

Pesquisa complementar

Para complementar a catalogação e dar maior subsídio ao estudo dos imóveis, foi feita busca de informações em arquivo público, secretaria de obras, em arquivos particulares tanto de pesquisadores quanto de proprietários de imóveis, em jornais antigos e, até mesmo, através de informações orais, com familiares e moradores locais.

3 REVISÃO LITERÁRIA/ REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, são revisadas as conceituações e as bases teóricas dos principais tópicos abordados no decorrer deste trabalho.

3.1 Primeiras ações preservacionistas

Em termos internacionais, as primeiras diretrizes preservacionistas são tomadas no final da década de 1920 e início da década de 1930, com os congressos internacionais. O resultado desses congressos são documentos que norteavam as condutas pontuais dos gestores da preservação patrimonial – as Cartas Patrimoniais. A **Carta de Atenas (1931)**, entre outras coisas, determina que “os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos)”. A partir dessa Carta, seguem-se outras, que discutiram conceituações, metodologias para intervenção, instrumentos para gestão pública, jurídica e técnica. As destruições provocadas pelas duas guerras mundiais e o crescimento dos grandes centros urbanos são fatores que motivaram outras ações internacionais. Em 1962, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), elaborou a Recomendação de Paris: Paisagens e Sítios. No ano de 1964, em Veneza, ocorreu o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, que culminou na elaboração da **Carta de Veneza**.

As primeiras noções preservacionistas em relação ao Patrimônio Cultural no Brasil iniciaram na década de 1920, através de seus intelectuais, como Mário de Andrade e Lucio Costa⁴. Em 1934, coube ao Museu Histórico Nacional a fiscalização dos bens brasileiros de importância histórica e de valor artístico por meio da “Inspeção de Monumentos Nacionais”, conforme estabelecido no decreto-lei 24.735. No mesmo ano, foi promulgada nova Constituição Federal, que, no artigo 148, inclui

⁴ Numa das fases profissionais de Lucio Costa, a do “**Patrimônio**”, permeada entre as demais, ele assumiu o posto de diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Trabalhou auxiliando Rodrigo Melo Franco de Andrade – primeiro diretor do SPHAN. Nessa época, ele se aprofundou na obra de Antônio Francisco Lisboa – o Aleijadinho. Ainda em 1937, sua primeira atividade no SPHAN foi o pequeno Museu das Missões nos Setes Povos das Missões, em São Miguel, no Rio Grande do Sul. (COSTA, L., 1995)

os deveres do Estado à proteção dos “objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país” (ANDRADE, 1993, *apud* PINHEIRO, 2006). Em 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, no Rio de Janeiro, pela Lei nº 378, no governo de Getúlio Vargas.

Ainda em 1937, pelo Decreto-Lei nº 25, que organiza a “proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”, teve, o Rio Grande do Sul, seis bens tombados em nível nacional, um deles em Santa Maria – o Acervo da Sociedade União dos Caixeiros Viajantes de Santa Maria, atualmente pertencente ao Museu Gama d’ Eça.

Em termos estaduais, os primeiros movimentos na defesa da preservação têm início na década de 1960 quando um grupo de professores da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul promove o 1º Seminário para Estudo e Defesa do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul. Em 1964, foi criada a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico estadual.

Em 1970, um encontro nacional, realizado em Brasília, pelo Ministério da Educação e Cultura, firmou o compromisso de os Estados e Municípios assumirem a competência e responsabilidade na proteção de bens culturais. No ano de 1971, é decretada a criação de uma Comissão Especial para Estudar o Patrimônio Cultural do RS. Em 1980, no Rio Grande do Sul, é executado o primeiro tombamento em nível estadual.

No âmbito municipal, o primeiro ato que revela preocupação com o Patrimônio se dá com a lei 1578, de 1972, que reconhece o prédio da antiga subprefeitura de Itaara como Patrimônio Histórico do Município. Cinco anos depois, o mesmo ocorre com o prédio do antigo Nacional do Comércio (atual Caixa Econômica Federal), em Santa Maria. Em 1982, é criada lei sobre o Patrimônio Cultural de Santa Maria, regulamentando o tombamento em nível municipal. Mais tarde, revogada pela lei 3999 do ano de 1996, cuja vigência continua até os dias atuais.

3.2 Inventário Arquitetônico

A palavra inventário provém do latim, do verbo *invenire*: providenciar, promover, encontrar, descobrir, inventar e, também, do verbo *inventum*: invento, invenção, descoberta.

A expressão Tombamento e Livro de Tombo provêm do Direito Português, onde a palavra *tombar* tem o sentido de *registrar, inventariar*, inscrever bens nos arquivos do Reino. Tal inventário era inscrito em livro próprio, que era guardado na Torre do Tombo, a Torre Albarrã, do castelo de São Jorge, em Lisboa, Portugal (COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO PARANÁ, 2006).

O inventário arquitetônico tem como objetivo principal a identificação dos bens materiais passíveis de integrar o Patrimônio Cultural de uma cidade, região ou país. É um procedimento que, muitas vezes, antecede qualquer ação de tombamento, ou restauração. O inventário consiste numa ação de preservação do patrimônio, permitindo o acesso e a produção de conhecimento sobre bens culturais (IPHAN, 2007, p.17).

É importante salientar que Inventário e Tombamento não se confundem. Ambos são instrumentos jurídicos com vistas à proteção do patrimônio cultural. Enquanto o tombamento é uma das formas mais rigorosas de intervenção do poder público na propriedade privada, o inventário tem efeitos jurídicos muito mais brandos, mostra-se uma medida administrativa mais amena (MIRANDA, 2008).

O inventário pode ser considerado instrumento para conhecimento, valorização e preservação de obras referenciais para a cidade, servindo de instrução para processos que vislumbrem o tombamento. Igualmente, propicia subsídios para criação e alteração de regimes urbanísticos específicos em áreas especiais, onde o patrimônio cultural deva ser considerado.

Portanto, constitui-se num aporte para qualquer política de preservação, auxiliando na manutenção e promoção da identidade cultural de uma cidade.

3.3 Inventário nas recomendações patrimoniais

A **Carta de Atenas**, de 1931 - o primeiro ato normativo internacional exclusivamente dedicado ao patrimônio, oriunda do 1º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos, é também chamada “Carta do Restauro”, propõe normas e condutas em relação à preservação e conservação de edificações. Constitui-se num verdadeiro grande marco preservacionista de cunho universal.

Em seu sétimo e último inciso, na alínea “c”, determina, a cada Estado e suas instituições competentes, a publicação de **inventário** “*dos monumentos históricos nacionais, acompanhados de fotografias e de informações*”.

A **Declaração de Amsterdã**, de 1975, resultante do Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, também propõe a feitura de inventário das “*construções, dos conjuntos arquitetônicos e dos sítios.*” Ainda salienta:

Seria desejável que esses inventários fossem largamente difundidos, notadamente entre autoridades regionais e locais, assim como entre os responsáveis pela ordenação do espaço e pelo plano urbano como um todo, a fim de chamar sua atenção para as construções e zonas dignas de serem protegidas. Tal inventário fornecerá uma base realista para a conservação, no que diz respeito ao elemento qualitativo fundamental para a administração dos espaços. (CONGRESSO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO EUROPEU, 1975, p. 4)

Em 1981, é a **Carta de Florença**, redigida pelo Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), que cita a necessidade, no seu nono artigo, da inventariação dos jardins históricos – considerados, pela própria Carta, como composição arquitetônica e vegetal, e de interesse público, portanto monumentos.

A **Carta de Petrópolis**, de 1987, no 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, afirma que a proteção legal de Sítio Históricos Urbanos (SHU) se dará por diferentes tipos de instrumentos, entre eles, o inventário.

Em 1990, a **Carta de Lausanne** (Suíça), redigida pelo Comitê Internacional para Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM) do ICOMOS, declara, no artigo 4º, que os inventários constituem instrumentos de trabalho essenciais para elaborar estratégias de proteção ao patrimônio arqueológico, devendo ser uma obrigação fundamental. E completa:

Ao mesmo tempo, os inventários constituem em fontes primárias de dados para pesquisa e estudos científicos. A compilação de inventários deve ser considerada como um processo dinâmico e permanente. Resulta disso também que os inventários devem integrar a informação em diferentes níveis de precisão e de fiabilidade, uma vez que o conhecimento, mesmo superficial, pode fornecer um ponto de partida de proteção.

Em 1996, a **Declaração de Sofia** (Bulgária) também determina a necessidade de inventários completos, com o intuito de explicitar os diversos significados do patrimônio no mundo contemporâneo e justificar as novas modalidades de uso a que se propõem.

Percebe-se, portanto, por meio dessas recomendações internacionais, que o inventário é um instrumento de suma importância para salvaguarda de todo e qualquer tipo de patrimônio, seja ele arquitetônico, artístico, arqueológico, histórico e/ou científico. Revela-se como procedimento fundamental no pluralismo cultural.

3.4 Valores/Parâmetros de Preservação

Para avaliar uma edificação, com vistas à proteção e de mensurar seu grau de importância e de interesse patrimonial, é necessário estipular parâmetros avaliativos (valores). Tais parâmetros estabelecem quais bens são merecedores de preservação, referenciando a salvaguarda de um determinado patrimônio arquitetônico.

Segundo Curtis (2003, p. 334-335), o GRAU de prioridade de um bem para que seja protegido pelo poder público dependerá do somatório de valores. Ele lista e conceitua os seguintes valores:

VALOR ARQUITETÔNICO – Valor atribuído às edificações que oferecem particular interesse pelas qualidades que apresentem suas frontarias, elas que predominam na composição da paisagem urbana.

VALOR TRADICIONAL E/OU EVOCATIVO – Aquela qualidade que confere à edificação interesse de permanência na memória coletiva.

VALOR AMBIENTAL – Considera-se com esse valor a edificação cuja “ausência” subtraia atenção para com a paisagem onde estiver inserida, ou cujo entorno particularmente a valorize.

VALOR DE USO ATUAL – É incluída nessa referência a edificação que, corretamente utilizada, dispense reciclagem.

VALOR DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM – Define-se assim tanto a facilidade de conexão da edificação com o sistema viário principal quanto sua capacidade de integração com os equipamentos de lazer e cultura da cidade. Também se inclui nesse valor o prédio que

ofereça espaço capaz de acolher e possibilitar funcionamento eficiente a órgãos da administração pública.

VALOR DE CONSERVAÇÃO – Está nessa situação a edificação que dispensar qualquer tipo de obra ou reparo de caráter urgente.

VALOR DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL – Inclui-se nessa categoria a edificação produzida por manifestação de cultura regional ou qualificada por formas plásticas de interesse visual, porém de ocorrência rara.

VALOR DE RARIDADE FUNCIONAL – Atribui-se à edificação cuja função arquitetônica venha se tornando inusitada ou sofrendo transformação em nível de tornar seu programa original compatível com as necessidades da vida atual.

VALOR DE RISCO DE DESAPARECIMENTO – Considera-se nessa situação a edificação localizada em zona onde se permita substituí-la por área construída apreciavelmente maior que a sua. Também encontra-se em risco a edificação depredada ou carente de conservação.

VALOR DE ANTIGUIDADE – Entende-se com esse valor as edificações construídas até o entorno temporal da Revolução de 30, marco referencial da modernidade brasileira. Justifica-se aquela época – para um assentamento urbano de “meia-idade”, como se pode definir Porto Alegre, em termos brasileiros – pelas influências que o legado daquela Revolução exerceu sobre a arquitetura, através do despojamento da forma e da austeridade do programa.

VALOR DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA – Adquire mais um crédito para a prioridade de proteção o prédio cuja localização não colidir com diretrizes da Estrutura Urbana. Assim, será mais valorizada, com vistas à preservação, edificação que não impedir passagem ou alargamento de vias, instalação de equipamento urbano complementar, etc.

Dessa forma, o autor estabeleceu um dos mais completos, talvez o maior, no meio arquitetônico, conjunto de critérios capaz de avaliar as edificações dignas de proteção.

4 EVOLUÇÃO URBANA DE SANTA MARIA

Nesta etapa, é feito um panorama da história geral do município de Santa Maria para entender a trajetória local e a formação cultural.

4.1 Santa Maria – Origem e Histórico

Em 1º de outubro de 1777, Portugal e Espanha firmaram um convênio, através do Tratado de Preliminar de Restituições Recíprocas, para decidir que territórios pertenciam a uma e outra Coroa, em virtude de guerras passadas (BELÉM, 2000, p. 21). Para isso, instituíram uma Comissão Demarcadora de Limites, determinada pelo Tratado de Santo Ildefonso (ALBUM ILUSTRADO DO 1º CENTENÁRIO DE SANTA MARIA, 1958, p.17), conforme ilustrado na figura 30.

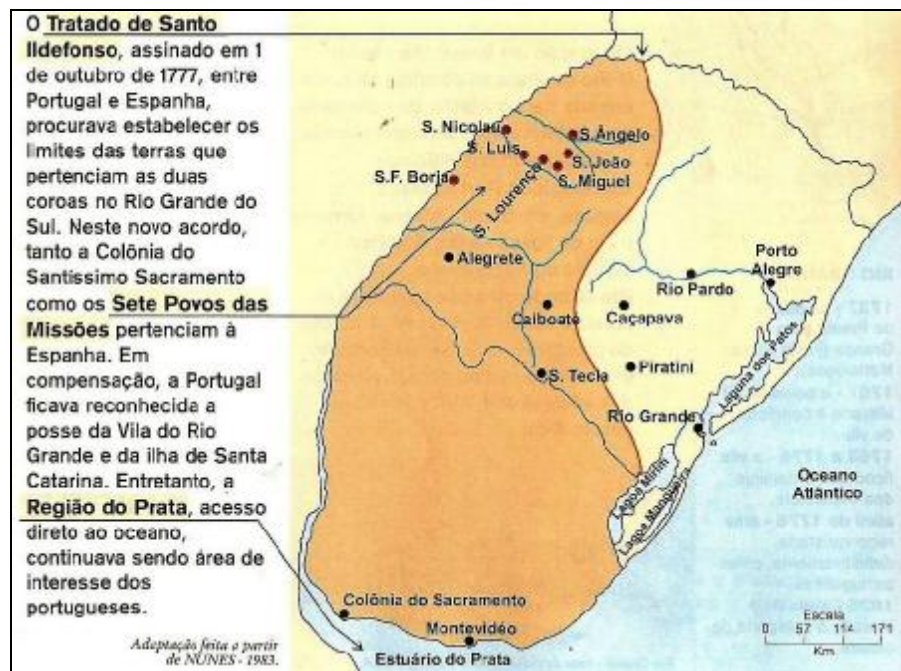


Figura 30 – Santa Maria e o Tratado de Santo Ildefonso

Fonte – VIERO, 2007, p. 8

No entanto foi somente em 1787, nos meses de março e abril, que a expedição, chefiada pelo astrônomo e engenheiro José de Saldanha, chegou em Santa Maria (BELÉM, 2000, p. 29). Montou seu acampamento junto a um arroio, no local hoje denominado “Passo da Areia”. Assim, em 15 de abril de 1787, surge o “Rincão de Santa Maria” (ALBUM ILUSTRADO DO 1º CENTENÁRIO DE SANTA MARIA, 1958, p.17).

Em 1789, Francisco Antônio de Amorim teria recebido em sesmaria (terras incultas ou abandonadas) o Rincão de Santa Maria, mas vendido seus direitos ao padre Ambrósio José de Freitas, o qual, em 1794, oficiou uma missa em sua estância, às margens dos arroios de Santa Maria e dos Ferreiros, hoje denominados Cadena e da Ferreira (ALBUM ILUSTRADO DO 1º CENTENÁRIO DE SANTA MARIA, 1958, p.17). Ou a sesmaria onde se instalou a comissão demarcadora teria pertencido ao tenente Jerônimo de Almeida, o qual cedeu seus direitos sobre as terras ao mesmo padre Ambrósio (RECHIA, 1999, p. 26).

Só que a delimitação dos territórios provocou desentendimentos entre os reinos de Portugal e de Espanha. Por isso, em novembro de 1797, a expedição da 2ª Subdivisão da Comissão Demarcadora de Limites, comandada pelo coronel Francisco João Roscio, que se encontrava em Santo Ângelo das Missões, recebeu, do governador Sebastião Xavier da Câmara, ordem de retroceder até o Arroio dos Ferreiros, sob a proteção da guarda portuguesa, em área da estância que pertencia ao Pe. Ambrósio (ALBUM ILUSTRADO DO 1º CENTENÁRIO DE SANTA MARIA, 1958, p.17). Neste sítio, montaram seu acampamento, onde ficaram alguns anos. Foi feita, então, limpeza da área, derrubaram árvores, construíram ranchos para os oficiais, quartel para os soldados, escritórios para os técnicos e, o que não poderia faltar, devido à forte influência da Igreja na época: uma capela. Capela essa que foi desmontada quando a expedição partiu. O capelão era o padre Euzébio de Magalhães Rangel e Silva, que, juntamente com o astrônomo e sargento-mor Joaquim Felix da Fonseca Manso, muito contribuiu para a formação da sociedade que, no local, formou-se e firmou (BELÉM, 2000, p.32 e 39). Surge da instalação do acampamento a antiga denominação do município: Acampamento de Santa Maria da Boca do Monte. E o acréscimo de “Boca do Monte” à denominação seria explicado, por alguns, pelo fato de o acampamento ficar próximo da entrada (boca) da primeira grande picada que levava a São Martinho (RECHIA, 1999, p. 27).

Em 1801, a comissão é extinta, embora o trabalho estivesse inconcluso. A expedição parte com destino a Porto Alegre. O local deixa, assim, de ser um acampamento, para ser um povoado e começa a se desenvolver (RECHIA, 1999, p. 27).

Entre 1801 e 1803, vindos da região das Missões orientais, cerca de cinquenta famílias de índios guaranis chegam e se estabelecem num descampado,

no local chamado Aldeia (BELÉM, 2000, p. 41). Desses índios, os tapes habitavam essa região, constituindo uma de nossas bases étnicas (RECHIA, 1999, p. 23).

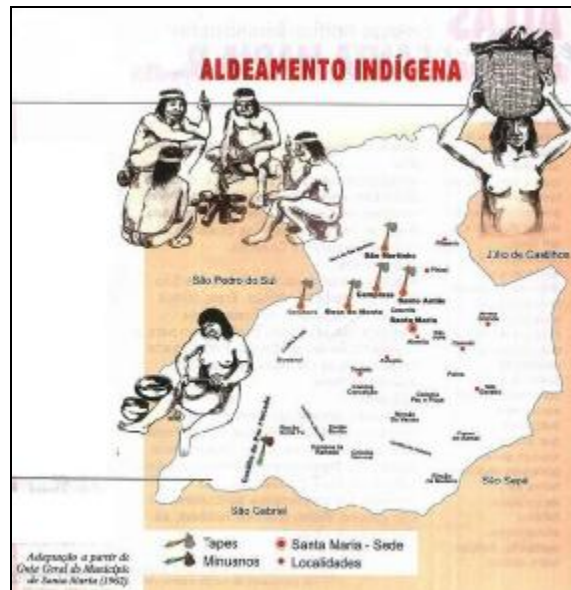


Figura 31 – Indígenas na região central do RS

Fonte – VIERO, 2007, p. 12

Mas, com o progresso, aparecem problemas e inicia-se uma luta contra os orientais (espanhóis). Novamente, as tropas se fixam no local, nos anos de 1828 e 1831, constituídas de alemães (soldados assalariados). Muitos desses alemães, depois da partida das tropas, ficaram, atraindo colonos germânicos de São Leopoldo e municípios vizinhos, o que contribuiu bastante para a formação do município santa-mariense (ALBUM ILUSTRADO DO 1º CENTENÁRIO DE SANTA MARIA, 1958, p.17). Confirma-se, dessa maneira, a tradição de nossa cidade: desde a sua origem, Santa Maria caracterizou-se por ser um centro militar.

Os imigrantes italianos também aportaram nessa região no ano de 1877, assentados que foram em Silveira Martins, constituindo a 4ª Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul (RECHIA, 1999, p. 33).

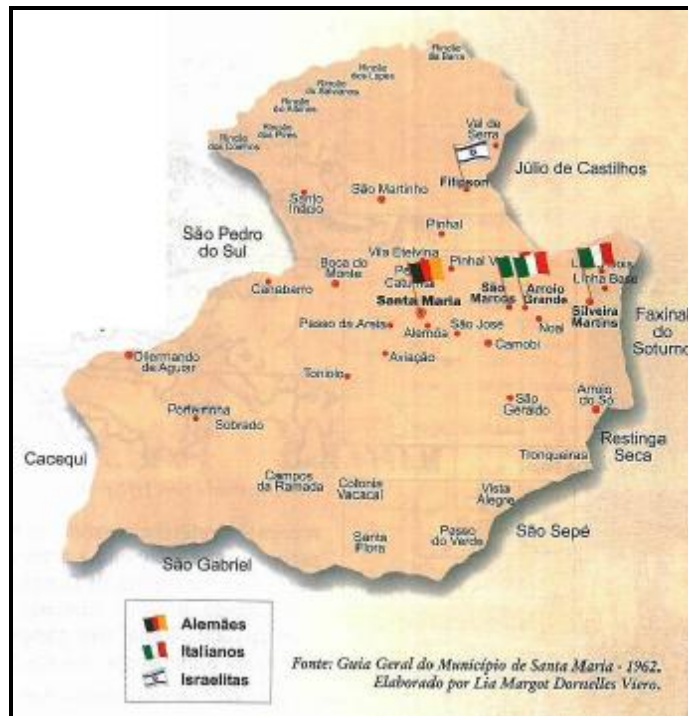


Figura 32 – Mapa da imigração em Santa Maria e microrregião

Fonte – VIERO, 2007, p. 19

Mais tarde, em 1904, vindos da Rússia, fugindo de perseguições religiosas, cerca de 40 famílias judaicas chegaram a Santa Maria, mais precisamente onde hoje temos o município de Itaara (antigo distrito de Pinhal). Os judaico-russos se instalaram numa fazenda, à qual denominaram Philippon⁵, próxima à BR – 158, onde hoje existe um marco que registra sua contribuição na formação do nosso município (VIERO, 2007, p. 19)

Muitas daquelas estradas abertas pelos militares, mais tarde, tornaram-se ruas: a Rua São Paulo, mais tarde do Acampamento; a Rua Pacífica, depois Rua do Comércio, hoje Dr. Bozano; a Rua da Aldeia, depois Avenida Ipiranga e, atualmente, Avenida Presidente Vargas (ver Figura 33).

E os ranchos construídos para os oficiais foram, aos poucos, se alterando, dando lugar a construções mais sólidas, as residências das famílias santamarienses.

⁵ Segundo Belém (1989, p. 191), a colônia Phillipson foi fundada, em 1903, pela companhia judaica *Jewish Colonisation Association*, onde se instalaram 80 famílias.



Figura 33 – Primeiras ruas de Santa Maria

Fonte – VIERO, 2007, p. 24

Durante muito tempo, Santa Maria foi subordinada a Cachoeira do Sul. Em 1812, emancipou-se de Cachoeira, sendo promovida à Capela Curada, Curato, o que lhe permitiu a realização de batismos (RECHIA, 1999, p. 28). Em 1819, Santa Maria deixa de ser Capela Curada e passou a ser o 4º distrito de Cachoeira do Sul, que se tornou vila e município em 1819 (BELÉM, 2000, p. 79). Distrito esse que se desenvolveu rapidamente. Em 1835, destacava-se pelo comércio, pela indústria, pela atividade pastoril. No mesmo ano, inicia a Revolução Farroupilha e o povoado começa a sofrer certa intranquilidade.

Em 17 de novembro de 1837, por uma lei provincial de nº. 6, criou-se a Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte, passando a Paróquia – deixava, assim, de ser capela filial da Matriz de Cachoeira para ser tornar Matriz (RECHIA, 1999, p. 29).

E, também, por lei provincial nº 400, de 16 de dezembro de 1857, a freguesia foi elevada à categoria de vila. Sua emancipação política-administrativa ocorreu em 17 de maio de 1858, instalando-se a Primeira Câmara Municipal de SANTA MARIA. Finalmente, em 1876, a Vila de Santa Maria foi elevada à categoria de CIDADE (RECHIA, 1999, p. 30).

4.2 Desenvolvimento

Sabe-se que a cidade de Santa Maria originou-se de um acampamento militar. Seu desenvolvimento urbano, desde o início, aconteceu de forma desordenada, resultado, principalmente, de dois fatores que delinearam seu traçado: as redes de drenagem (cursos d'água) e de ferrovias (trilhos). Mas, sem dúvida, a estrada de ferro foi a grande propulsora do progresso da cidade, na medida em que ligou Santa Maria à capital da província (Porto Alegre), às fronteiras com o Uruguai (Livramento) e com a Argentina (Uruguaiana), estendendo-se até o litoral (Rio Grande), passando por Bagé. Sua localização geográfica, no centro do estado, facilitou a construção da estrada de ferro, ligando-a a vários municípios gaúchos e, mesmo, ao norte do país, o que deu um enorme impulso ao comércio local.

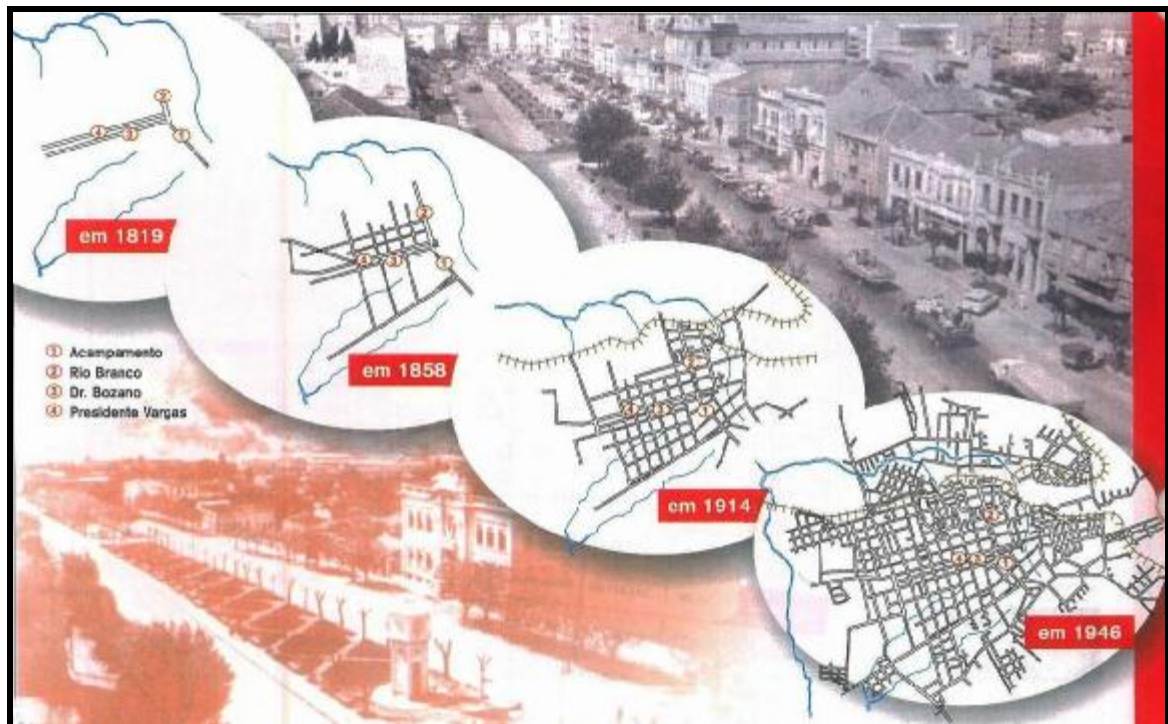


Figura 34 – Expansão urbana de Santa Maria

Fonte – VIERO, 2007, p. 22

Aos poucos, Santa Maria começou a ganhar destaque econômico e veio a se tornar o maior centro ferroviário da região. A linha Porto Alegre - Uruguaiana, que atravessava, praticamente, o estado, no sentido transversal, tinha, como parada principal, a Estação Férrea de Santa Maria.

Em 1898, a companhia belga, *Compagnie Auxiliare*, que arrendou parte das estradas de ferro, instalou seus escritórios em Santa Maria. Diversas famílias belgas e francesas fixaram residência na cidade, o que provocou um impulso na vida social e a assimilação de uma cultura européia.

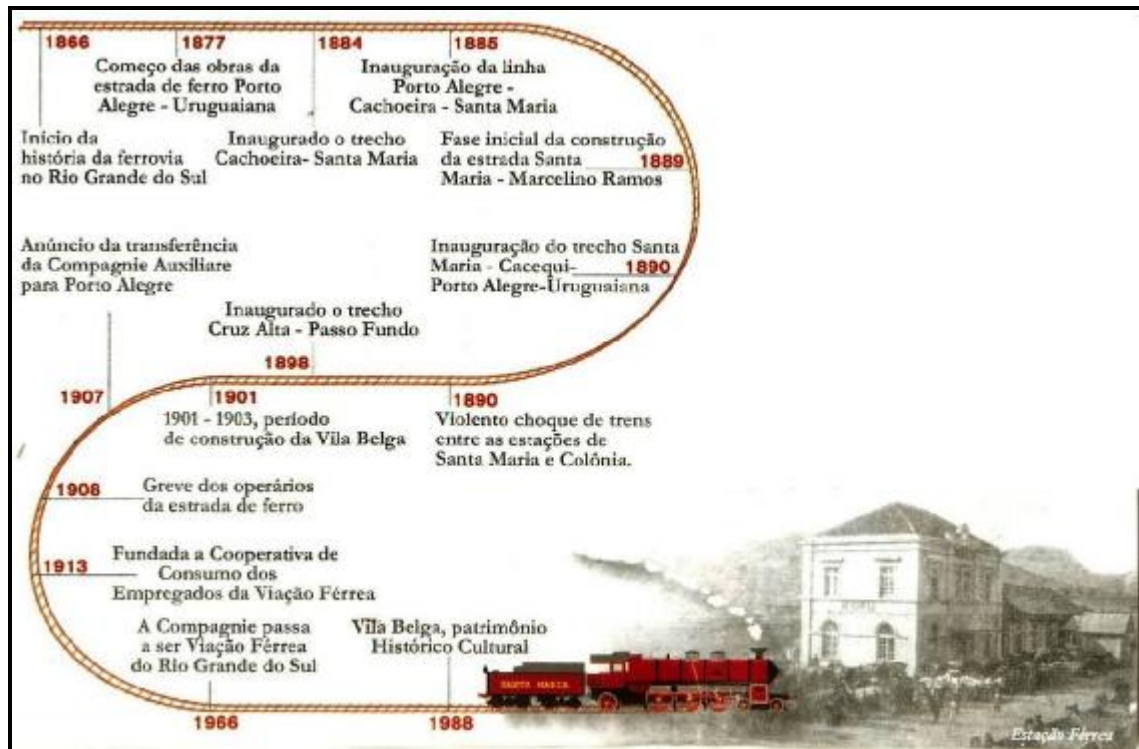


Figura 35 – Cronologia Ferroviária no Rio Grande do Sul

Fonte – VIERO, 2007, p. 29

Em 1907 (data mais provável), foi inaugurada a VILA BELGA para alojar os funcionários da companhia. A cidade passou por uma fase de grande desenvolvimento na área da educação e no movimento sindical. Em 1913, foi fundado o Sindicato Cooperativista dos Empregados da VFRGS⁶. A Estação de Santa Maria fazia parte, portanto, de um complexo ferroviário (VIERO, 2007, p.31).

4.3 Influência do Ecletismo em Santa Maria/RS

Da cidade de Santa Maria chegavam e partiam trens diariamente, para os mais diferentes destinos, trazendo e levando milhares de passageiros. Passageiros esses que se dirigiam aos bons hotéis construídos na Avenida Rio Branco e ruas

⁶ Viação Férrea do Rio Grande do Sul

adjacentes, para recebê-los. Também inúmeras lojas comerciais se estabeleceram ao longo da avenida, dando-lhe um movimento e um aspecto diferenciado. O transporte de passageiros mudou, definitivamente, a fisionomia da cidade. Ainda na Avenida Rio Branco, foi construída pela Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea, a Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor (seção masculina), cujo objetivo era oferecer uma educação técnica aos filhos dos ferroviários. A inauguração do prédio ocorreu em maio de 1922 e a escola se tornou, ao longo de sessenta anos, um marco de ensino em Santa Maria. Na obra, de estilo eclético, predominam elementos neoclássicos com detalhes *Art Nouveau*.



Figura 36 – Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor

Fonte – Arquivo Histórico de Santa Maria (Foto de BLAYA PEREZ, Carlos. 1998)

Ocorreu uma incorporação da cultura européia, não somente no ensino, na moda, nos costumes, mas, também, na arquitetura. Como em outras cidades brasileiras, “Pretendia-se esquecer, obliterar mesmo, o passado colonial, primitivo, retrógrado, tacanho, em nome do progresso” (PINHEIRO, 2006, p. 2).

Outro fator que propiciou essa “europeização” foi a oferta de profissionais oriundos do Velho-Continente (Europa), principalmente os alemães. O desenvolvimento da economia, anterior à Primeira Guerra Mundial (1914), favoreceu a vinda de arquitetos, mas foi no pós-guerra que a presença deles se intensificou (WEIMER, 2003).

Neste cenário, aconteceu a construção de prédios em estilo eclético, caracterizado pela ornamentação exacerbada e arquitetura imponente. Tal arquitetura era a maneira de espelhar o sucesso e a solidez das instituições.

5 O ECLETISMO ARQUITETÔNICO

Para melhor entendimento das edificações objetos de estudo dessa pesquisa, fazem-se necessárias algumas reflexões sobre o ecletismo na arquitetura.

O ecletismo refere-se a um movimento arquitetônico caracterizado pela mistura de estilos do passado, originário do século XVIII, com predominância no século XIX, chegando até as primeiras décadas do século XX.

No Brasil, o ecletismo arquitetônico compreende o período que medeia entre a Proclamação da República e a Revolução de 30, conhecido como Primeira República (CASTRO, 1987, p. 213).

Ele utilizou combinações de elementos da arquitetura clássica, gótica, renascentista, barroca. Por vezes, é chamado de Historicismo, que buscou resgatar e recriar a arquitetura dos tempos passados, originando estilos revivalistas como o *neoclássico*, o *neogótico*, o *neoromânico*, o *neobarroco* e outros. Entretanto o ecletismo arquitetônico dedicou-se a misturar estilos antigos sem o rigor da arquitetura revivalista propriamente dita.

Segundo Lemos (1987, p. 70, 73 e 85) , devemos entender o Ecletismo como:

(...) a tolerância a duas ideias ou comportamentos concomitantes.

(...) a licença poética. Até podemos dizer: seria a liberdade ou a licença de criar, recriar, ou combinar formas, de misturar ornamentações próprias de estilos definidos regionalmente pela Europa afora. Nessa hora, explicar o Ecletismo é buscar a miscelânea.

(...) sinônimo de progresso e linguagem do poder econômico.

(...) confronto de estilos.

(...) Tudo rebuscado, tudo exagerado ao máximo a carga decorativa com ornamentação reinventada a partir dos repertórios estilísticos de todas as correntes historicistas.

O autor Weimer (1987, p. 258) entende o ecletismo como:

(...) Aquela fase da evolução das artes em que o repertório formal repousava nas experiências do passado. Claro que não se tratava de uma mecânica repetição de formalismos pretéritos, mas de um uso criativo de conceitos consagrados.

Gomes da Silva (1987, p. 180) define:

Entendemos o ecletismo na arquitetura como uma corrente cultural caracterizada pela reutilização mais ou menos livre do vocabulário formal de estilos do passado. Estes estilos teriam sido reinterpretados nos edifícios de acordo com a suposta analogia entre ele e a tipologia funcional.

Ele ainda ressalta a diferença entre o Ecletismo e Neoclassicismo:

(...) O Ecletismo coexiste em alguns casos com o neoclassicismo pois aquele não tem sua existência precisamente determinada no tempo. Assim coloca-se a questão da diferenciação entre um edifício neoclássico e outro eclético. Ambos poderiam ter sido concebidos e realizados sob a inspiração do receituário Greco-romano. A diferença entre eles reside no fato de, no caso do neoclassicismo, ter havido uma preocupação maior em obedecer com fidelidade às regras de composição ditadas pelos tratadistas da arquitetura do Renascimento, e, no caso do ecletismo, essas regras terem sido reconsideradas à luz da intenção decorativa, sem rigor e com liberdade, visando também a atender o gosto do cliente.

Este mesmo autor afirma, ainda, que a Europa foi o referencial cultural do Brasil até o século XIX, o consumo de tudo o que vinha da Europa industrializada era signo de *status* social e sempre perseguido pelos novos ricos. Uma atitude comum nos fins do século XIX e início do XX de fazer referência à origem estrangeira dos materiais utilizados na obra, como para atender a uma necessidade de comprovar sua qualidade. Quase tudo que era construído de novo era moderno, ou seja, eclético.

O Ecletismo surgiu sob o signo da modernidade arquitetônica, recusa ao passado e na aspiração à modernidade. As novas gerações aspiravam ostentar nas suas casas e templos os sinais de adesão à modernidade (SALGUEIRO, 1987, p. 106-107, 125).

Após a segunda metade do século XIX, os países mais poderosos da Europa Ocidental, quase todos potências colonialistas, passam a ter seu sistema de vida social e cultural admirado e copiado pelas classes dirigentes de outras regiões e das antigas colônias. No ânimo de incorporar ao país os padrões arquitetônicos e urbanos de cunho europeu, toma-se a França como parâmetro superior e particularmente sua capital, em virtude de sua posição ímpar no contexto internacional, servindo como nação modelo, tanto no campo das artes como da

cultura. Paris era a própria imagem da França, o que a tornava “a cidade o centro universal da vida social, da cultura e das artes, a verdadeira *Capital do século XIX*”. Dado o seu prestígio, era natural a adesão brasileira às novas propostas parisienses relativas à cidade e à arquitetura. Havia uma avidez por novidades, por progresso e ascensão do processo civilizatório (CASTRO, 1987, p. 214-215).

A autora Fabris (1987, p. 291) denomina esse anseio de “desejo de europeização das elites, tanto que modernidade (ideologia do progresso) e civilização se tornam sinônimos intercambiáveis”.

Por isso tudo, o ecletismo arquitetônico teve aceitação ampla em nossa sociedade.

O Ecletismo, nos seus mais de 150 anos, não foi um período da arquitetura homogêneo nem linear, tendo diferentes manifestações e direções divergentes (PATETTA, 1987). Claro que isso não impede o estabelecimento de características comuns desse período. Peixoto (2000, p. 09-11) fixa:

I – Simetria

A tradição acadêmica trata a simetria como uma regra básica, lei fundamental e irrevogável da arquitetura. (...) Simetria aqui não significa um relação de justa proporção entre as partes, mas deve ser entendida naquele seu sentido mais comum: uma propriedade geométrica de um volume que admite o exato rebatimento de si mesmo em relação a pelo menos um plano. Toda a liberdade decorativa do ecletismo não permitiu brincar com a lei sisuda do velho mestre. Foi aplicada a plantas completas e a cada compartimento, a fachadas inteiras e a seus elementos e até mesmo à maioria das peças ornamentais. (...) A produção acadêmica é em geral simétrica.

2 – Composição

A tradição acadêmica trata a arquitetura como uma composição de partes. Durand (Jean Nicolas Louis Durand. *Précis et leçons d'architecture*) enunciou uma receita prática a seguir na composição de um edifício qualquer. Trata-se de uma série de esquemas gráficos que definem a composição em arquitetura como um sistema que visa à hierarquia dos espaços e dos eixos para gerar conforto e monumentalidade.

Mas o mais influente professor da *Beaux-Arts* [École Nationale Supérieure des Beaux-Arts, Escola Nacional Superior de Belas Artes, de Paris, conhecida, simplesmente, como a *Beaux-Arts*] no final do século foi Julien Guadet. Os quatro volumes dos *Éléments et théorie de l'architecture* em que os alunos franceses e brasileiros estudaram consistem num tratado prático

de *composição dos edifícios em seus elementos separados e no seu conjunto* (Cf. Hanno-Walter Kruft). Composição significa para ele a reunião, ligação e combinação das partes de um todo (...).

3 – Proporção

A proporção – desenvolvimento natural das duas características anteriores – dá o ajuste geométrico das partes entre si e em relação ao todo. (...) De um modo geral a idéia de **elementos bem-proporcionados em um todo bem-proporcionado** pode ser tomada como uma espécie de lema acadêmico (...).

4 – “Arquitetura falante”

A academia chamava de *architecture parlante* o conceito de que a arquitetura deve exprimir através do estilo a função a que se destina. O caráter do edifício devia ser “dito” pelo seu aspecto externo. (...) O conceito de *architecture parlante* é característica essencial do ecletismo e base teórica da variedade de estilos e mesmo de sua mistura.

5 – Ornamentação

A ornamentação objetiva prover a arquitetura do conforto e decoro condizentes com a urbanidade e a civilização. Se, para o ecletismo, a ornamentação acentua a dramaticidade cenográfica da composição, confere luxo à arquitetura, excita e diverte a vista com detalhes preciosos (...).

Nota-se que as construções ecléticas traduzem o desejo das sociedades passadas em ostentar prosperidade econômica e detenção de poder. Conforme Salgueiro (1987, p.106 e p.122), no Brasil, a fachada explicita a participação do indivíduo na cena urbana, a fachada equivale à “importância do morador”, a aparência da construção indica o papel que tem ou pretende ter o seu proprietário, bem como os meios que dispõe. Castro (1987, p. 237) também aponta o uso da arquitetura como meio de diferenciação e valorização social.

A Arquitetura Eclética se caracterizou, de modo geral, pela suntuosidade, imponência, riqueza decorativa, recorrendo a esculturas, estátuas, anjos, elementos zoomorfos (cabeças de leões, cavalos, touros, dragões, águias), pinturas, vasos, balaústres, grades de ferro, frontões e cornijas em ressaltos, compoteiras, guirlanda, platibandas. Além disso, sofreu influência *Art Nouveau*, com a presença de elementos fitomorfos (plantas, flores e folhas) e de elementos de ferro.

6 IDENTIFICAÇÃO, CATALOGAÇÃO E ESTUDOS DOS BENS

Nesta etapa, baseada substancialmente em levantamentos de campo, foram estudadas, de forma pormenorizada, as principais residências ecléticas de Santa Maria, enfocando o aspecto plástico-estético empregado nas fachadas das edificações, suas ornamentações, elementos constitutivos, além de peculiaridades, informações históricas e observações gerais. As descrições fundamentaram-se em fontes bibliográficas (quando havia), em visitas *in loco* (sem ater-se aos interiores dos imóveis), registros fotográficos realizados pelo autor, em algumas fotos antigas e informações orais. Também foi realizado um fichamento de cada edificação, contendo dados elementares, de modo a facilitar consultas rápidas.

6.1 Residência Lozza – Descrição

Na Rua do Acampamento, nº 549, esquina com a Rua José Bonifácio, está localizado o elegante sobrado eclético mandado construir por Antônio Lozza, ex-vereador de Santa Maria. Edificação de uso misto, comercial no térreo e residencial no segundo pavimento.



Figura 37 – Foto da Residência Lozza

Fonte – Prefeitura Municipal de Santa Maria, antiga SEPLAN (Atual Escritório da Cidade), 2005

O imóvel foi construído por seu irmão, Olympio Lozza, em 1930, conforme data inscrita na própria edificação. Olympio construiu, tempos depois, um outro sobrado com as mesmas características, ainda existente, para Batista Seroni. As iniciais de Antônio estão presentes na porta de entrada, que dá acesso à parte residencial, pela Rua do Acampamento.



Figura 38 – Iniciais de Antônio Lozza na porta de entrada (esquerda) e ano de construção do imóvel
Fonte – Arquivo do autor, 2012

Nota-se um tratamento diferenciado na esquina, que é arredondada, com balcão corrido estendendo-se tanto para o lado da Rua do Acampamento quanto para o lado da Rua José Bonifácio, apresentando porta-janela no pavimento superior, emoldurada, encimada por adorno rendilhado em formato de pequenas fitas pendentes. As paredes em volta dessa porta-janela e da porta imediatamente abaixo são em feitio de pedra lavrada.

A mesma diferenciação ocorre na fachada voltada para a Rua do Acampamento (ver Figura 39), na área correspondente à porta de entrada e à janela imediatamente acima: as paredes são em feitio de pedra lavrada, as duas esquadrias recebem molduras decoradas e, acima da janela, o mesmo rendilhado da esquina em forma de pequenas fitas pendentes. Esse adorno se repete em outras esquadrias do térreo, abaixo de suas cimalthas retas. O prédio é marcado verticalmente por pilastras discretamente decoradas, ornadas no topo por enfeites em formato de fitas pendentes, em consonância com os rendilhados (ver Figura 40). Também chama atenção, na face da Rua do Acampamento, uma esquadria, por ser maior e tripartida, com laterais fixas, atendida por balcão estendido. Como as demais esquadrias, que não são emolduradas, têm, em sua volta, discretas marcações reentrantes.



Figura 39 – Fachada pela Rua do Acampamento

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 40 – Adornos em feição de fita pendente

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Pela fachada da Rua José Bonifácio (ver Figura 41), existe um terceiro balcão, o menor deles (Figura 42) – os três apresentam balaústres trabalhados e são enfeitados por cachos de frutas com flores. No andar térreo, as janelas recebem, abaixo do seu peitoril, balaústres retos, incrustados na parede (Figura 43 - esquerda). O entrepisos é marcado por molduras retangulares (Figura 43 - centro). No canto direito da edificação, ocorre um terraço com guarda corpo balaustrado, do mesmo modo que os balcões (Figura 43 - direita).

Por fim, o coroamento da edificação é feito pela cornija ressaltada e platibanda cega, ornada (Figura 44), com destaque para a esquina e para o acesso residencial. E na base, soco liso.



Figura 41 – Fachada voltada para a Rua José Bonifácio
 Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 42 – Balcão constituído de balaústres e adornado por cachos de frutas e flores
 Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 43 – Elementos da ornamentação: balaústres incrustados na parede (esquerda), entepisos preenchidos por molduras retangulares (centro) e guarda-corpo do terraço (direita)
 Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 44 – Adornos na platibanda

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Durante muitos anos, o andar térreo da edificação foi ocupado por uma papelaria. Atualmente, funciona uma filial de uma grande rede de farmácias, responsável por encobrir e poluir visualmente a fachada, com seu avantajado e desproporcional letreiro, configurando total desrespeito e menosprezo com o bem. Além disso, o cenário urbano afeta a apreciação do imóvel: a começar por dois postes de luz bem a sua frente; em seguida, a caótica fiação da rede elétrica; sinalização vertical de trânsito sem critério e, por fim, a arborização inadequada. Felizmente, o estado de conservação do imóvel é muito bom.

6.1.1 Residência Lozza – Informações elementares

Endereço: Rua do Acampamento, nº 549

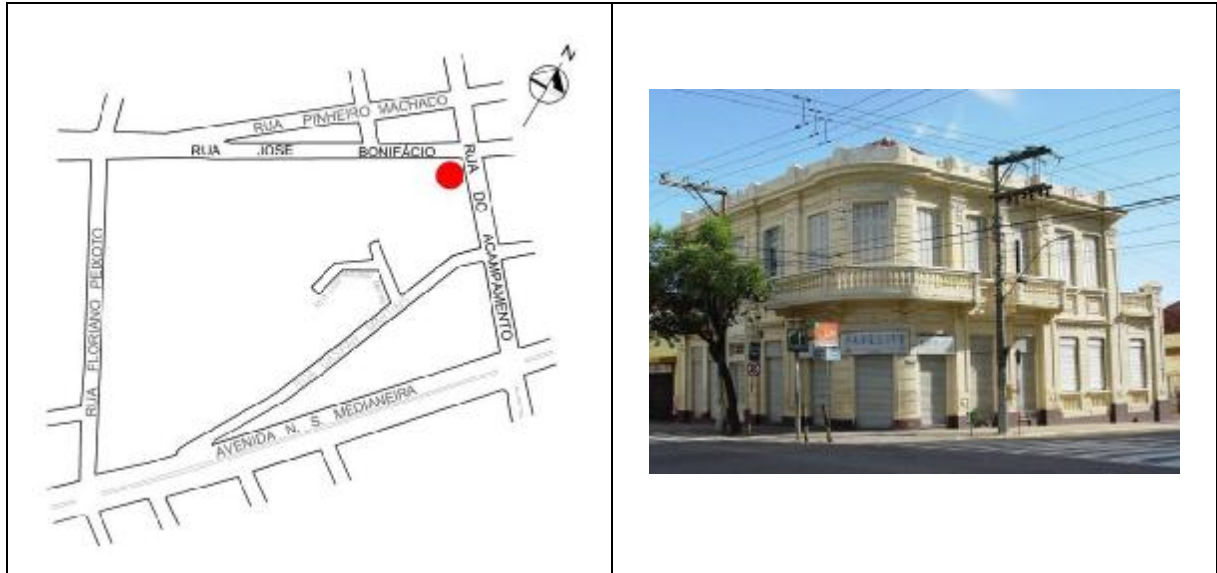


Figura 45 – Mapa de localização e foto do imóvel
Fonte – Arquivo do autor, Foto PMSM/SEPLAN

Ano de Construção: 1930

Primeiro Proprietário: Antônio Lozza

Construtor: Olympio Lozza

Uso original: Residencial e comercial

Uso atual: Residencial e comercial

Estado de conservação: Bom

Entorno/Ambiência: Heterogêneo

Proteção legal: Inexistente

VALOR	
ARQUITETÔNICO	✓
TRADICIONAL OU EVOCATIVO	✓
AMBIENTAL	✓
DE USO ATUAL	✓
DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM	✓
DE CONSERVAÇÃO	✓
DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL	✓
DE RARIDADE FUNCIONAL	--
DE RISCO DE DESAPARECIMENTO	✓
DE ANTIGUIDADE	✓
DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA	✓
GRAU	10

Tabela 1 – Valores de Preservação (segundo CURTIS)

6.2 Residência Seroni – Descrição

Na Rua Floriano Peixoto, nº 1475, esquina com a Rua Tuiuti, está localizado o elegante sobrado eclético mandado construir por Batista Seroni, primo de Antônio Lozza, e edificado por Olympio Lozza. Não por acaso que essa residência tem as mesmas características que a de Antônio.



Figura 46 – Antigo sobrado Batista Seroni

Fonte – Arquivo do autor, 2012

O imóvel foi construído em 1932, conforme data inscrita na própria edificação, para ter dois usos: comercial no térreo e residencial no andar superior. As iniciais de Seroni estão presentes no monograma localizado acima da porta de entrada, que dá acesso à parte residencial, pela Rua Floriano Peixoto.



Figura 47 – Monograma do primeiro proprietário (esquerda) e ano de construção (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Nota-se um tratamento diferenciado na esquina, que é arredondada, com balcão corrido balaustrado estendendo-se tanto para o lado da Rua Floriano Peixoto quanto para o lado da Rua Tuiuti, apresentando duas janelas e uma porta-janela no pavimento superior, todas emolduradas, encimadas por adorno rendilhado em formato de pequenas fitas pendentes. As paredes são em feitiço de pedra lavrada. A cornija é ressaltada e a platibanda recebe ornato rebuscado.

A mesma diferenciação ocorre na área correspondente à porta de entrada e à janela imediatamente acima, pela Rua Floriano Peixoto: além de possuir o já mencionado monograma do primeiro proprietário, a porta recebe adorno abaixo da bandeira. As paredes são em feitiço de pedra lavrada, as duas esquadrias recebem molduras decoradas, acima da janela, no friso, o mesmo rendilhado da esquina em forma de pequenas fitas pendentes, a cornija é mais ressaltada e a platibanda fechada é ornamentada.



Figura 48 – Antigo sobrado Batista Seroni visto pela Rua Floriano Peixoto

Fonte – Arquivo do autor, 2012

O prédio é marcado por pilastras, ornadas por medalhões chapados na parte superior. Elas recebem, acima da cornija menor, na junção com o friso, um outro ornato em forma de laço pendente, em consonância com os rendilhados.



Figura 49 – Adorno em feitio de laço na conjunção do friso com a pilastra (esquerda), medalhão chapado (centro), rendilhado abaixo da cornija ressaltada e, acima dela, ornatos com volutas (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Além do balcão da esquina, o prédio possui outros dois de diferentes larguras, mas os três são balaustrados, enfeitados por delicados cachos de frutas e flores, apresentando, no espaço entre as mãos francesas, uma faixa decorada. Um deles, voltado para a Rua Floriano Peixoto, e o outro, voltado para a Rua Tuiuti – esse segundo atende a maior esquadria da edificação, que, como as outras não emolduradas, tem, em sua volta, discretas marcações reentrantes. Ao lado dele, à direita, pode ser visto o terraço com guarda-corpo balaustrado, e, mais ao fundo, as chaminés decoradas.



Figura 50 – Balcão balaustrado (esquerda), adorno em forma de cachos de frutas e flores (centro) e chaminé (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Destaca-se, ainda, o espaço de entrepisos, preenchido com molduras retangulares, uma delas mais rebuscada, similar aos medalhões das pilastras, a outra mais simples. Recebem, também, molduras, abaixo do peitoril, as esquadrias do térreo, situadas na fachada pela Rua Floriano Peixoto. Nessa fachada, há um acesso secundário, ladeado por pilar, encimado por ornato de pinha.



Figura 51 – Ornamentos de entresijos (esquerda e centro) e moldura abaixo do peitoril, nas janelas do térreo, pela Rua Floriano Peixoto (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Durante muitos anos, o andar térreo da edificação foi ocupado pelo Armazém Seroni, depois Empório Doméstico. Atualmente, funciona comércio de produtos destinados à área química. O estado de conservação do imóvel é bom, necessitando reparos no reboco e repintura. O que prejudica sua apreciação é o posteamento de luz e a fiação elétrica, problema recorrente em outros tantos bens na cidade.

6.2.1 Residência Seroni – Informações elementares

Endereço: Rua Floriano Peixoto, nº 1475, esquina com a Rua Tuiuti

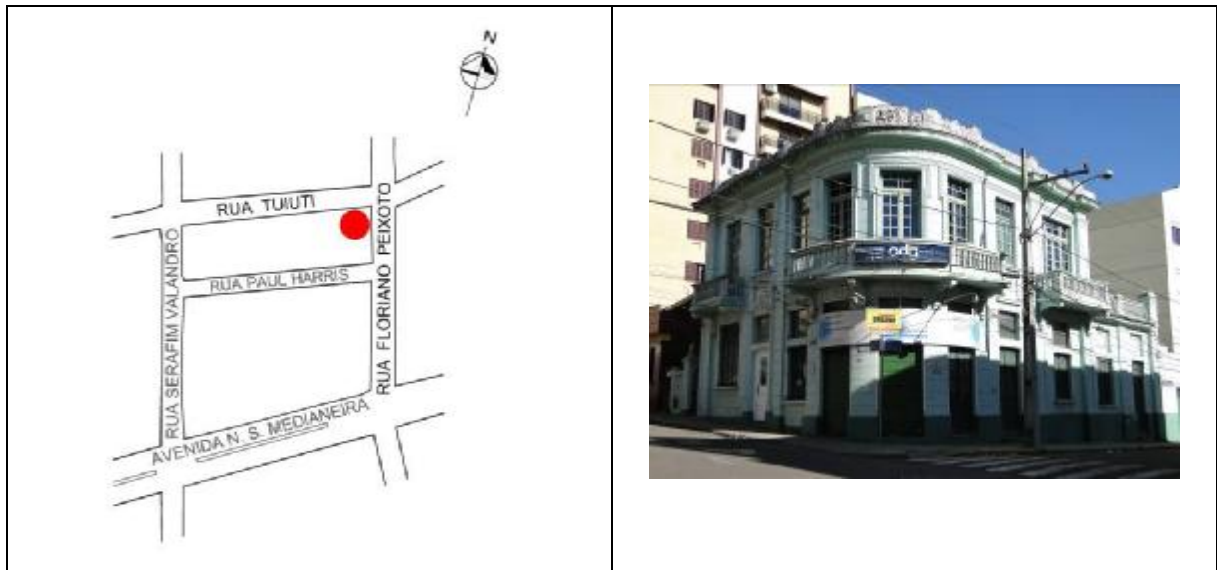


Figura 52 – Mapa de localização e foto do imóvel
Fonte – Arquivo do autor

Ano de Construção: 1932

Primeiro Proprietário: Batista Seroni

Construtor: Olympio Lozza

Uso original: Residencial e Comercial

Uso atual: Comercial e prestação de Serviços

Estado de conservação: Bom

Entorno/Ambiência: Heterogêneo

Proteção legal: Inexistente

VALOR	
ARQUITETÔNICO	✓
TRADICIONAL OU EVOCATIVO	✓
AMBIENTAL	✓
DE USO ATUAL	✓
DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM	✓
DE CONSERVAÇÃO	✓
DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL	✓
DE RARIDADE FUNCIONAL	--
DE RISCO DE DESAPARECIMENTO	✓
DE ANTIGUIDADE	✓
DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA	✓
GRAU	10

Tabela 2 – Valores de Preservação (segundo CURTIS)

6.3 Residência Loureiro - Descrição

Na Avenida Rio Branco, nº 771, esquina com a Rua dos Andradas, está localizado o palacete eclético mandado construir em 1929⁷, por Fortunato Loureiro, vice-intendente de Santa Maria⁸. Essa edificação foi construída por Olympio Lozza (por isso não é por acaso a semelhança com a Residência Lozza e a Residência Seroni – ambas sobrados) e demonstra o desenvolvimento da Avenida Rio Branco, estimulado pela ferrovia em Santa Maria.



Figura 53 – Antiga Residência Fortunato Loureiro

Fonte – Arquivo do autor, 2012

A edificação apresenta forma retangular, com a fachada maior voltada para a Rua dos Andradas. Nessa fachada, está situado o acesso principal (Figura 54), que recebe tratamento diferenciado, através da requintada porta de madeira entalhada. Essa se encontra reentrante, antecedida por três degraus, com moldura e verga decorada, possuindo bandeira envidraçada, circundada por paredes em feitiço de pedra de bossagem e encimada por ornatos (Figura 55), que se repetem abaixo dos balcões, além da cimalha em leve ressaltado. A janela, logo acima da porta, recebe,

⁷ FOLETTO et. al, 2008, p. 96

⁸ Fortunato Loureiro foi intendente de Santa Maria após a morte de Júlio R. de A. Bozano (BELÉM, 1989, p. 176).

abaixo do peitoril, ornato diferenciado (Figura 56 - esquerda). O conjunto formado pela porta e por essa janela é ladeado por dois frisos verticais reentrantes (Figura 54), com ornamento no topo (Figura 56 - centro). As janelas, ao lado do conjunto, possuem o espaço de entrepisos completamente preenchido por quadro decorativo, centralizado por uma grande flor espalmada de 12 pétalas (Figura 56 - direita), que se repete, em tamanho menor, na platibanda.



Figura 54 – Entrada da edificação, pela Rua dos Andradas

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 55 – Detalhes da porta de entrada

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 56 – Adorno localizado entre a porta de entrada e janela imediatamente acima (esquerda), ornamento situado no topo dos frisos reentrantes (centro) e espaço de entrepisos preenchido por quadro decorativo, centralizado por uma grande flor espalmada de 12 pétalas (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Ainda nessa fachada, destaca-se, o balcão balaustrado, atendendo a duas portas-janelas, apoiado sobre quatro mãos francesas, posicionadas entre as sobrevergas decoradas das janelas do térreo. Alinhado com as esquadrias, está o frontão em arco abatido, ornado no centro (Figuras 57 e 58). Na extremidade esquerda do imóvel, a platibanda fechada, constituída de balaústres incrustados, fica baixa em virtude da ausência de cornijas e de friso. O cunhal e a pilastra desse ponto apresentam base em feitiço de pedra até a altura da faixa horizontal, que delimita o porão – existente somente nessa parte, pois aproveita a declividade da rua, embora a faixa se estenda até a outra fachada (Figura 59).



Figura 57 – Foto parcial da fachada pela Rua dos Andradas

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 58 – Sobrevergas das janelas do térreo e apoio das mãos-francesas

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 59 – Fachada pela Rua dos Andradas

Fonte – Arquivo do autor, 2012

A esquina arredondada do imóvel, por sua vez, possui peculiaridades. Apresenta balcão balaustrado, que acompanha a curvatura, estendendo-se tanto para a Rua dos Andradas quanto para a Avenida Rio Branco, e, desse modo, atende a três portas-janelas (Figura 53) – a intermediária é ladeada por pequenas pilastras, diferentes das largas pilastras ornadas por medalhões chapados (Figuras 60 e 61). Na parte superior, o arremate se faz pelo frontão em arco (Figura 62). A fachada da Avenida Rio Branco também possui balcão, atendendo a uma porta-janela e uma janela. Alinhado com elas, um terceiro frontão arqueado, com os mesmos ornatos dos outros dois.



Figura 60 – Detalhes das pilastras de esquina

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 61 – Detalhes das pilastras ornadas com medalhões chapados

Fonte – Arquivos do autor, 2012



Figura 62 – Detalhes do coroamento de esquina

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Todas as esquadrias são retangulares, com bandeiras. Suas sobrevergas são todas iguais, com adornos no centro (Figura 63 - esquerda e centro). Algumas janelas possuem, abaixo do peitoril, festões em retângulos reentrantes (Figura 63 - direita). Todos os balcões são balaustrados, enfeitados por delicados cachos de frutas e flores (Figura 64), e apoiados sobre mãos francesas. Abaixo dos balcões, ornatos geométricos (Figura 58). Com exceção da extremidade esquerda, pela Rua dos Andradas, todo o coroamento apresenta cornija dupla, uma delas com dentículos ressaltados, e platibanda ornada com os mesmos elementos - festões, flores espalmadas, quadrados salientes (Figura 65).



Figura 63 – Ornamentos das esquadrias (esquerda e centro) e festão abaixo das janelas do térreo (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 64 – Detalhes dos balcões balaustrados

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 65 – Ornamentos da platibanda

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Durante alguns anos, após ser vendida, a casa foi alugada para os Correios e Telégrafos, provavelmente até 1953, quando ocorreu a inauguração da atual sede, na Rua Venâncio Aires. Nos anos 90, a edificação possuía duas proprietárias, fato que talvez tenha motivado a ação invasiva e desrespeitosa de criar mais uma entrada pela Rua dos Andradas, eliminando duas esquadrias e toda a ornamentação característica, tratando o bem como duas partes diferentes e sem relação. Por isso, também, podem ser entendidos os dois tipos de coloração do imóvel, um amarelado, pela Rua dos Andradas e outro amarronzado, pela Avenida Rio Branco.

Infelizmente, o desrespeito e menosprezo com o bem não pára, é visível a subtração de outros elementos decorativos, o aumento de vãos e a inserção de marquise na fachada da Avenida Rio Branco, que se estende, um pouco, até a Rua dos Andradas. Além disso, o que lhe desvaloriza, ainda mais, é o aspecto de desleixo e desordem: a colocação desregrada de aparelhos de ar condicionado, a presença de letreiros, encobrendo elementos da fachada, o posteamento de luz, com a horrenda fiação elétrica, o que, notoriamente, prejudica sua apreciação.



Figura 66 – Intervenções agressivas no imóvel

Fonte – Arquivo do autor, 2012

6.3.1 Residência Loureiro - Informações elementares

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 771, esquina com a Rua dos Andradas

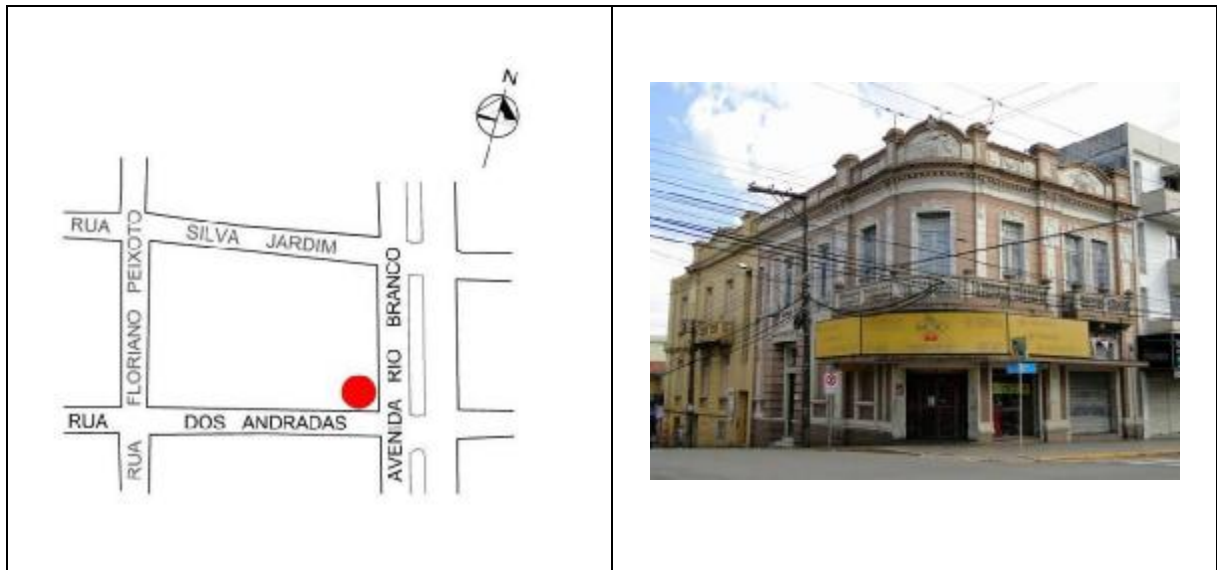


Figura 67 – Mapa de localização e foto do imóvel
Fonte – Arquivo do autor

Ano de Construção: 1929 (segundo FOLETTTO et. al., 2008, p. 96)

Primeiro Proprietário: Fortunato Loureiro

Construtor: Olympio Lozza

Uso original: Residencial

Uso atual: Residencial, comercial e prestação de serviços

Estado de conservação: Regular

Entorno/Ambiência: Heterogêneo

Proteção legal: Inexistente

VALOR	
ARQUITETÔNICO	✓
TRADICIONAL OU EVOCATIVO	✓
AMBIENTAL	✓
DE USO ATUAL	✓
DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM	✓
DE CONSERVAÇÃO	--
DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL	✓
DE RARIDADE FUNCIONAL	--
DE RISCO DE DESAPARECIMENTO	✓
DE ANTIGUIDADE	✓
DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA	✓
GRAU	9

Tabela 3 – Valores de Preservação (segundo CURTIS)

6.4 Residência Borges de Medeiros – Descrição

Na Avenida Rio Branco, nº 576, está localizada a exuberante residência pertencente à família Borges de Medeiros, construída por Olympio Lozza. Edificação marcante que compõe a identidade da Avenida Rio Branco e reflete o vigor do desenvolvimento ferroviário.



Figura 68 – Antiga Residência Borges de Medeiros

Fonte – Arquivo do autor, 2012

A casa foi edificada alinhada à calçada, mas afastada das divisas. Constituída de dois andares, ambos com entradas independentes pela lateral à direita. O acesso ao térreo é protegido pelo balcão de canto do pavimento superior, que é sustentado por pequenas pilastras e por uma pequena coluna.

A fachada é extremamente ornamentada. Recebe maior destaque a face mais à frente, marcada por uma pilastra no centro e cunhais nos cantos. As esquadrias frontais são maiores, apresentando molduras mais elaboradas. Todas as esquadrias são retangulares, com bandeiras, e emolduradas. As portas-janelas do andar superior são atendidas por balcões balaustrados, apoiados sobre mãos-francesas. Nota-se o pequeno adorno em forma de cacho de frutas e flores acima da sobreverga, que se repete nos pilaretes dos balcões (Figura 69). Esse adorno, assim

como os balaústres, são encontrados nas residências Lozza e Seroni. Outros dois ornatos vistos na casa são encontrados, também, nas residências mencionadas – os adornos em forma de laço pendente nas esquadrias do lado direito e o adorno em forma de flor na lateral da platibanda e no alto dos cunhais (Figura 70 - esquerda e centro). O adorno de entrepisos da lateral direita – quadro decorativo, centralizado por uma flor espalmada - é encontrado na residência Fortunato Loureiro (Figura 70 - direita).



Figura 69 – Bandeira de uma das janelas do térreo e sua sobreverga decorada (esquerda), ornamento em forma de cacho de frutas e flores acima da sobreverga (centro) e o mesmo ornamento encontrado nos pilaretes dos balcões (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 70 – Adorno em forma de laço pendente nas esquadrias do lado direito da edificação (esquerda), adorno em forma de flor no alto dos cunhais e na lateral da platibanda (centro) e adorno de entrepisos centralizado por flor espalmada (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Na parte superior, a edificação recebe friso rendilhado de trifólio – o mesmo rendilhado é visto, em tamanho menor, no acesso coberto do térreo (Figura 71). Os cunhais e as pilastras recebem adorno no topo, sobrepondo-se ao friso (Figura 72). A cornija possui denticulos. E a platibanda é cheia, sem vazados, ostentando dois frontões curvos. Na parte do fundo, à direita, é possível ver a presença da chaminé (Figura 68), ornada da mesma maneira que nas residências Lozza e Seroni.



Figura 71 – Friso rendilhado encontrado na platibanda (esquerda) e no acesso coberto do térreo

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 72 – Foto parcial do coroamento ornamentado

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Atualmente, a edificação abriga um restaurante. Sua integridade física é boa, mas apresenta pequenos sinais de fragmentação de ornamentos, descascamento da tinta e intensos manchamentos. Além disso, o imóvel sofre com o vandalismo – pichações. Necessita, portanto, de manutenção antes que os danos se tornem maiores. Sua apreciação é ainda afetada pelo poste de luz e sua fiação da rede elétrica.

6.4.1 Residência Borges de Medeiros – Informações elementares

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 576

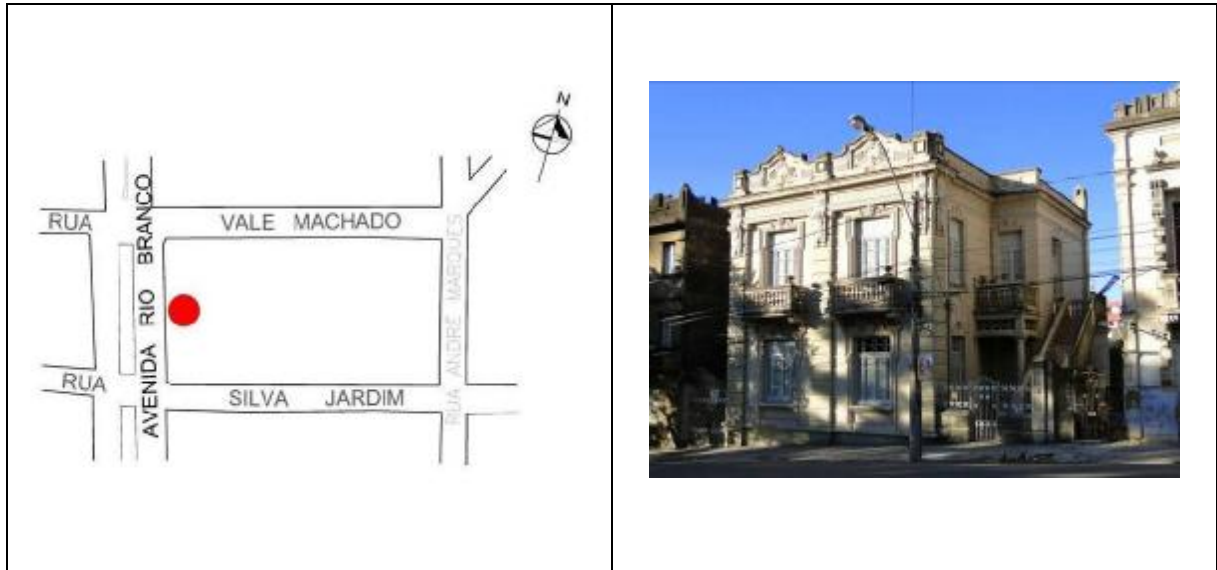


Figura 73 – Mapa de localização e foto do imóvel
Fonte – Arquivo do autor

Ano de Construção: ----

Primeiro Proprietário: -----

Construtor: Olympio Lozza

Uso original: Residencial

Uso atual: Prestação de serviços

Estado de conservação: Bom

Entorno/Ambiência: Homogêneo

Proteção legal: Inexistente

VALOR	
ARQUITETÔNICO	✓
TRADICIONAL OU EVOCATIVO	✓
AMBIENTAL	✓
DE USO ATUAL	✓
DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM	✓
DE CONSERVAÇÃO	✓
DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL	✓
DE RARIDADE FUNCIONAL	--
DE RISCO DE DESAPARECIMENTO	✓
DE ANTIGUIDADE	✓
DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA	✓
GRAU	10

Tabela 4 – Valores de Preservação (segundo CURTIS)

6.5 Residência Fernandez – Descrição

Na Avenida Rio Branco, nº 594, ao lado da Residência Borges de Medeiros, encontra-se o imóvel que pertenceu ao médico Valentin Fernandez e sua esposa.



Figura 74 – Antiga Residência Fernandez

Fonte – Arquivo do autor, 2012

A casa possui certa similitude com a edificação vizinha, em vários aspectos. Foi construída junto à calçada e afastada da divisa esquerda. É composta por dois pavimentos, com acessos independentes. O acesso ao pavimento superior se faz por meio de pequena escadaria na lateral direita. Nesse acesso, há um alargamento da edificação até a divisa. Suas dimensões construtivas (altura e largura) bem como a frente do lote são semelhantes à da outra.

Marcada por pilastra no centro e por cunhal nos cantos, a face mais à frente recebe melhor tratamento e é constituída de quatro esquadrias, sendo duas portas-janelas atendidas por balcões balaustrados, apoiados por mãos-francesas. A platibanda é cheia, com dois frontões ornados, e possui chaminé ao fundo. Tudo isso leva a crer que ela pode ter sido edificada por Olympio Lozza.

Entretanto a ornamentação é diferenciada e, talvez, menos rebuscada. Apresenta linhas mais retas, formas mais geométricas. Algo que lhe confere feição

própria são as espécies de pilastras, num total de quatro, ladeando as esquadrias frontais e constituídas, alternadamente, de cubos e semicilindros (Figura 75). Outra diferença são as esquadrias do térreo – duas portas, uma delas de dimensão mais reduzida, que dava acesso ao consultório do médico, e a outra, à garagem provavelmente. Nas laterais, também no térreo, há duas janelas em formato oval (Figura 76 - esquerda). Os pequenos frontões são em forma pentagonal. Um detalhe interessante são as pequenas compoteiras acima das sobrevergas das portas-janelas frontais (Figura 76 - direita).



Figura 75 – Ornamentos geométricos da fachada

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 76 – Janela oval encontrada nas laterais (esquerda) e sobrevergas das portas-janelas (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Em 1993, após a morte do médico, a casa foi herdada por seus descendentes. Atualmente, pertence a uma tabeliã da cidade. O imóvel encontra-se desocupado, com aparência de total abandono, principalmente pelo extremo envelhecimento da pintura e pelas pichações das quais foi alvo. Felizmente, até o momento, não se observa nenhum sinal grave de lesão, apenas pequenos descolamentos de reboco na base.

6.5.1 Residência Fernandez – Informações elementares

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 594

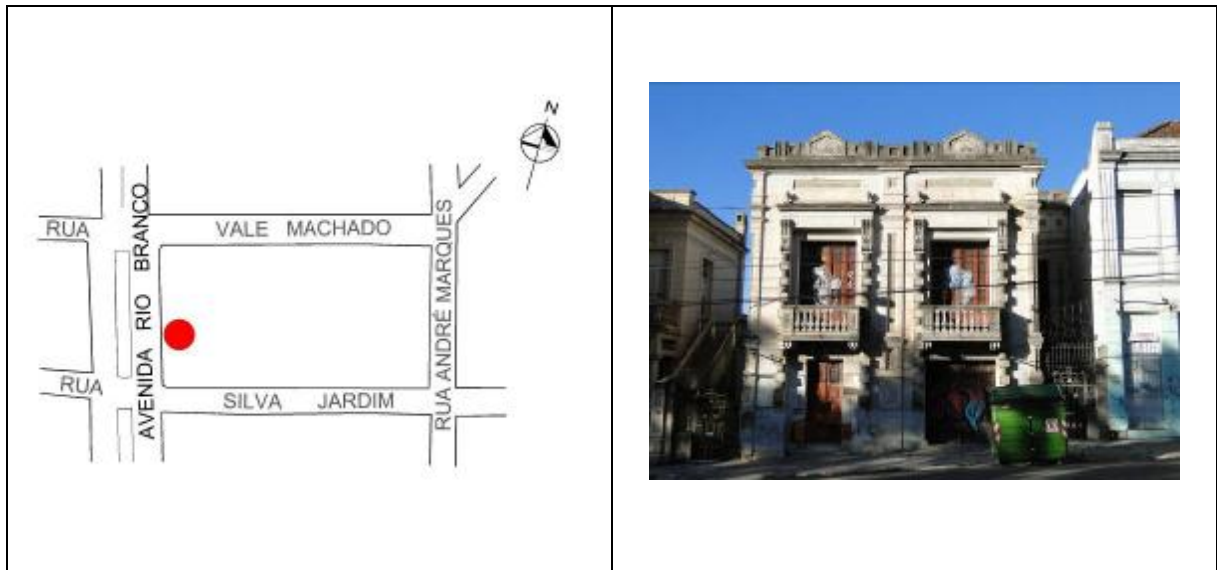


Figura 77 – Mapa de localização e foto do imóvel
Fonte – Arquivo do autor

Ano de Construção: ----

Primeiro Proprietário: Valentin Fernandez

Construtor: -----

Uso original: Residencial

Uso atual: Desocupada

Estado de conservação: Bom

Entorno/Ambiência: Homogêneo

Proteção legal: Inexistente

VALOR	
ARQUITETÔNICO	✓
TRADICIONAL OU EVOCATIVO	✓
AMBIENTAL	✓
DE USO ATUAL	✓
DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM	✓
DE CONSERVAÇÃO	✓
DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL	✓
DE RARIDADE FUNCIONAL	--
DE RISCO DE DESAPARECIMENTO	✓
DE ANTIGUIDADE	✓
DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA	✓
GRAU	10

Tabela 5 – Valores de Preservação (segundo CURTIS)

6.6 Residência Álvares da Cunha – Descrição

Na Avenida Rio Branco, nº 683, está localizada a exuberante residência pertencente à família Álvares da Cunha, conhecida como “a casa amarela da Rio Branco”, por sua cor marcante e por seu estado de conservação impecável. Constitui-se numa verdadeira referência visual da paisagem urbana do centro histórico. Augusto Marques Álvares da Cunha, neto do Conde de Porto Alegre, Manoel Marques de Souza, comprou o imóvel de Aldorindo Fernandes, primeiro proprietário⁹.



Figura 78 – Residência Álvares da Cunha

Fonte – Arquivo do autor, 2012

A edificação foi construída em 1912, alinhada à calçada e afastada das divisas. Na lateral direita, ocorre maior afastamento. Na esquerda, há um estreito corredor, formado com o prédio vizinho. A fachada é simétrica, centralizada pela porta de entrada, com duas portas-janelas de cada lado. Há, no centro da casa, um átrio interno.

⁹ OLIVEIRA, in: DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2005, p. 4

Toda a frente possui riqueza de detalhes. Na parte inferior, apresenta embasamento em bossagem, com quatro gateiras. No centro, a porta de madeira, de duas folhas, com bandeira de vidro. Algo que provoca a curiosidade é a cabeça de leão em cada folha da porta – provavelmente servia de aldrava, pois na época não havia campainha e, hoje em dia, perdeu o sentido, o que justifica a ausência de argola para a porta (Figura 79 - esquerda). A bandeira da porta recebe sobreverga decorada, tendo, nos cantos, ornatos em forma de flor reta, lembrando espécie de campânula (Figura 79 - centro). Acima da porta, uma rosácea ornada e encimada pelo mesmo adorno de sobreverga das portas-janelas (Figura 79 - direita). Nas laterais, portas-janelas, também com bandeiras e sobrevergas decoradas, protegidas por balcões entalados de ferro, intercaladas, na parte superior, por adornos verticais marcados por três sulcos ou caneladuras (Figura 80). Na parte superior, entre a cimalha e cornija, pequenos ornatos em forma de flores pendentes, no mesmo alinhamento dos adornos entre as portas-janelas. Por fim, a platibanda é fechada, centralizada pelo frontão arqueado, contendo cartela com o ano de construção da casa, e ornada entre pilaretes, também ornados, por uma sequência alternada de tulipas e círculos decorados (Figura 81).



Figura 79 – Aldrava em formato de cabeça de leão (esquerda), bandeira da porta com sobreverga decorada (centro) e rosácea decorada (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012

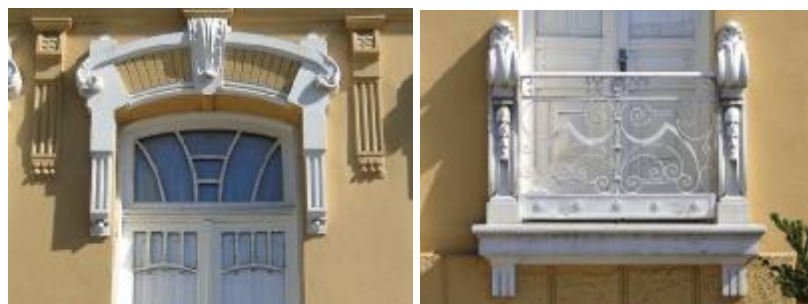


Figura 80 – Sobreverga decorada das portas-janelas (esquerda) e balcão entalado de ferro (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 81 – Ornato em forma de flores pendentes entre a cimalha e a cornija (esquerda), frontão arqueado, ostentando cartela com o ano de construção do imóvel (centro) e ornamentação da platibanda (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Durante 30 anos, a casa esteve fechada, mas recebia cuidados constantes, o que muito facilitou a restauração que iniciou em 2001¹⁰. Atualmente, a residência pertence aos descendentes do Sr. Augusto, demonstrando estado de conservação exemplar. Apenas o que prejudica, em parte, a apreciação plena do imóvel é a fiação da rede elétrica.

¹⁰ Ibid.

6.6.1 Residência Álvares da Cunha – Informações elementares

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 683

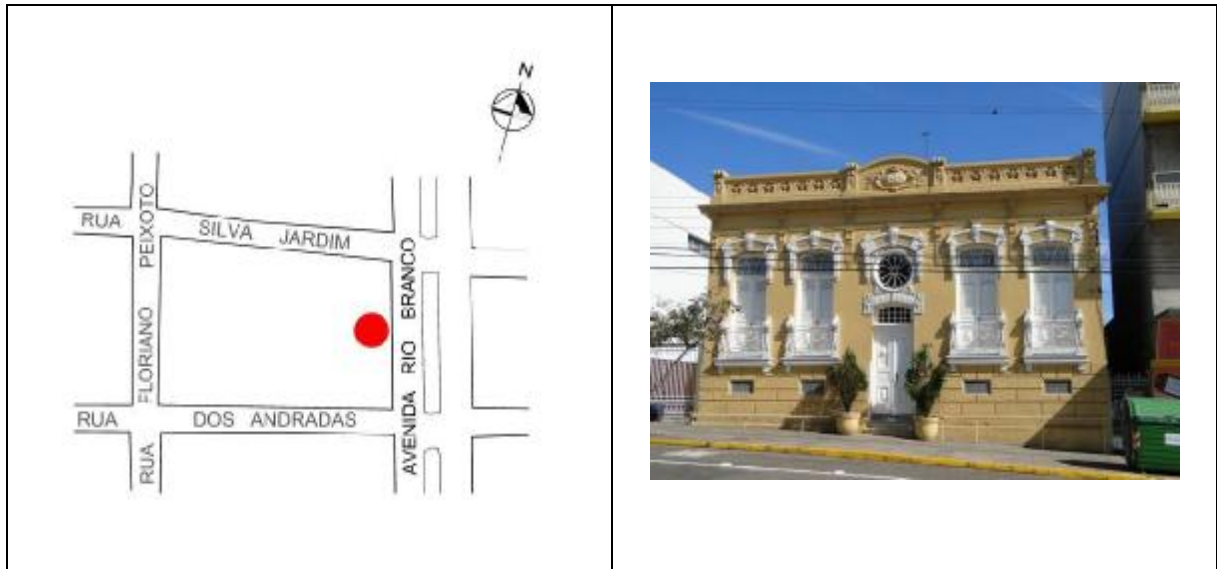


Figura 82 – Mapa de localização e foto do imóvel
Fonte – Arquivo do autor

Ano de Construção: 1912

Primeiro Proprietário: Aldorindo Fernandes

Construtor: -----

Uso original: Residencial

Uso atual: Residencial

Estado de conservação: Excelente

Entorno/Ambiência: Heterogênea

Proteção legal: Inexistente

VALOR	
ARQUITETÔNICO	✓
TRADICIONAL OU EVOCATIVO	✓
AMBIENTAL	✓
DE USO ATUAL	✓
DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM	✓
DE CONSERVAÇÃO	✓
DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL	✓
DE RARIDADE FUNCIONAL	--
DE RISCO DE DESAPARECIMENTO	✓
DE ANTIGUIDADE	✓
DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA	✓
GRAU	10

Tabela 6 – Valores de Preservação (segundo CURTIS)

6.7 Residência Mariano da Rocha – Descrição

Na Rua Venâncio Aires nº 1826, a alguns metros da Avenida Rio Branco, está localizada a elegante residência da família Mariano da Rocha, que teve como morador, até o fim da sua vida, o ilustre fundador, professor e primeiro reitor da UFSM – José Mariano da Rocha Filho – JMRF¹¹. O primeiro morador da casa foi José Maria Gama Lobo D' Eça, Barão de Saicã e esposa¹², cuja neta, Maria Manoela Marques de Souza, filha do Conde de Porto Alegre, Manoel Marques de Souza III, era avó materna de JMRF¹³. E ela pode ter auxiliado no projeto, já que era formada no curso técnico de arquitetura no Colégio Nossa Senhora de Sion, no Rio de Janeiro¹⁴.



Figura 83 – Residência Mariano da Rocha vista pelo lado esquerdo

Fonte – Arquivo do autor, 2012

A edificação pode ser definida como uma evolução da casa de porão alto, um tipo de habitação que, segundo Reis Filho (1976, p. 33-46), era uma renovação dos velhos moldes construtivos na primeira metade do século XIX, dentro do período

¹¹ Em 1999, JMRF foi eleito gaúcho do século na promoção realizada pela RBS TV e pelo Jornal Zero Hora que escolheu os 20 gaúchos que marcaram o século XX.

¹² FOLETTO, 2008, p. 113

¹³ MARIANO DA ROCHA DUARTE, 2011, p. 143

¹⁴ FOLETTO, loc. cit.

colonial. Embora ainda de frente para a rua, sua fórmula de implantação permitia aproximar as residências da via pública, sem os inconvenientes das casas térreas, elevadas por meio dos porões, cuja existência era percebida pela presença de óculos ou seteiras. Para solucionar o problema de desnível entre o piso da habitação e o plano do passeio, aparecia uma pequena escada e, em seguida, a porta de entrada. Conforme o autor, as transformações sócioeconômicas e tecnológicas pelas quais a sociedade brasileira passou durante a segunda metade do século XIX provocaram novos hábitos de construir e morar, o que resultou num novo esquema de implantação, recuado em relação ao limites laterais, ou seja, afastado dos vizinhos, e com jardim num dos lados, nas residências maiores, introduzindo um elemento paisagístico na arquitetura residencial. Foi aproveitado o esquema da casa de porão alto, e, assim, manteve-se uma altura discreta da rua, protegendo a intimidade, ocupando os porões para serviços e transferindo a entrada para a fachada lateral.

Justamente o que ocorre na Residência Mariano da Rocha. A casa possui afastamentos dos dois lados, apresentando, à esquerda, o maior deles, onde existe o jardim e ocorre o acesso principal, permitido pela pequena escada de alvenaria, guarnecido por um gracioso toldo de ferro. A porta de entrada, constituída de duas folhas, também é de ferro, assim como os grandes portões.



Figura 84 – Porta de entrada guarnecida por toldo (esquerda), portão de acesso ao jardim (centro) e portão lateral (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Mas, mesmo com porta de entrada pela fachada esquerda, a que recebe melhor tratamento é a fachada voltada para a Rua Venâncio Aires (Figura 85). No embasamento, há óculos circulares, em número de seis, contornados por larga moldura branca (Figura 86 - esquerda). No corpo, em quantidade igual dos óculos, há portas-janelas com balcões ondulados de ferro (Figura 86 - direita). Todas

ladeadas por pilastras de capitel jônico, marcadas por caneladuras (Figura 87 - esquerda). Apresentam bandeira cega em arco ogival, ornamentada com arabescos (Figura 87 - direita). Os arcos são interrompidos nos vértices por interessantes ornatos em forma de pequenas cabeças coroadas (Figura 88 - esquerda). As quatro portas-janelas, da esquerda para direita, têm seus vidros trabalhados em jato de areia por elementos arabescos, diferentes dos elementos das bandeiras. No coroamento, cimalha abaixo do friso, decorado com os mesmos ornatos de cabeças coroadas, alternado por quase identificáveis elementos florais (Figura 88 - direita). Mais acima, cornija ressaltada com dentículos. E por fim, platibanda vazada, com balaústres ostentando arcos ogivais, marcada por pilaretes adornados por folhas chapadas, que sustentam compoteiras (Figura 89).



Figura 85 – Fachada principal da Residência Mariano da Rocha

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 86 – Óculo circular (esquerda) e balcão de ferro das portas-janelas (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 87 – Capitel jônico das pilastras (esquerda) e bandeira ornada com arabescos (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 88 – Adorno dos vértices das portas-janelas (esquerda) e adornos do friso (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 89 – Detalhe da platibanda frontal e de um dos seus pilaretes, sustentando compoteira

Fonte – Arquivo do autor, 2012

As fachadas laterais, mais simplificadas, apresentam janelas tipo guilhotina, com bandeiras lisas e sem adornos nos vértices dos arcos. Verifica-se a ausência de pilastras assim como de ornamentação no friso. Na platibanda, há um outro tipo de balaústre e, nos seus pilaretes, não se tem o adorno em forma de folha chapada.



Figura 90 – Fachada lateral esquerda e balaústres da platibanda

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 91 – Fachada lateral direita e balaústres da platibanda

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Atualmente, continua a residir no imóvel a viúva do ex-reitor, que mantém preservada a casa em bom estado, mas que apresenta pequenos sinais de fragmentação de ornamentos.

6.7.1 Residência Mariano da Rocha – Informações elementares

Endereço: Rua Venâncio Aires, nº 1826

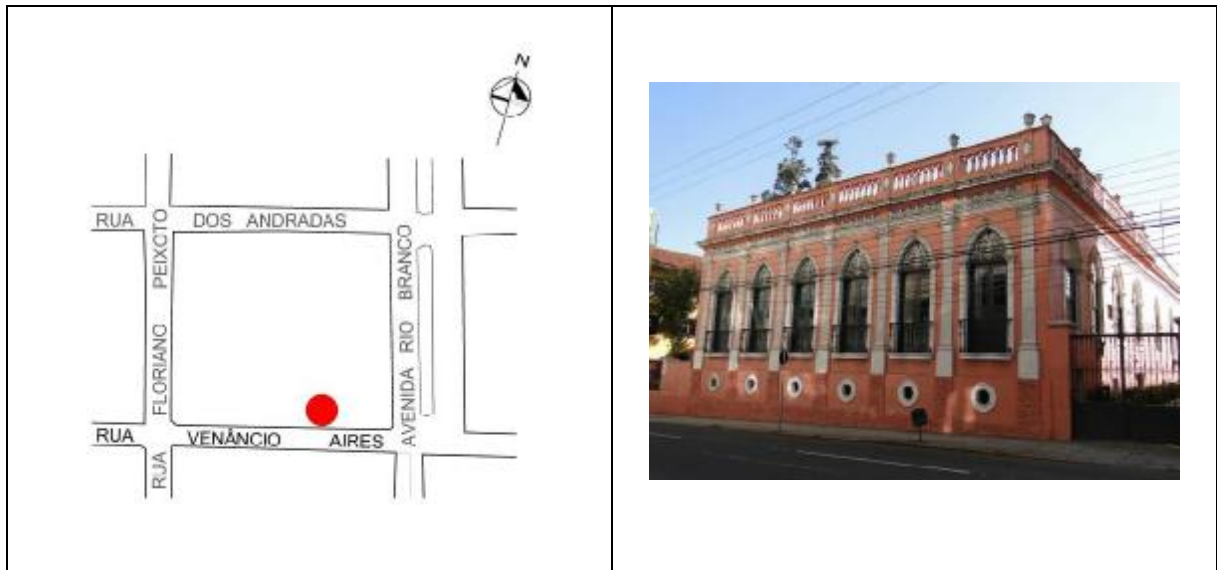


Figura 92 – Mapa de localização e foto do imóvel
Fonte – Arquivo do autor

Ano de Construção: ----

Primeiro Proprietário: José Maria Gama Lobo D' Eça

Construtor: -----

Uso original: Residencial

Uso atual: Residencial

Estado de conservação: Bom

Entorno/Ambiência: Heterogêneo

Proteção legal: Inexistente

VALOR	
ARQUITETÔNICO	✓
TRADICIONAL OU EVOCATIVO	✓
AMBIENTAL	✓
DE USO ATUAL	✓
DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM	✓
DE CONSERVAÇÃO	✓
DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL	✓
DE RARIDADE FUNCIONAL	--
DE RISCO DE DESAPARECIMENTO	✓
DE ANTIGUIDADE	✓
DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA	✓
GRAU	10

Tabela 7 – Valores de Preservação (segundo CURTIS)

6.8 Residência Astrogildo de Azevedo – Descrição

Na Rua do Acampamento, nº 81, ao lado do edifício Taperinha, encontra-se a residência que pertenceu ao médico Astrogildo de Azevedo, cofundador do Hospital de Caridade e intendente de Santa Maria¹⁵.



Figura 93 – Antiga Residência Dr. Astrogildo de Azevedo

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Atribui-se a responsabilidade pela construção da obra ao escritório do engenheiro porto-alegrense Rudolf Ahrons, com projeto do arquiteto alemão Theodor Wiederspahn. Esperava-se que o autor Gunter Weimer, maior estudioso da vida e obra de Wiederspahn, esclarecesse, no seu mais completo trabalho sobre o tema – Theo Wiederspahn arquiteto, 2009. Entretanto não o fez, deixando inconsistente a informação. Segundo Foletto et. al. (2008, p. 93), a supervisão do projeto teria sido de Henrique Schütz, chefe da filial de Ahrons em Santa Maria.

A casa é constituída de dois pavimentos, sem recuo de frente, afastada apenas da divisa à direita, onde existe um portão de ferro. A fachada apresenta

¹⁵ Álbum ilustrado comemorativo do 1º centenário da emancipação política do município de Santa Maria, 1958, p. 179

simetria, ornamentada com elementos florais. Na base, observa-se soco com quatro gateiras retangulares.

Recebe destaque a parte central, mais saliente, em bossagem. Nela, encontra-se a requintada porta de madeira entalhada, composta de duas folhas, encimada por uma espécie de cartela, mas sem nenhuma inscrição (Figura 94 - esquerda). Mais acima, uma porta-janela, com relevo na sua volta em concavidade, possuindo, ao alto, adorno composto por ramos (Figura 94 - direita). Ela é atendida por balcão balaustrado, apoiado por decoradas mãos-francesas, que protege a entrada da casa. Em cada lado da fachada, há duas janelas no térreo e duas portas-janelas com balcão entalado de ferro no segundo andar (Figura 95). Todas apresentando bandeira envidraçada retangular e sobreverga decoradas (Figura 96). Entre um pavimento e outro, ocorre cimalha ressaltada. Na parte superior, faixa decorativa, interrompida por estreitos e alongados consolos. Sobre ela, cornija ressaltada que, no centro, divide-se para formar um arco pleno, protegendo a cartela com o ano de construção da residência – 1913 (Figura 97 - esquerda). No meio da divisão da cornija, acrotério em palmeta (Figura 97 - direita). Esse conjunto forma uma espécie de frontão. Por fim, a platibanda é vazada com balaústres, marcada por pilaretes, adornados por delicados ramalhetes, encontrados também abaixo das mãos-francesas (Figura 98).



Figura 94 – Pequena cartela sobre a porta de entrada (esquerda) e adorno sobre a porta do segundo andar (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 95 – Janelas do térreo (esquerda) e portas-janelas do segundo andar (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 96 – Sobreverga das janelas (esquerda) e sobreverga das portas-janelas (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 97 – Cartela, contendo o ano de construção da casa (1913), encimada pela cornija (esquerda) e acrotério em palmeira no alto do conjunto (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 98 – Foto parcial do friso (esquerda) e de um dos pilaretes da platibanda (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Conforme Foletto et. al. (2008, p. 92 e 93), após a morte de Azevedo, a casa passou, por herança, à sua filha, Estela de Azevedo, que morou na mesma, com seu marido Miguel Beleza. Com o falecimento do casal, a edificação foi herdada por seus sobrinhos. Em 1964, ela serviu de sede para a Prefeitura Municipal de Santa Maria até 1984, quando foi adquirida pela UFSM. Desde 1985, o imóvel abriga o Museu Gama d’Eça.

Em 1981, o acervo do Museu Víctor Bersani, da extinta classe dos caixeiros-viajantes, foi incorporado pelo Museu Gama d’Eça. Uma importante informação, desconhecida por muitos, é que o acervo desse museu foi tombado, em 1938, pelo IPHAN¹⁶ - é, assim, o único patrimônio de Santa Maria tombado nacionalmente.

Atualmente, o estado de conservação do bem é extremamente satisfatório. Sua apreciação é prejudicada pelo poste de luz e pela caótica fiação da rede elétrica, impossibilitando a devida valorização do imóvel. Sofre, também, com o vandalismo das pichações.

¹⁶ Disponível em: <www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm> Acesso em: 2007

6.8.1 Residência Astrogildo de Azevedo – Informações elementares

Endereço: Rua do Acampamento, nº 81

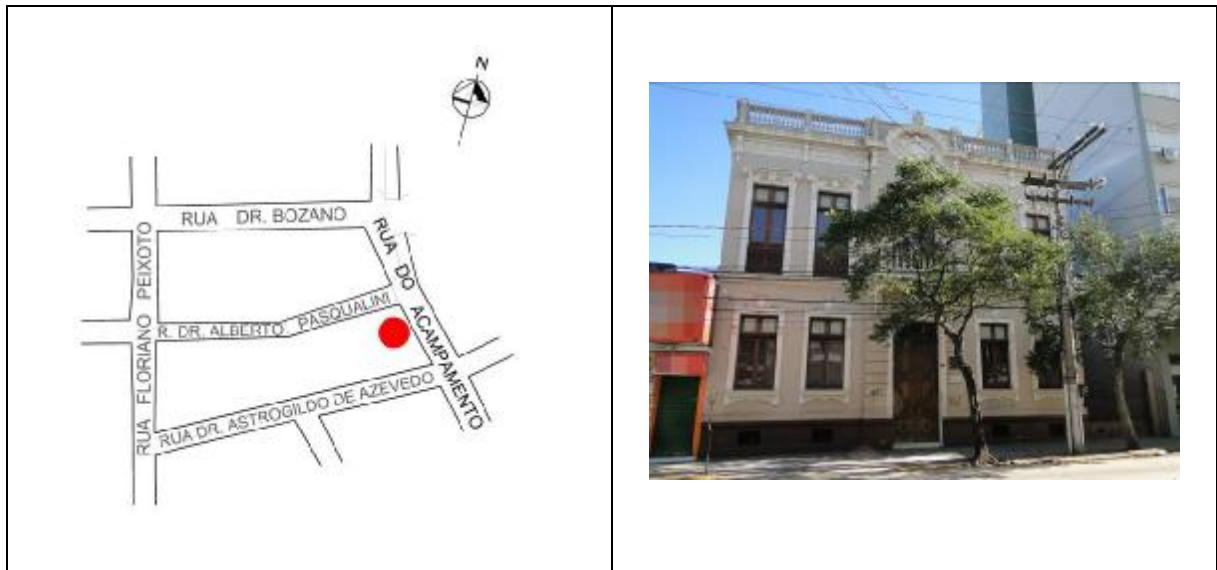


Figura 99 – Mapa de localização e foto do imóvel
Fonte – Arquivo do autor

Ano de Construção: 1913

Primeiro Proprietário: Astrogildo de Azevedo

Construtor: -----

Uso original: Residencial

Uso atual: Institucional (museu)

Estado de conservação: Bom

Entorno/Ambiência: Heterogêneo

Proteção legal: Inexistente

VALOR	
ARQUITETÔNICO	✓
TRADICIONAL OU EVOCATIVO	✓
AMBIENTAL	✓
DE USO ATUAL	✓
DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM	✓
DE CONSERVAÇÃO	✓
DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL	✓
DE RARIDADE FUNCIONAL	--
DE RISCO DE DESAPARECIMENTO	✓
DE ANTIGUIDADE	✓
DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA	✓
GRAU	10

Tabela 8 – Valores de Preservação (segundo CURTIS)

6.9 Residência Mallo – Descrição

Na Avenida Rio Branco, nº 532, esquina com a Rua Vale Machado, encontra-se o casarão eclético que pertenceu ao médico espanhol José Luiz Mallo, que se naturalizou brasileiro e residiu em Santa Maria até sua morte¹⁷.



Figura 100 – Antiga Residência Mallo

Fonte – Prefeitura Municipal de Santa Maria, antiga SEPLAN (Atual Escritório da Cidade), 2005

O imóvel foi edificado, provavelmente, em 1922, quando Mallo fixou residência em Santa Maria. Ele é constituído de dois pavimentos e, embora seja de esquina, não foi tratado como tal, concebido como uma edificação de meio de quadra. Sua frente se faz pela Avenida Rio Branco. Não possui nenhum recuo, nem frontal nem lateral. Pelo lado direito, na Avenida Rio Branco, está na divisa, contíguo ao edifício vizinho. A forma da construção é retangular, demonstrando simetria.

Na fachada pela Avenida Rio Branco, existem três portas no térreo, todas possuindo bandeira retangular com vidro colorido. As portas laterais têm, além das bandeiras retangulares, uma segunda bandeira em leque, também de vidro colorido, marcada com cimalha em arco pleno (Figura 101 - esquerda e Figura 102 -

¹⁷ Album Ilustrado Comemorativo do 1º Centenário da Emancipação Política do Município de Santa Maria, 1958, p. 185

esquerda). As três são antecedidas por degraus também em arco pleno, devido à declividade da avenida. A porta intermediária, que, por sinal, é mais estreita que as outras, assim como a porta-janela do andar superior, possui, ao invés da bandeira em leque, um ornato inserido num retângulo reentrante (Figura 101 - direita e Figura 102 - centro). No andar superior, existem três portas-janelas, apresentando bandeira retangular com venezianas, encimadas por sobreverga decorada (Figura 102 - direita). A porta-janela intermediária possui sobreverga igual às das janelas da fachada pela Rua Vale Machado. Todas atendidas por balcões balaustrados, enfeitados com elementos fitomorfos e apoiados sobre mãos-francesas (Figura 103).



Figura 101 – Portas do andar térreo: uma das portas laterais (esquerda) e porta central (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 102 – Bandeira em leque das portas laterais (esquerda), ornato acima da porta intermediária (centro) e sobreverga e bandeira venezianada das portas-janelas do andar superior (à direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 103 – Balcões balaustrados

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Na fachada pela Rua Vale Machado, há quatro janelas, todas com bandeira retangular envidraçada e sobreverga decorada. A única diferença entre elas é que as do térreo possuem vidros coloridos nas bandeiras. No embasamento, observam-se duas gateiras retangulares.



Figura 104 – Fachada voltada para a Rua Vale Machado e fotos das sobrevergas das janelas

Fonte – Arquivo do autor, 2012

A edificação é marcada verticalmente por pilastras lisas, mais largas na base e estreitando-se até o topo. No meio delas, há um adorno oval, semelhante a um medalhão. No coroamento, friso decorado entre pilastras, beiral levemente ressaltado e platibanda vazada, dividida por pilaretes decorados.



Figura 105 – Adorno das pilastras (esquerda), friso decorado (centro) e pilarete da platibanda

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Em 1944, José Mallo veio a falecer em sua residência. Após sua morte, o imóvel foi vendido. O novo dono, a família Bohrer¹⁸, alugou para a Delegacia de Polícia. Em 2000, a edificação foi novamente vendida. Desde então, abriga um antiquário, apresentando bom estado de conservação, mas verifica-se a instalação inadequada de aparelho de ar condicionado e de aparato publicitário.

¹⁸ FOLETTO et. al., 2008, p. 118

6.9.1 Residência Mallo – Informações elementares

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 532, esquina com a Rua Vale Machado



Figura 106 – Mapa de localização e foto do imóvel
Fonte – Arquivo do autor - Foto PMSM/SEPLAN

Ano de Construção: 1922 [data provável]

Primeiro Proprietário: José Luiz Mallo

Construtor: -----

Uso original: Residencial

Uso atual: Comercial

Estado de conservação: Bom

Entorno/Ambiência: Homogêneo

Proteção legal: Inexistente

VALOR	
ARQUITETÔNICO	✓
TRADICIONAL OU EVOCATIVO	✓
AMBIENTAL	✓
DE USO ATUAL	✓
DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM	✓
DE CONSERVAÇÃO	✓
DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL	✓
DE RARIDADE FUNCIONAL	--
DE RISCO DE DESAPARECIMENTO	✓
DE ANTIGUIDADE	✓
DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA	✓
GRAU	10

Tabela 9 – Valores de Preservação (segundo CURTIS)

6.10 Residência Machado – Descrição

O sobrado localizado na Avenida Rio Branco, nº 821, ao lado da Catedral Diocesana, foi construído para servir de residência da família de Mário Machado, funcionário da antiga Intendência Municipal¹⁹.



Figura 107 – Antiga Residência Mário Machado
Fonte – Arquivo do autor, 2012

Essa peculiar edificação possui uma composição de fachada bem curiosa: em três níveis escalonados, o do lado direito é o mais avançado e mais largo e o do lado esquerdo é o mais recuado. Praticamente todas as janelas do andar superior são iguais, com bandeiras e sobrevergas retangulares. A única exceção é a janela do lado direito. As três janelas do andar térreo são todas diferentes. A que se destaca é justamente a da extremidade direita, com verga em grande arco (quase uma circunferência), dividida em três partes por pequenos pilares misulados que se estendem até o balcão inacessível do andar superior. Tanto esse balcão como o guarda-corpo do pequeno terraço tem influência *art nouveau*. Apresenta discretos elementos decorativos, mas, entre eles, destaca-se a face feminina envolta por ornatos no frontão circular.

¹⁹ FOLETTO et. al., 2008, p. 119



Figura 108 – Balcão sobre janela tripartida (esquerda), pilares misulados (centro) e guarda-corpo do segundo andar (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2011



Figura 109 – Ornato com face feminina

Fonte – Arquivo do autor, 2011

Não se tem conhecimento sobre a autoria do projeto, mas acredita-se que tenha sido o arquiteto Theodor Carsten. Em 1945, Guilhermina Jacques Machado, herdeira da casa, vendeu o imóvel para servir de Casa Paroquial²⁰. Até hoje, continua com a mesma serventia, expondo bom estado de conservação, mas de aspecto descuidado.

²⁰ Ibid.

6.10.1 Residência Machado – Informações elementares

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 821

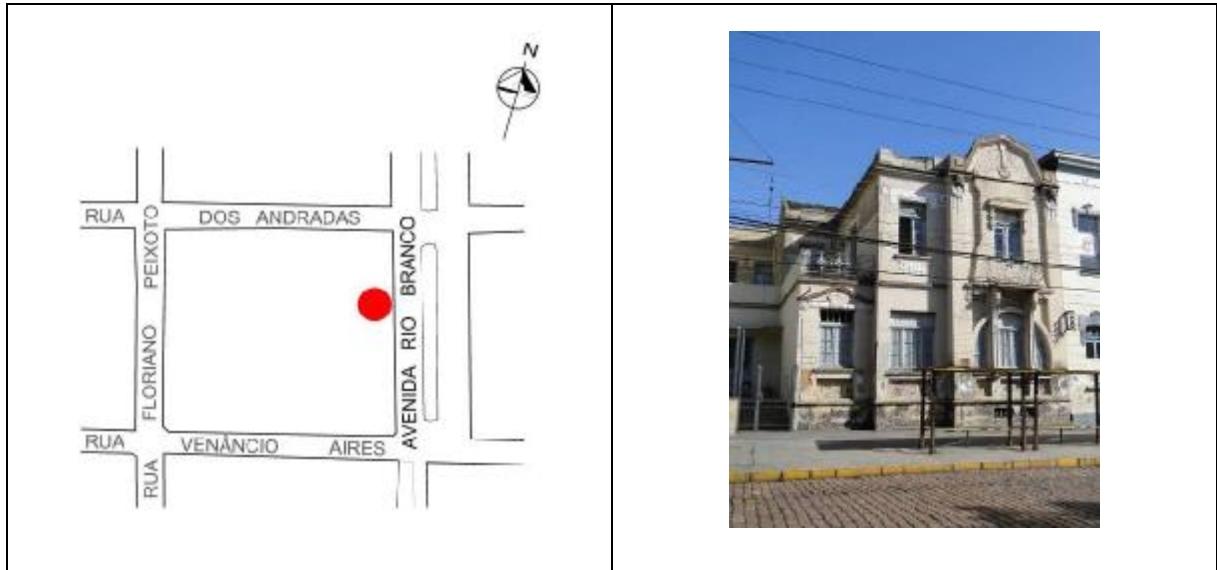


Figura 110 – Mapa de localização e foto do imóvel
Fonte – Arquivo do autor

Ano de Construção: ----

Primeiro Proprietário: Mário Machado (segundo FOLETTTO et. al., 2008, p. 119)

Construtor: -----

Uso original: Residencial

Uso atual: Institucional

Estado de conservação: Bom

Entorno/Ambiência: Homogêneo

Proteção legal: Inexistente

VALOR	
ARQUITETÔNICO	✓
TRADICIONAL OU EVOCATIVO	✓
AMBIENTAL	✓
DE USO ATUAL	✓
DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM	✓
DE CONSERVAÇÃO	✓
DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL	✓
DE RARIDADE FUNCIONAL	--
DE RISCO DE DESAPARECIMENTO	✓
DE ANTIGUIDADE	✓
DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA	✓
GRAU	10

Tabela 10 – Valores de Preservação (segundo CURTIS)

6.11 Residência Marques – Descrição

Na esquina entre a Avenida Rio Branco e a Rua Ernesto Beck, localiza-se a edificação mandada construir pelo Cel. Ernesto Marques da Rocha em 1918 (FOLETTTO et. al., 2008, p. 95).



Figura 111 – Antigo prédio Ernesto Marques

Fonte – Arquivo do autor, 2011

O imóvel consiste em um sobrado, com extensão maior no lado voltado para a Rua Ernesto Beck. Nele é possível identificar três partes destacadas a partir do coroamento. A primeira delas é a esquina: chanfrada, possui frontão curvilíneo, contendo cartela com as iniciais “E” e “M” do primeiro proprietário, apresenta porta de entrada com bandeira em arco pleno, diferente de todas as demais esquadrias, em verga reta, e a platibanda que se salienta levemente e recebe ornato denteado. Outra parte em destaque é formada pelo conjunto de seis esquadrias na face da Rua Ernesto Beck. A terceira situa-se na extremidade da fachada voltada para a Avenida Rio Branco. Essas duas partes recebem frontão em arco abatido e a mesma saliência da platibanda da esquina, com o ornato denteado. E as três exibem balcão de metal. Há um quarto balcão, pelo lado da Avenida, que serve a duas portas-janelas. Todos eles sustentados por largas mísulas.



Figura 112 – Cartela, contendo as iniciais do primeiro proprietário “E” e “M”, no frontão curvilíneo

Fonte – Arquivo do autor, 2011

O prédio é marcado por pilastras lisas, ornadas nas pontas por medalhões chapados. O espaço entre os andares na fachada da Rua Ernesto Beck é composto por retângulos emoldurados dos filetes em relevo.



Figura 113 – Medalhão chapado localizado no topo das pilastras (esquerda) e moldura de entrepisos encontrada na fachada pela Rua Ernesto Beck (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2011

Atualmente, o prédio demonstra manter sua feição original. O que lhe desvaloriza é um cenário de desleixo e desordem: pintura envelhecida, cores destoantes e propaganda vulgar no térreo, calçada deteriorada, aspecto de sujeira, fiação elétrica cruzada e, ainda, arborização urbana inadequada.

6.11.1 Residência Marques – Informações elementares

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 195, esquina com a Rua Ernesto Beck

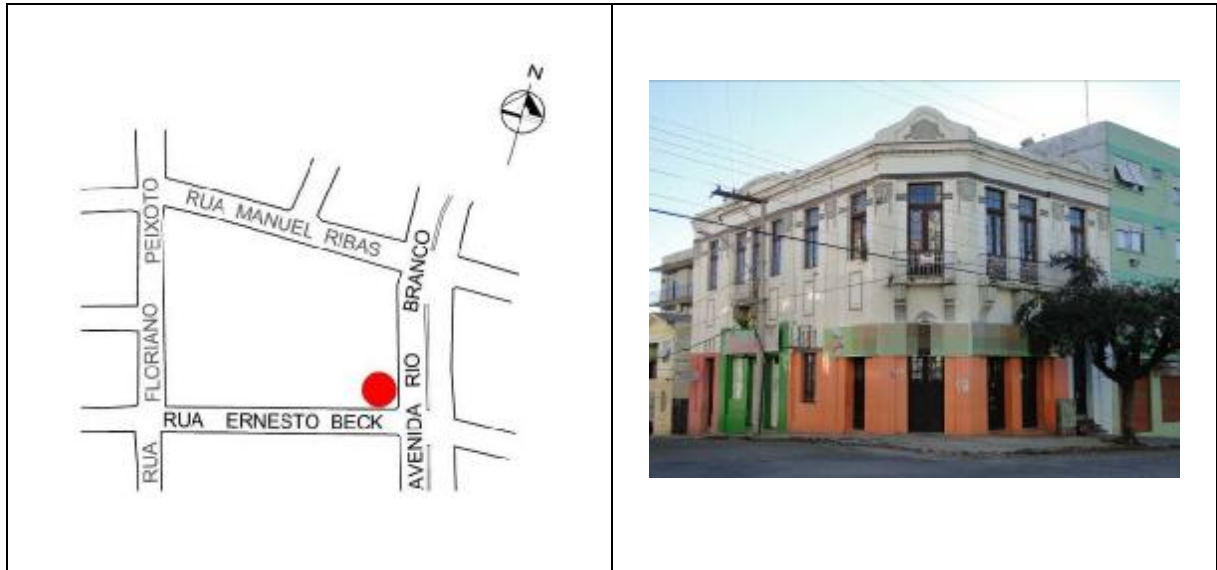


Figura 114 – Mapa de localização e foto do imóvel
Fonte – Arquivo do autor

Ano de Construção: 1918 (FOLETTTO et. al., 2008, p. 95)

Primeiro Proprietário: Ernesto Marques da Rocha

Construtor: -----

Uso original: Residencial

Uso atual: Comercial

Estado de conservação: Bom

Entorno/Ambiência: Homogêneo

Proteção legal: Inexistente

VALOR	
ARQUITETÔNICO	✓
TRADICIONAL OU EVOCATIVO	✓
AMBIENTAL	--
DE USO ATUAL	✓
DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM	✓
DE CONSERVAÇÃO	✓
DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL	--
DE RARIDADE FUNCIONAL	--
DE RISCO DE DESAPARECIMENTO	✓
DE ANTIGUIDADE	✓
DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA	✓
GRAU	8

Tabela 11 – Valores de Preservação (segundo CURTIS)

6.12 Residência Gama – Descrição

Na Rua Silva Jardim, nº 1989, no meio da quadra entre a Avenida Rio Branco e a Rua André Marques, encontra-se a peculiar residência de decoração *art nouveau* pertencente à família Gama.

Conforme Foletto (2008, p. 118), a feição atual da casa, eclética, não é a original. Suas características iniciais eram do período colonial, com janelas emolduradas de vergas em arco, poucos ornamentos, platibanda cega e cobertura de telhas cerâmicas.

A construção não possui recuo de frente. Há afastamento apenas na lateral esquerda, do outro lado ela é contígua ao prédio vizinho. A fachada é simétrica, centralizada pelo portão de ferro que dá acesso ao patamar de entrada. As quatro janelas foram substituídas por portas-janelas de vergas retas, com balcão entalado, também de ferro. Na base, apresenta soco liso, com pequenas saliências. Nas extremidades, ocorrem pilastras, também lisas.



Figura 115 – Residência Gama

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Em cada par de porta-janela, contornos salientes se prolongam em dois arcos de círculos interrompidos, emoldurando a ornamentação em forma de viçosos conjuntos de ramos simétricos. No início dos contornos, juntos com os balcões, observam-se delicados elementos em forma de folha, quase imperceptíveis.



Figura 116 – Ornamentação sobre as portas-janelas

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 117 – Detalhes dos balcões de ferro

Fonte – Arquivo do autor, 2012

O centro da edificação recebe destaque. O portão de entrada é enquadrado por larga moldura, formando, acima da verga, reentrância semicircular, preenchida por adornos de folhas movimentadas e ladeada por folhas espiraladas. Nos cantos do portão, acima do soco, também, há pequenas folhas, mais compridas que as das portas-janelas.



Figura 118 – Ornamentação sobre o portão de entrada

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 119 – Adornos em forma de folha, encontrados junto ao portão de entrada

Fonte – Arquivo do autor, 2012

No coroamento, a platibanda é vazada por balaústres e ornada com arabescos. O frontão é rebuscado, tendo, no topo, acrotério em palmeta. Outros dois caprichosos acrotérios são encontrados nos cantos, em continuação das pilastras.



Figura 120 – Frontão ornado com arabescos

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 121 – Acrotérios da platibanda

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Percebe-se que, recentemente, a casa passou por pintura completa, apresentando, assim, ótimo aspecto. Não demonstra nenhum tipo de lesão física, estando, portanto, bem conservada. Apenas, o que, em parte, compromete sua apreciação é a conturbada rede elétrica.

6.12.1 Residência Gama – Informações elementares

Endereço: Rua Silva Jardim, nº 1989

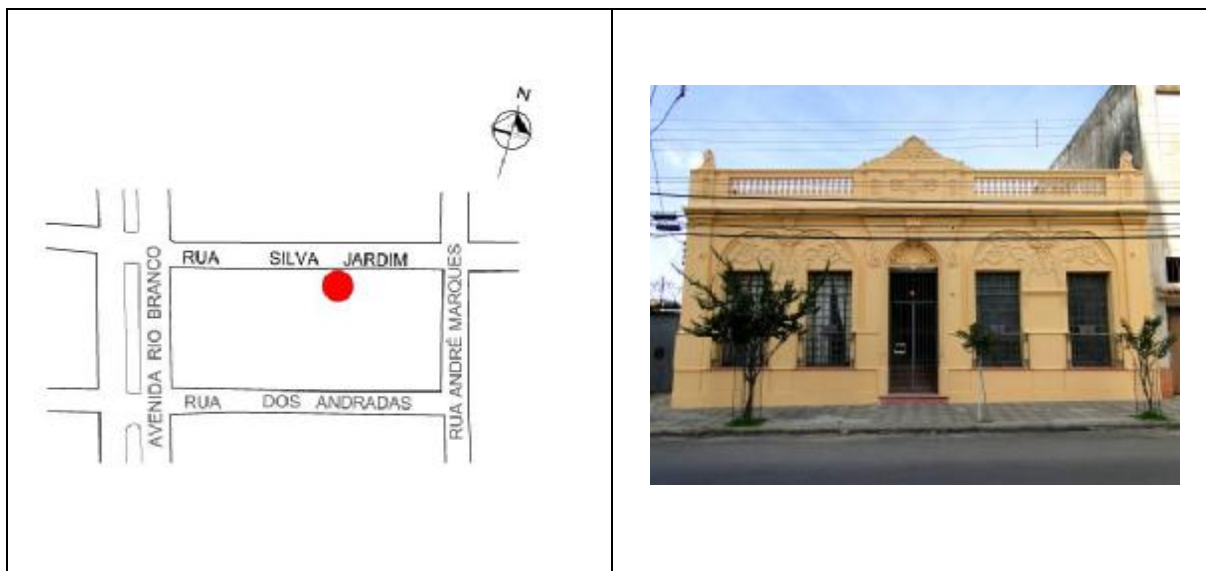


Figura 122 – Mapa de localização e foto do imóvel
Fonte – Arquivo do autor

Ano de Construção: ----

Primeiro Proprietário: -----

Construtor: -----

Uso original: Quartel Militar (segundo FOLETTTO et. al., 2008, p.118)

Uso atual: Residencial

Estado de conservação: Bom

Entorno/Ambiência: Heterogêneo

Proteção legal: Inexistente

VALOR	
ARQUITETÔNICO	✓
TRADICIONAL OU EVOCATIVO	--
AMBIENTAL	--
DE USO ATUAL	✓
DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM	✓
DE CONSERVAÇÃO	✓
DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL	✓
DE RARIDADE FUNCIONAL	--
DE RISCO DE DESAPARECIMENTO	✓
DE ANTIGUIDADE	✓
DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA	✓
GRAU	8

Tabela 12 – Valores de Preservação (segundo CURTIS)

6.13 Residência Danesi – Descrição

A edificação localizada na Rua José Bonifácio, nº 2465, foi construída para servir de residência a Maximiliano Danesi, cujas iniciais do seu nome estão inscritas no frontão da platibanda, juntamente com a data de construção – 1912.



Figura 123 – Antiga Residência Maximiliano Danesi

Fonte – Arquivo do autor, 2011



Figura 124 – Frontão contendo a iniciais “M” e “D” do primeiro proprietário e o ano de construção

Fonte – Arquivo do autor, 2011

Esse imóvel foi erguido afastado das divisas laterais e no alinhamento da Rua José Bonifácio, quando esta fazia parte da Avenida Ipiranga (atual Avenida

Presidente Vargas), conforme pode ser constatado na placa de metal incrustada na fachada.



Figura 125 – Placa fixada na fachada, com a antiga denominação da via (Avenida Ipiranga)

Fonte – Arquivo do autor, 2011

Embora pareça ser uma edificação térrea, apresenta dois pavimentos, pois aproveita a declividade do terreno, que pode ser acessado pela entrada do afastamento lateral direito. O lote é estreito, mas comprido.

A fachada é simétrica, centralizada pela porta de entrada, possuindo, em cada, lado duas janelas, todas ornadas com sobreverga ressaltada curvada de modo suave, diferentemente da sobreverga da porta, em arco pleno. Sob os beirais salientes das janelas, há delicados consolos. Apresenta embasamento em bossagem, da mesma forma que as pilastras e os cunhais. Possui, ainda, platibanda vazada, com frontão em arco, cornija com dentículos e friso com delicado rendilhado. Tal decorativismo limita-se à fachada principal.

Desde 1970, a casa abriga uma Clínica Oftalmológica, demonstrando, até o momento, um bom estado de conservação. Apenas, o que desvaloriza o imóvel são os avantajados toldos colocados nas janelas. Somam-se, a eles, o poste de concreto posicionado defronte e a fiação cruzada da rede elétrica.

6.13.1 Residência Danesi – Informações elementares

Endereço: Rua José Bonifácio, nº 2465

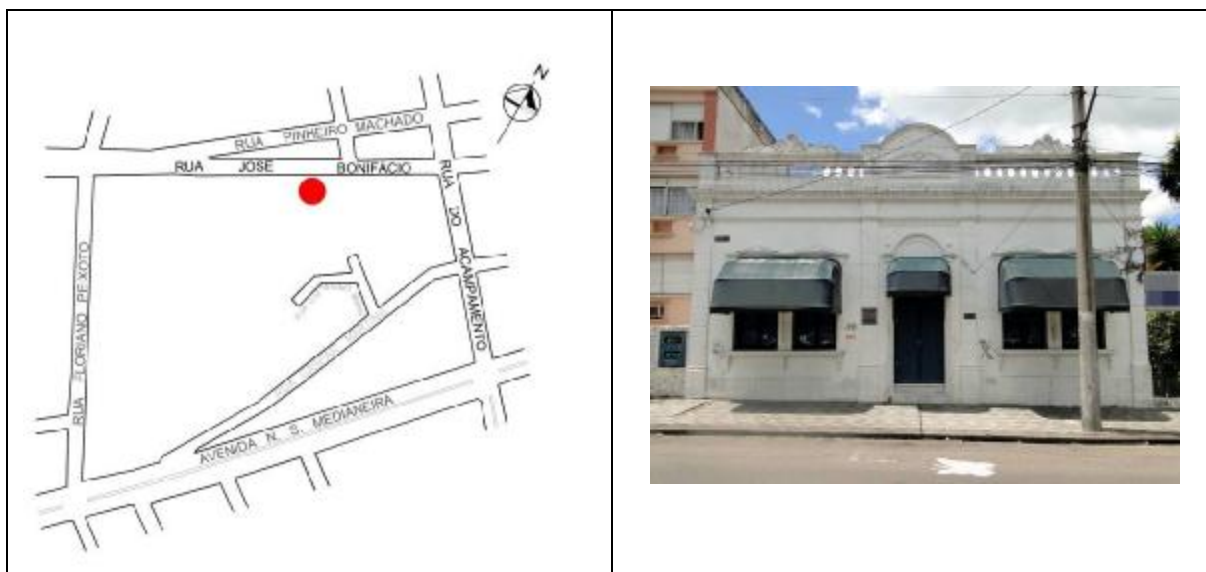


Figura 126 – Mapa de localização e foto do imóvel
Fonte – Arquivo do autor

Ano de Construção: 1912

Primeiro Proprietário: Maximiliano Danesi

Construtor: -----

Uso original: Residencial

Uso atual: Prestação de serviço

Estado de conservação: Bom

Entorno/Ambiência: Heterogêneo

Proteção legal: Inexistente

VALOR	
ARQUITETÔNICO	✓
TRADICIONAL OU EVOCATIVO	✓
AMBIENTAL	✓
DE USO ATUAL	✓
DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM	✓
DE CONSERVAÇÃO	✓
DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL	✓
DE RARIDADE FUNCIONAL	--
DE RISCO DE DESAPARECIMENTO	✓
DE ANTIGUIDADE	✓
DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA	✓
GRAU	10

Tabela 1 – Valores de Preservação (segundo CURTIS)

6.14 Residência Scharlau – Descrição

Na Rua Coronel Niederauer, nº 1595, perto do Colégio Marista Santa Maria, localiza-se uma tradicional residência eclética, pertencente à família Scharlau desde 1969²¹.



Figura 127 – Residência Scharlau

Fonte – Arquivo do autor, 2012

A construção é afastada das divisas e situada no alinhamento. A fachada é simétrica, centralizada pela porta de entrada. Na base, apresenta soco em bossagem, com pequenas gateiras abaixo de cada uma das quatro janelas.

A parte central da fachada recebe ornamentação diferenciada das extremidades. As janelas, ao lado da porta de entrada, têm molduras e sobrevergas diferentes das outras, que, por sua vez, são ladeadas por pilastras decoradas. Logo abaixo do peitoril de todas as janelas, há um ornato horizontal, também diferente nas janelas das extremidades. A moldura da porta não é igual à das outras esquadrias, sua sobreverga é única e mais rebuscada e sua cimalha é contínua com as das janelas mais próximas. No coroamento, friso ornamentado apenas na parte central;

²¹ Em entrevista ao autor, o Sr. Harro Ramon Scharlau informou que comprou o imóvel do Sr. Arnaldo Jaques Moura, que havia recebido de presente de casamento de sua sogra, Sra. Amália do Nascimento Pereira. O Sr. Scharlau ressalta que, antes da Sr.^a Pereira, houve um outro proprietário.

cornija ressaltada, com dentículos somente nas laterais, e platibanda cega na parte central, com frontão, e, nas extremidades, vazada, com balaústres, encimada por compoteiras.

A residência apresenta estado de conservação muito satisfatório. Como em outros tantos imóveis históricos de Santa Maria, sua apreciação é prejudicada pela rede elétrica.



Figura 128 – Sobrevergas das janelas (esquerda e direita) e sobreverga da porta (centro)

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 129 – Frontão arqueado (esquerda) e parte da platibanda vazada por balaústres e encimada por compoteiras (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012

6.14.1 Residência Scharlau – Informações elementares

Endereço: Rua Coronel Niederauer, nº 1595



Figura 130 – Mapa de localização e foto do imóvel
Fonte – Arquivo do autor

Ano de Construção: ----

Primeiro Proprietário: -----

Construtor: -----

Uso original: Residencial

Uso atual: Residencial

Estado de conservação: Bom

Entorno/Ambiência: Heterogêneo

Proteção legal: Inexistente

VALOR	
ARQUITETÔNICO	✓
TRADICIONAL OU EVOCATIVO	--
AMBIENTAL	--
DE USO ATUAL	✓
DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM	✓
DE CONSERVAÇÃO	✓
DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL	✓
DE RARIDADE FUNCIONAL	--
DE RISCO DE DESAPARECIMENTO	✓
DE ANTIGUIDADE	✓
DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA	✓
GRAU	8

Tabela 14 – Valores de Preservação (segundo CURTIS)

6.15 Residência Manoel Ribas – Descrição

Na Avenida Rio Branco, nº303, entre as Ruas Daudt e Ernesto Becker, encontra-se o imóvel que teve, como ilustre morador, Manoel Ribas²², ex-prefeito de Santa Maria, em 1927²³.



Figura 131 – Antiga Residência Manoel Ribas

Fonte – Arquivo do autor, 2012

A edificação é térrea, com pouca frente, mas estende-se ao fundo e utiliza o subsolo, o que a faz ter quase 500 metros quadrados. É afastada das divisas na parte frontal, mas alarga-se à esquerda, onde apresenta acesso principal. A fachada voltada para a avenida é assimétrica, centralizada por uma pilastra, tendo, do lado esquerdo, duas janelas iguais e, do lado direito, apenas uma única janela, maior que as outras. As três possuem moldura, engrossada acima da verga, e peitoril saliente sobre pequenos consolos. Diferem pela cimalha de sobreverga – reta, com adornos em relevo acima, nas duas primeiras e arqueada, com adornos em relevo abaixo, na terceira – e pelos adornos geométricos abaixo do peitoril, limitados pela faixa horizontal acima do soco e pelas pequenas faixas verticais, continuação das molduras. Nos cantos, a fachada recebe cunhais. No alto, entre a cornija e a

²² DALCOL, in: DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2011, p. 3

²³ Foi interventor e governador do Paraná por 13 anos (CASA CIVIL – PR).

cimalha, o friso é marcado discretamente no reboco com textura rústica, assim como nos cunhais, na pilastra e nas paredes dos peitoris. Por fim, há a platibanda, ora é cheia ora é vazada.



Figura 132 – Cimalhas das janelas frontais

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 133 – Adornos abaixo do peitoril das janelas

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Em 2007, a edificação foi sede do evento Mostra Casa & Cia - centro, do grupo RBS. Em 2008, o imóvel foi tombado, a pedido do proprietário na época, Paulo Ceccim, pelo decreto nº 133 do executivo municipal. Atualmente, passa por obras, pois fará parte do condomínio de 47 apartamentos, construído ao longo do lote, denominado “Residencial Manoel Ribas”.

6.15.1 Residência Manoel Ribas – Informações elementares

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 303

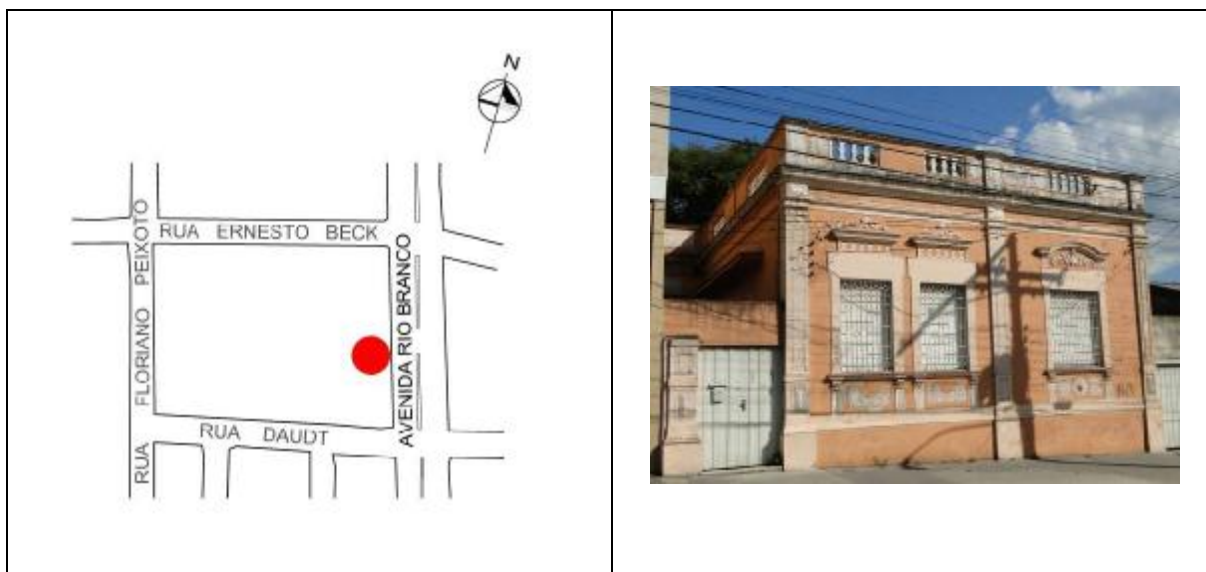


Figura 134 – Mapa de localização e foto do imóvel
Fonte – Arquivo do autor

Ano de Construção: ----

Primeiro Proprietário: -----

Construtor: -----

Uso original: Residencial

Uso atual: Desocupada (em obras)

Estado de conservação: Bom

Entorno/Ambiência: Homogêneo

Proteção legal: Tombado pelo município

VALOR	
ARQUITETÔNICO	✓
TRADICIONAL OU EVOCATIVO	--
AMBIENTAL	--
DE USO ATUAL	✓
DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM	✓
DE CONSERVAÇÃO	✓
DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL	--
DE RARIDADE FUNCIONAL	--
DE RISCO DE DESAPARECIMENTO	✓
DE ANTIGUIDADE	✓
DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA	✓
GRAU	7

Tabela 15 – Valores de Preservação (segundo CURTIS)

6.16 Residência na Rua Ernesto Beck, nº 1787 – Descrição

No meio da quadra, compreendida entre a Rua Floriano Peixoto e a Avenida Rio Branco, na tranquila Rua Ernesto Beck, encontra-se uma graciosa edificação eclética, desconhecida por muitos.



Figura 135 – Residência na Ernesto Beck, nº 1787

Fonte – Arquivo do autor, 2011

Trata-se uma residência de um pavimento, construída no alinhamento da rua, levemente afastada das divisas laterais. A fachada é quase simétrica, em virtude das portas-janelas e balcões de ferro do lado esquerdo e apenas janelas do lado direito, mas ambas possuem beirais salientes sobre consolos e sobreverga decorada, com elementos florais (Figura 136 - esquerda e centro). Um desses elementos se repete na sobreverga da porta de entrada, somando-se ao suave rosto feminino, o que dá um ar peculiar à edificação. Como a verga dessa porta está mais baixa que as das janelas, é possível concluir que havia degraus internos para se chegar ao nível dos cômodos.

No meio da fachada, possui uma cartela contendo o ano de construção – 1911 (Figura 137 - esquerda). Nos cantos, cunhais ornados também com elementos florais, porém mais geometrizados (Figura 136 - direita). Apresenta, ainda, cornija

saliente, com dentículos, e platibanda fechada, ornada com uma sequência de trifólios (Figura 137 - direita), encimada por pequenos acrotérios. Percebe-se que o tratamento decorativo limita-se à fachada frontal, pois as fachadas laterais não possuem nenhum tipo de ornato.



Figura 136 – Ornamentos das sobrevergas (esquerda/centro) e um dos ornamentos dos cunhais (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2011

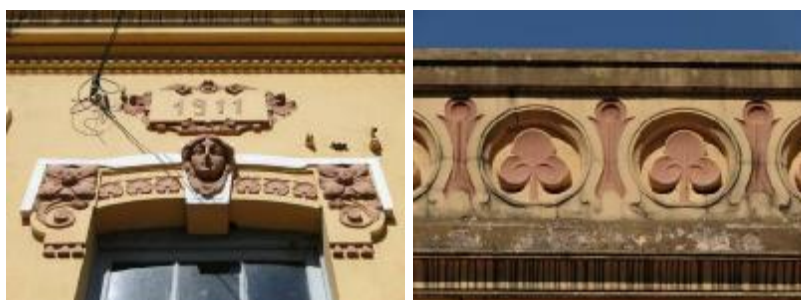


Figura 137 – Cartela, contendo o ano de construção, acima da sobreverga da porta de entrada (esquerda) e trifólios da platibanda (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2011

Até o fechamento desta pesquisa, o imóvel encontrava-se em fase de demolição, restando somente sua fachada já agredida e parcialmente ocultada por tapumes.



Figura 138 – Fachada após demolição

Fonte – Arquivo do autor, 2012

6.16.1 Residência na Rua Ernesto Beck, nº 1787 – Informações elementares

Endereço: Rua Ernesto Beck, nº 1787

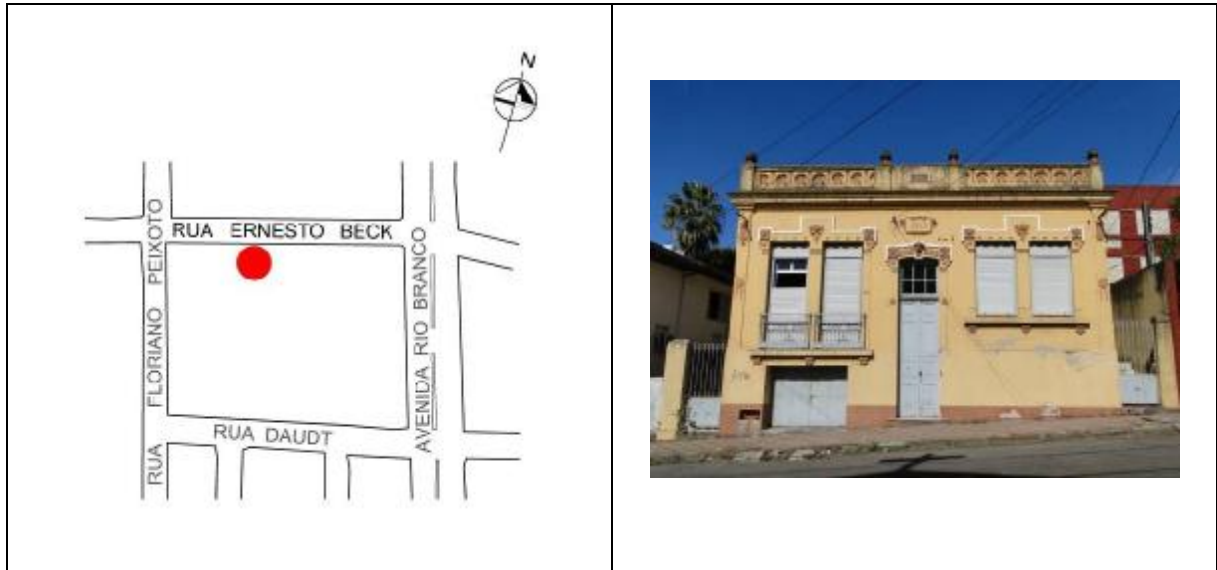


Figura 139 – Mapa de localização e foto do imóvel
Fonte – Arquivo do autor

Ano de Construção: 1911

Primeiro Proprietário: -----

Construtor: -----

Uso original: Residencial

Uso atual: Desocupada (em obras)

Estado de conservação: Regular

Entorno/Ambiência: Heterogêneo

Proteção legal: Inexistente

VALOR	
ARQUITETÔNICO	✓
TRADICIONAL OU EVOCATIVO	--
AMBIENTAL	--
DE USO ATUAL	✓
DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM	✓
DE CONSERVAÇÃO	--
DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL	✓
DE RARIDADE FUNCIONAL	--
DE RISCO DE DESAPARECIMENTO	✓
DE ANTIGUIDADE	✓
DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA	✓
GRAU	7

Tabela 16 – Valores de Preservação (segundo CURTIS)

6.17 Imóvel na Rua Cel. Niederauer, nº 1613 – Descrição

Na Rua Coronel Niederauer, nº 1613, ao lado da Residência Scharlau, existe uma outra típica casa eclética, pertencente ao senhor Vítor de Cavata Rodrigues²⁴, administrador de imóveis e corretor.



Figura 140 – Imóvel na Rua Coronel Niederauer, nº 1613

Fonte – Arquivo do autor, 2011

A construção possui certa semelhança com a residência vizinha, principalmente na ornamentação. Trata-se de uma edificação térrea, construída no alinhamento. Apresenta simetria na fachada. Entretanto sua entrada se faz pela lateral, na esquerda. Em sua base, possui soco, com pequenas gateiras retangulares. As janelas, em número de quatro, são emolduradas e possuem vergas retas, assim como as cimalhas, cobrindo duas delas ao mesmo tempo. Sobre essas cimalhas, ornatos. Acima deles, o friso, também, recebe ornatos. Verticalmente, é marcada por pilastras adornadas, no topo, por mascarões. A cornija é movimentada abaixo de cada frontão. Acima dos frontões, compoteiras. A platibanda, fechada, tem adornos próprios.

²⁴ Em entrevista ao autor, o Sr. Rodrigues informou que comprou o imóvel da senhora Rosinha Cauduro Meyer.



Figura 141 – Sobrevergas das janelas e friso ornado (esquerda) e frontão encimado por compoteira (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 142 – Ornato abaixo da cornija movimentada (esquerda) e mascarão das pilastras (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Desde 1987 até 2011, a edificação serviu de sede para a imobiliária do Sr. Rodrigues. No momento, ela se encontra desocupada e bem conservada. Infelizmente, é alvo de vandalismo – pichações. Sua apreciação é prejudicada pela rede elétrica e pelo poste de luz posicionado a sua frente.

6.17.1 Residência na Rua Cel. Niederauer, nº 1613 – Informações elementares

Endereço: Rua Cel Niederauer, nº 1613



Figura 143 – Mapa de localização e foto do imóvel
Fonte – Arquivo do autor

- Ano de Construção:** ----
- Primeiro Proprietário:** -----
- Construtor:** -----
- Uso original:** Residencial
- Uso atual:** Desocupada
- Estado de conservação:** Bom
- Entorno/Ambiência:** Heterogêneo
- Proteção legal:** Inexistente

VALOR	
ARQUITETÔNICO	✓
TRADICIONAL OU EVOCATIVO	--
AMBIENTAL	--
DE USO ATUAL	✓
DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM	✓
DE CONSERVAÇÃO	✓
DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL	✓
DE RARIDADE FUNCIONAL	--
DE RISCO DE DESAPARECIMENTO	✓
DE ANTIGUIDADE	✓
DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA	✓
GRAU	8

Tabela 17 – Valores de Preservação (segundo CURTIS)

6.18 Imóvel na Avenida Rio Branco, nº 809 – Descrição

Na primeira parte da Avenida Rio Branco, próximo à Catedral Diocesana, ao lado da atual Casa Paroquial, encontra-se um interessante sobrado de meio de quadra, construído no alinhamento e sem afastamento das divisas laterais.



Figura 144 – Sobrado na Avenida Rio Branco, nº 809

Fonte – Arquivo do autor, 2011

A edificação apresenta um conjunto de estreitas aberturas alinhadas e encimadas por sobrevergas decoradas. As sobrevergas do andar térreo são todas do mesmo feitio, as do andar superior possuem duas variações. Outra variação que ocorre no andar inferior é a marcação de linhas horizontais reentrantes e pelo soco na base. Uma faixa horizontal divide os dois andares. Na extremidade direita, ocorre um destaque das aberturas dos dois andares, ladeadas por faixas verticais. No coroamento, discretos detalhes e cornija com dentículos.



Figura 145 – Sobreverga do andar térreo (esquerda) e sobrevergas do andar superior (centro/direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2011

Infelizmente, não se tem conhecimento sobre o autor da construção, que serviu de Casa Paroquial. Por muitos anos, o imóvel serviu de sede para uma rádio. Quanto ao seu estado de conservação, demonstra sinais de violação, retiradas de esquadrias (substituídas por modelos contemporâneos), fechamento de vãos e um irracional rasgo para inserção de grade. Além disso, sofre com o vandalismo – pichação. O que não torna sua situação grave é que essas agressões podem ser reversíveis. No momento, passa por obras, para abrigar uma instituição bancária.

Originalmente, o imóvel possuía apenas um pavimento, conforme pode ser constatado em foto antiga da Avenida Rio Branco.

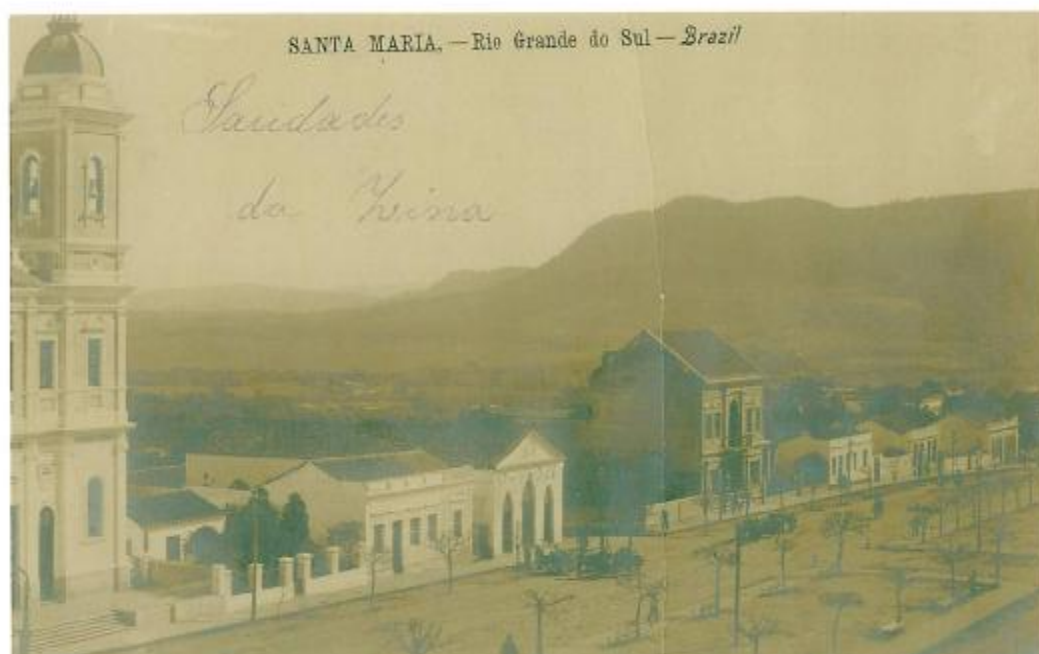


Figura 146 – Foto da Avenida Rio Branco

Fonte – Casa de Memória Edmundo Cardoso (Foto de Venancio Schleiniger, 1914)

6.18.1 Imóvel na Avenida Rio Branco, nº 809 – Informações elementares

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 809

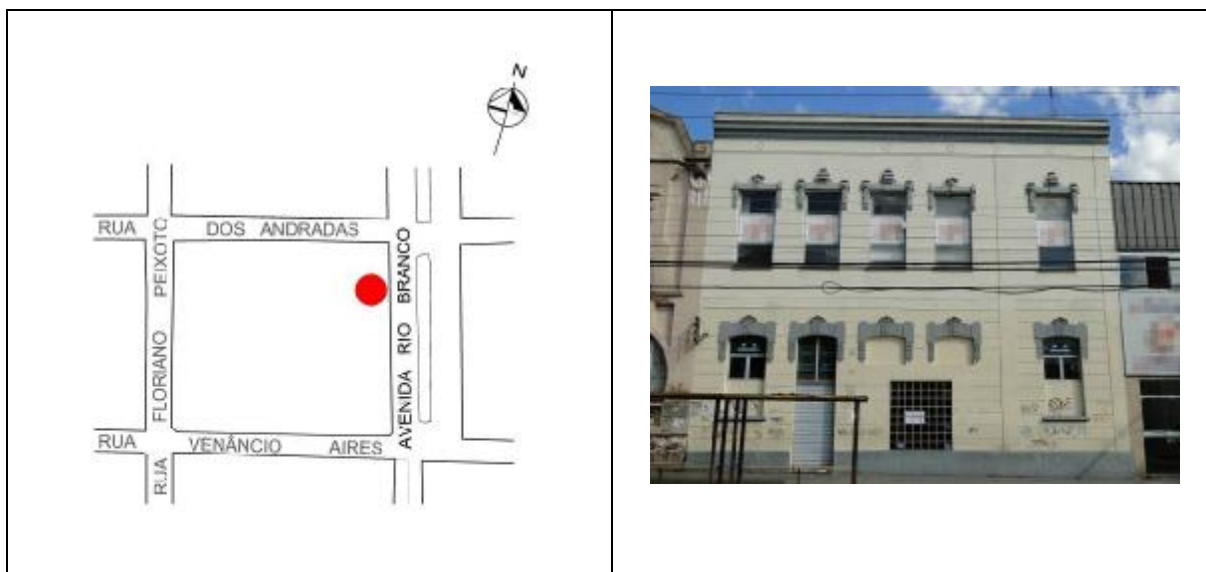


Figura 147 – Mapa de localização e foto do imóvel
Fonte – Arquivo do autor

Ano de Construção: ----

Primeiro Proprietário: -----

Construtor: -----

Uso original: Casa Paroquial

Uso atual: Desocupada (em obras)

Estado de conservação: Regular

Entorno/Ambiência: Homogêneo

Proteção legal: Inexistente

VALOR	
ARQUITETÔNICO	✓
TRADICIONAL OU EVOCATIVO	✓
AMBIENTAL	✓
DE USO ATUAL	✓
DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM	✓
DE CONSERVAÇÃO	--
DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL	✓
DE RARIDADE FUNCIONAL	--
DE RISCO DE DESAPARECIMENTO	✓
DE ANTIGUIDADE	✓
DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA	✓
GRAU	9

Tabela 18 – Valores de Preservação (segundo CURTIS)

6.19 Imóvel na Avenida Rio Branco, nº 455 – Descrição

Na segunda parte da Avenida Rio Branco, onde ocorre a redução de seu gabarito bem como a redução de seu canteiro central, está localizado um peculiar sobrado de meio de quadra, “sufocado” entre o inacabado e abandonado edifício de 14 andares e outro prédio vizinho.

A edificação, construída no alinhamento, mostra certa similitude compositiva com parte da antiga Residência Mário Machado, também situada na Avenida, nº821.



Figura 148 – Imóvel na Avenida Rio Branco, nº 455 (esquerda) em comparação com parte da antiga Residência Mário Machado (direita)

Fonte – Arquivos do autor, 2007 e 2011

Apresenta afastamento da divisa esquerda, onde há um acesso lateral. Destaca-se pela assimetria. No andar térreo, existe um frontão em arco pleno, onde estão inseridas colunetas embutidas na alvenaria. Ao lado dele, uma espécie de cartela, cercada por festão. No andar superior, dois balcões de alvenaria vazada, um deles duplo, ambos sobre consolos. As esquadrias desse andar são retangulares, intercaladas por pilastras lisas, que contêm três intrigantes máscaras. O mesmo frontão em arco, do andar inferior, repete-se acima da porta-janela do andar

superior, apenas com uma coluneta. No coroamento, platibanda fechada, predominada pelo frontão em forma poligonal, contendo duas colunetas.



Figura 149 – Frontão poligonal com colunetas no seu interior. Abaixo dele, nas pilastras, três carrancas.

Fonte – Arquivo do autor, 2011

A autoria da obra é desconhecida. Seu estado de conservação é razoável. Percebem-se algumas “agressões”, como a retirada de esquadrias e aumento do vão de entrada. O que lhe fere ainda mais é a poluição visual causada pela pintura berrante do térreo, pela gritante placa publicitária do comércio atual e pelo poste da rede elétrica, com seu emaranhado de fios.



Figura 150 – Foto do imóvel antes das agressões (esquerda) e foto atual (direita)

Fonte – PMSM/SEPLAN, 2004 e arquivo do autor, 2011

Na verdade, este imóvel é apenas uma parte de um imóvel maior, que não teve seu lado direito preservado, conforme pode ser constatado em foto da década de 30.



Figura 151 – Imóvel em sua totalidade na década de 30

Fonte – MARCHIORI & NOAL FILHO, 2008, p. 218 (intervenção nossa)

6.19.1 Imóvel na Avenida Rio Branco, nº 455 – Informações elementares

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 455

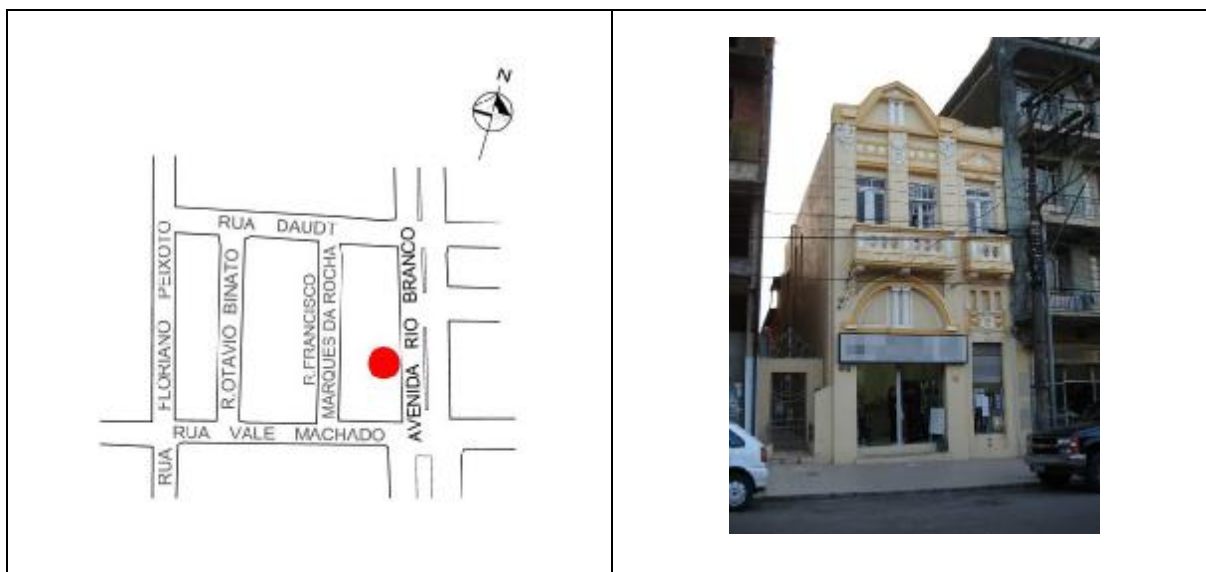


Figura 152 – Mapa de localização e foto do imóvel
Fonte – Arquivo do autor

Ano de Construção: ----

Primeiro Proprietário: -----

Construtor: -----

Uso original: -----

Uso atual: Comercial

Estado de conservação: Regular

Entorno/Ambiência: Heterogênea

Proteção legal: Inexistente

VALOR	
ARQUITETÔNICO	✓
TRADICIONAL OU EVOCATIVO	--
AMBIENTAL	--
DE USO ATUAL	✓
DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM	✓
DE CONSERVAÇÃO	--
DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL	✓
DE RARIDADE FUNCIONAL	--
DE RISCO DE DESAPARECIMENTO	✓
DE ANTIGUIDADE	✓
DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA	✓
GRAU	7

Tabela 19 – Valores de Preservação (segundo CURTIS)

6.20 Imóvel na Rua Floriano Peixoto, nº 888 – Descrição

Na Rua Floriano Peixoto, no movimentado trecho entre a Avenida Rio Branco e a Rua Venâncio Aires, está localizado um elegante sobrado eclético de meio de quadra.



Figura 153 – Sobrado na Rua Floriano Peixoto, nº 888

Fonte – Arquivo do autor, 2011

Seus dois pavimentos se distinguem. No andar térreo, sobre o soco, há uma marcação de meia-altura que se estende em toda a largura da fachada. Acima da marcação, há saliências retangulares intercaladas por elementos verticais. No andar superior, existem três portas-janelas com molduras ornamentadas e cimalkas salientes, cada uma possuindo balcão de alvenaria e gradil – o mesmo feitiço de gradil também é visto no peitoril da janela inferior. No coroamento, cornija ressaltada, levemente ondulada no seu centro, e platibanda fechada, com pequeno

frontão ornado, encimado por acrotério em palmeta. Nota-se uma valorização do eixo pela diferenciação do decorativismo.



Figura 154 – Portas-janelas e balcões localizados no andar superior

Fonte – Arquivo do autor, 2011



Figura 155 – Adorno do frontão (esquerda) e acrotério em palmeta (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 156 – Sobrevergas do andar superior

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Não se tem conhecimento dos primeiros donos do imóvel e por quem foi construído. Apresenta, no andar térreo, subtração de duas esquadrias, conforme pode ser constado em foto da década de 90. A publicidade utilizada pelos atuais ocupantes do imóvel e a rede elétrica, que cruza sua frente, contribuem para ele que passe despercebido e sem o devido reconhecimento.



Figura 157 – Fachada do imóvel antes do aumento de vão no térreo
Fonte – Arquivo Histórico de Santa Maria (Foto de BLAYA PEREZ, Carlos. 1998)

6.20.1 Imóvel Rua Floriano Peixoto, nº 888 – Informações elementares

Endereço: Rua Floriano Peixoto, nº 888



Figura 158 – Mapa de localização e foto do imóvel
Fonte – Arquivo do autor

Ano de Construção: ----

Primeiro Proprietário: -----

Construtor: -----

Uso original: -----

Uso atual: Prestação de serviços

Estado de conservação: Regular

Entorno/Ambiência: Heterogêneo

Proteção legal: Inexistente

VALOR	
ARQUITETÔNICO	✓
TRADICIONAL OU EVOCATIVO	--
AMBIENTAL	--
DE USO ATUAL	✓
DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM	✓
DE CONSERVAÇÃO	--
DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL	✓
DE RARIDADE FUNCIONAL	--
DE RISCO DE DESAPARECIMENTO	✓
DE ANTIGUIDADE	✓
DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA	✓
GRAU	7

Tabela 20 – Valores de Preservação (segundo CURTIS)

6.21 Imóvel na Rua José Bonifácio, nº 29 – Descrição

Na esquina da Rua José Bonifácio com a Rua General Neto, localiza-se um outro prédio eclético do qual, infelizmente, não se tem nenhum conhecimento.



Figura 159 – Sobrado localizado na Rua José Bonifácio, nº 29, esquina com a Rua General Neto

Fonte – Arquivo do autor, 2011

Trata-se de um sobrado, construído no alinhamento, de extensão maior no lado voltado para a Rua General Neto. Marcado verticalmente por pilastras em feição de pedras de cantaria. Recebe tratamento diferenciado na esquina, que é chanfrada, possuindo balcão balaustrado em alvenaria e um diminuto frontão com dois “S” (possivelmente as iniciais do primeiro proprietário), ladeado por pequenos vasos. Os vãos das esquadrias recebem molduras simples. O entrespaço é ornado com quadros retangulares, com uma única flor no seu interior. Esses mesmos quadros, em tamanhos diferentes, repetem-se na platibanda, que esconde parcialmente o telhado.

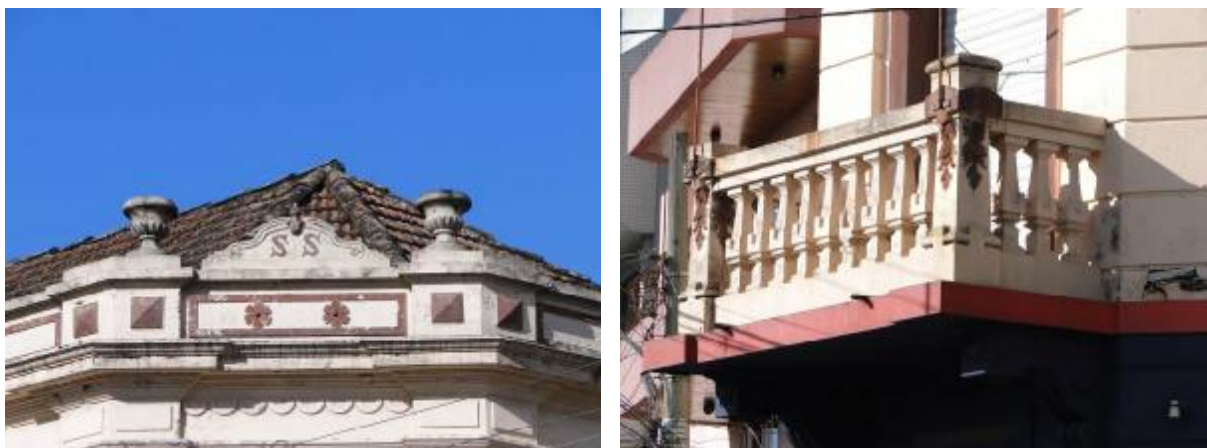


Figura 160 – Pequeno frontão curvilíneo, com as iniciais “SS”, ladeado por vasos (esquerda) e balcão balaustrado (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2011

Até o momento, seu estado de conservação pode ser considerado como razoável. Pequenas agressões lhe foram feitas como, por exemplo, a retirada de quadros e esquadrias e alargamento de vãos. Agride-lhe ainda mais a poluição visual, causada pela publicidade desordenada e miscelânea de cores do comércio, o “varal” da fiação elétrica e a pichação urbana.

6.21.1 Imóvel na Rua José Bonifácio, nº 29 – Informações elementares

Endereço: Rua José Bonifácio, nº 29



Figura 161 – Mapa de localização e foto do imóvel
Fonte – Arquivo do autor

Ano de Construção: ----

Primeiro Proprietário: -----

Construtor: -----

Uso original: -----

Uso atual: Comercial

Estado de conservação: Regular

Entorno/Ambiência: Heterogêneo

Proteção legal: Inexistente

VALOR	
ARQUITETÔNICO	✓
TRADICIONAL OU EVOCATIVO	--
AMBIENTAL	--
DE USO ATUAL	✓
DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM	✓
DE CONSERVAÇÃO	--
DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL	--
DE RARIDADE FUNCIONAL	--
DE RISCO DE DESAPARECIMENTO	✓
DE ANTIGUIDADE	✓
DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA	✓
GRAU	6

Tabela 21 – Valores de Preservação (segundo CURTIS)

6.22 Imóvel na Rua Dr. Bozano, nº 991 – Descrição

Na terceira quadra da Rua Doutor Bozano, nº 991, perto da Rua Serafim Valandro, situa-se um típico sobrado eclético de meio de quadra, do qual não se tem nenhuma informação a seu respeito. Construído no alinhamento e sem afastamentos nas laterais. O imóvel recebeu restauração no andar superior, entretanto exhibe violação na parte inferior. A vitrine do atual comércio tomou conta de praticamente todo o térreo, restando intocada apenas uma porta do lado esquerdo. O andar superior encontra-se conservado. Apresenta esquadrias de vergas retas, e sobrevergas decoradas. No centro, balcão servindo a duas portas-janelas. No coroamento, friso decorado, cornija com denticulos e platibanda vazada com pequenos balaústres e marcada por pilaretes ornados.



Figura 162 – Foto recente do imóvel

Fonte – Arquivo do autor, 2011



Figura 163 – Sobreverga das esquadrias do andar superior (esquerda), balcão de ferro (centro) e detalhe da platibanda

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Originalmente, a parte inferior possuía quatro esquadrias, separadas por pilares, levemente decorados, e cunhais.



Figura 164 – Foto antiga do imóvel

Fonte – Arquivo Histórico de Santa Maria (Foto de BLAYA PEREZ, Carlos. 1998)

6.22.1 Imóvel na Rua Dr. Bozano, nº 991 – Informações elementares

Endereço: Rua Dr. Bozano, nº 991

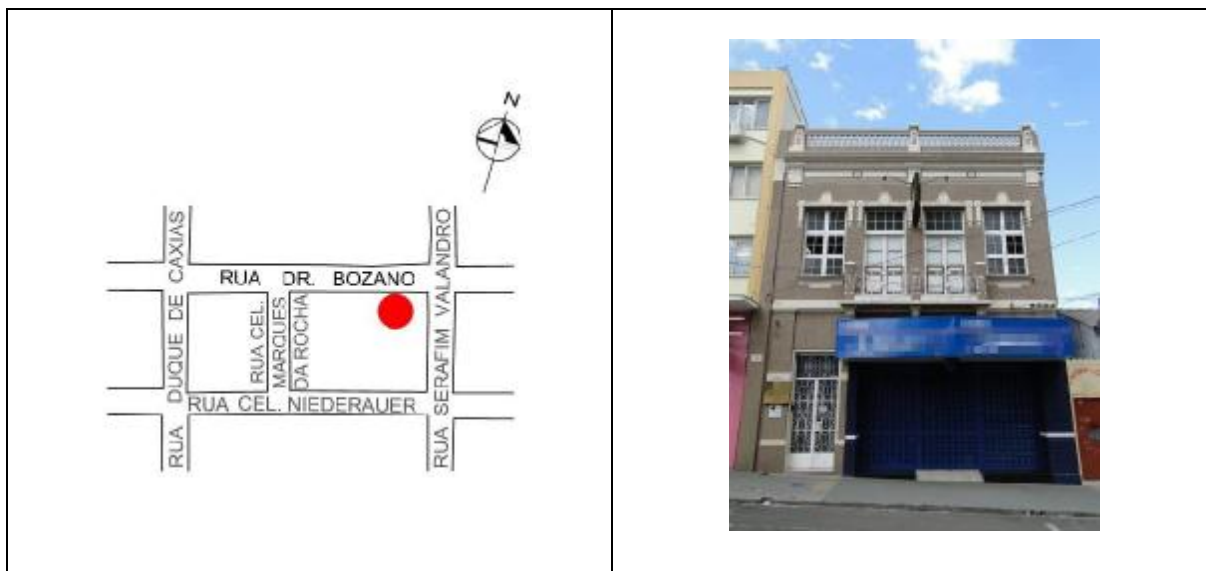


Figura 165 – Mapa de localização e foto do imóvel
Fonte – Arquivo do autor

Ano de Construção: ----

Primeiro Proprietário: -----

Construtor: -----

Uso original: -----

Uso atual: Comercial/Prestação de serviços

Estado de conservação: Regular

Entorno/Ambiência: Heterogêneo

Proteção legal: Inexistente

VALOR	
ARQUITETÔNICO	✓
TRADICIONAL OU EVOCATIVO	--
AMBIENTAL	--
DE USO ATUAL	✓
DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM	✓
DE CONSERVAÇÃO	--
DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL	✓
DE RARIDADE FUNCIONAL	--
DE RISCO DE DESAPARECIMENTO	✓
DE ANTIGUIDADE	✓
DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA	✓
GRAU	7

Tabela 22 – Valores de Preservação (segundo CURTIS)

6.23 Imóvel na Rua dos Andradas, nºs 1768/1770 – Descrição

No meio da quadra, entre a Avenida Rio Branco e a Rua Floriano Peixoto, na Rua dos Andradas, está localizada uma singela edificação de cunho eclético.



Figura 166 – Imóvel na Rua dos Andradas, nºs 1768/1770

Fonte – Arquivo do autor, 2012

A casa foi construída no alinhamento e afastada das divisas, o que lhe permitiu acessos nas laterais. Possui dois pavimentos. Apresenta simetria. Suas esquadrias são retangulares, emolduradas e ornadas com pequenas volutas. As do andar térreo possuem bandeiras encimadas por sobrevergas ressaltadas em arco. Pilastras, também com volutas, marcam verticalmente a edificação, e a cimalha, que divide os dois andares, marca-a horizontalmente. O segundo pavimento acompanha parte da inclinação do telhado, é composto por duas portas-janelas, com balcão entalado. Nesta parte inclinada, possui elementos escalonados, formando uma espécie de escada, e balaústres incrustados na parede. No alto, frontão em arco pleno ornado.



Figura 167 – Sobreverga do térreo (esquerda) e sobreverga do andar superior (direita)

Fonte – Arquivo do autor, 2012



Figura 168 – Volutas das pilastras (esquerda) e adorno do frontão

Fonte – Arquivo do autor, 2012

Não se tem conhecimento dos primeiros proprietários da edificação e por quem foi construída. Atualmente, apresenta, na face direita, subtração dos poucos ornamentos e extremo desleixo na pintura. A publicidade desordenada dos ocupantes do imóvel e a fiação da rede elétrica pioram seu aspecto.

6.23.1 Imóvel Rua dos Andradas, nºs 1768/1770 – Informações elementares

Endereço: Rua dos Andradas, nºs1768/1770



Figura 169 – Mapa de localização e foto do imóvel
 Fonte – Arquivo do autor

- Ano de Construção:** ----
- Primeiro Proprietário:** -----
- Construtor:** -----
- Uso original:** -----
- Uso atual:** Prestação de serviços
- Estado de conservação:** Regular
- Entorno/Ambiência:** Heterogêneo
- Proteção legal:** Inexistente

VALOR	
ARQUITETÔNICO	--
TRADICIONAL OU EVOCATIVO	--
AMBIENTAL	--
DE USO ATUAL	✓
DE ACESSIBILIDADE COM VISTAS À RECICLAGEM	✓
DE CONSERVAÇÃO	--
DE RECORRÊNCIA REGIONAL E/OU RARIDADE FORMAL	--
DE RARIDADE FUNCIONAL	--
DE RISCO DE DESAPARECIMENTO	✓
DE ANTIGUIDADE	✓
DE COMPATIBILIDADE COM A ESTRUTURA URBANA	✓
GRAU	5

Tabela 23 – Valores de Preservação (segundo CURTIS)

7 RESULTADO E DISCUSSÕES

Ao final deste trabalho, foram estudados vinte e três bens ecléticos de caráter residencial, consistindo, em grande parte, o Patrimônio Eclético de Santa Maria.

Desses imóveis, pode-se fazer algumas constatações e reflexões, conforme intentado no início da pesquisa. Verificou-se ocorrerem três tipologias predominantes: sobrado de esquina, sobrado de meio de quadra e casa térrea de morada inteira²⁵, todas apresentando ornamentação própria e características do ecletismo (simetria, proporcionalidade e hierarquia de volumes, espaços e elementos, composições das partes). As obras analisadas não possuem código específico estilístico (como era de se esperar, caso contrário não seriam consideradas ecléticas), são, na verdade, uma mistura de influência colonial (pela posição das construções no lote, sempre alinhadas à calçada, com portas e janelas de frente para a rua), greco-romana (com cornijas, dentículos, pilastras, capitéis, frontões, acrotérios, certa racionalidade compositiva, imponência, elegância e suntuosidade, diferenciação de andares ou partes), barroca (com as volutas e pelos detalhes mais rebuscados, sinuosos, esmerados), *art nouveau* (pelos elementos fitomorfos – em formas de plantas – e de flores e folhas, pelo uso do ferro, encontrados, principalmente, nos gradis dos balcões). Em menor dose, influência gótica (com as rosáceas, os vitrais, as ogivas) e, talvez, medieval (pelos mascarões e pelas cartelas com datas e monogramas, que lembram brasões – não se encontrou bibliografia que precise sua origem).

Quanto às datas de construção, foi possível verificar, apenas, de uma parcela dos bens estudados. Desses, o mais antigo data de 1911 e o mais “recente”, de 1932. Da mesma forma, os primeiros proprietários, figuras importantes da sociedade local.

Quanto aos construtores, identificou-se, somente, a autoria de quatro das obras, cujo autor foi Olympio Lozza.

Quanto aos usos, a maioria dos bens teve como uso original residência ou residência combinada com comércio, quando se tratava de sobrado. Atualmente, todas as edificações encontram-se ocupadas, exceto uma - Residência Fernandez.

²⁵ Planta estruturada por corredor e compartimentos internos dispostos em sequência, nos dois lados, o que gera uma fachada simétrica.

Algumas continuam tendo a finalidade residencial, outras variaram para o uso comercial e/ou de prestação de serviços e institucional.

Quanto ao estado de conservação, a maioria apresenta bom estado de preservação. Mas, praticamente, todas, de alguma forma ou outra, apresentam intervenções inadequadas (aparatos publicitários encobrendo elementos compositivos, inserção descriteriosa de aparelhos de ar-condicionado, pinturas extravagantes, escolha de cores equivocadas, em desarmonia com os materiais e as características da edificação), modificações indesejáveis (alterações de fachadas, aberturas e fechamento de vãos, subtração de elementos), danos físicos (descolamentos de rebocos, pinturas em mau estado, manchamentos, fissuras, sinais de fragmentação de ornamentos, elementos decorativos com avarias, necessitando manutenção por mão de obra especializada). Classificou-se como estado “bom” em virtude de que a maioria das intervenções são reversíveis e em pequena escala até o momento.

Quanto ao entorno das edificações estudadas, verificou-se que, na maioria, mostra-se heterogêneo. As edificações vizinhas e construções novas se mostram mais elevadas, com dimensões e proporções em desarmonia com as construções históricas, prejudicando a percepção dos bens e alterando a ambiência urbana.

Quanto à proteção legal, verificou-se que apenas um imóvel – Residência Manoel Ribas – foi tombado em nível municipal.

Por fim, estabeleceram-se graus de valoração elevados, na maior parte, entre 9 e 10. Imóveis esses que possuem valores: arquitetônico (pela qualidade das frontarias), tradicional ou evocativo (presentes na memória coletiva), ambiental (as suas ausências subtraem atenção da paisagem), de uso atual (possibilidade de serem utilizado sem reciclagem), de acessibilidade com vistas à reciclagem (capacidade de terem novos usos), de conservação (dispensam obra de caráter urgente), de recorrência regional e/ou raridade formal (formas plásticas de ocorrência rara), de risco de desaparecimento (correm risco de demolição em virtude de potencial construtivo onde estão inseridos), de antiguidade (caráter histórico), de compatibilidade com a estrutura urbana (não atrapalham a estrutura urbana viária). Os demais, entre 7 e 8, não apresentavam valor tradicional/evocativo, ambiental ou de conservação. Somente um imóvel possuindo grau 6, já que não apresentava também valor de raridade formal. Mas todos merecedores de preservação. Apenas um imóvel com valoração baixa, grau 5, sem necessidade de proteção.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de mais nada, é necessário fazer algumas ressalvas quanto à abrangência deste estudo. O trabalho feito nesta pesquisa se restringiu à linguagem plástica e estética dos edifícios, à ornamentação externa e aos seus elementos constituintes, baseado na observação visual, em visitas *in loco*, em registros fotográficos, em descrições bibliográficas (quando havia) e informações orais, sem se ater aos estudos dos partidos das plantas, às metragens quadradas, aos programas originais das residências, aos materiais, aos interiores e às análises das modificações dos imóveis, que, muitas vezes, ocorreram.

Isso se deve a uma série de fatores: ausência de fontes de pesquisa; ausência de plantas e registro dos autores/construtores nos arquivos da Prefeitura de Santa Maria; dificuldade de acesso aos imóveis devido à má vontade dos proprietários e/ou desconhecimento de dados para fornecer informações.

É importante ressaltar que não se teve a intenção de limitar os prédios dignos de estudo nem mesmo esgotar o tema. Por tratar-se de uma pesquisa de campo, faz-se necessário um trabalho em equipe e não individualizado, como aconteceu nessa pesquisa, para se fazer análises e levantamentos mais apurados.

Quanto ao trabalho de campo, foi justamente durante a sua feitura que se delineou o enfoque da mesma – a linguagem plástica das casas, diante da riqueza de detalhes – quando da captura de imagens dos imóveis, o que a fez ganhar um cunho fotográfico, resultando num amplo repertório visual (mais de 150 fotos selecionadas aqui). Tamanho o material obtido que algumas dessas imagens e outras, inéditas, serão objeto de exposição. E só foi possível graças ao equipamento disposto, semiprofissional, que possui avançado recurso de aproximação (“zoom” óptico 20x), obtendo detalhes incapazes de serem percebidos ao nível da rua. E fazê-lo exigiu um grande exercício de paciência, exaustão e perseverança, na busca de melhores registros possíveis, visto que, muitas vezes, as condições não eram nada favoráveis: circulação de pessoas, trânsito de veículos, bens mal conservados, poluição visual de toda ordem, letreiros, posteamento e fiação desordenada da rede elétrica. Inclusive exigiu várias tomadas de cena, em dias com diferentes condições, ensolarados, nublados, com sol nascente, sol poente. Houve, também, um trabalho

de edição, sem, é claro, falsear as imagens, apenas ajustando níveis de brilho, contraste, saturação, dimensionamento, enquadramento. Teve-se, ainda, o cuidado ético: nas fotografias em que apareceram logomarcas, propagandas, e/ou nomes pessoais, comerciais, ou, até mesmo, de pessoas, houve manipulação digital (aplicação com efeito de mosaico e/ou distorção) a ponto de não serem identificados, protegendo e respeitando a identidade de indivíduo ou empresa.

Quanto aos imóveis, foram estudados vinte e três bens, todos apresentando ornamentação própria do ecletismo. Não são imóveis com a profusão do ecletismo encontrado em outras cidades, como Rio Grande, Pelotas e Jaguarão, mas nem por isso deixam de ter valor. Desde o mais singelo ao mais rebuscado, denota-se alguma peculiaridade, alguma beleza própria. Muitos deles são verdadeiras referências visuais, e, mais do que isso, são referências identitárias, estão no imaginário e no inconsciente da sociedade santa-mariense. O que surpreende (e preocupa) é que apenas um dos imóveis, um dos mais simples, foi tombado pelo Poder Executivo, diga-se de passagem, por iniciativa do proprietário.

Existem três tipologias predominantes: sobrado de esquina, sobrado de meio de quadra e casa térrea. Justamente nos sobrados, em geral, onde há uso comercial, é que ocorrem as maiores agressões aos bens, retirada de esquadrias, alargamento de vãos, colocação de letreiros, aparelhos de ar-condicionado aparentes, pinturas destoantes.

Dito isso, ao longo do desenvolvimento desse trabalho, constatou-se uma realidade de extremo desrespeito e desconsideração com o Patrimônio Edificado de Santa Maria, tanto pelo poder público quanto pela sociedade privada. A sociedade privada erra através da **ação**, quando contribui com a poluição visual, através da publicidade berrante e desordeira, onde parece imperar a lei “do quanto mais ou maior, é melhor”. Os bens estão sendo demolidos paulatina e sorrateiramente, uma vez que são comuns demolições iniciarem do fundo da construção até chegarem às fachadas e essas, quando mantidas, são conservadas em virtudes de protestos e mobilização da população, forçando a ação das autoridades públicas. A administração pública peca pela **omissão**: não possui nenhum cadastro desses imóveis, é responsável pela desordem da paisagem urbana, já que não regula a inadequada e descontrolada publicidade, não regula a arborização urbana (que quando ocorre, é imprópria, mal posicionada), não regula a caótica rede elétrica e

telefônica (os fios se cruzam na frente ou sobre os imóveis) e não fiscaliza nem pune as obras clandestinas.

É impositiva, portanto, a mudança de postura do poder público municipal com o patrimônio edificado. A começar por ações educativas e orientativas, principalmente para os usuários/proprietários dos imóveis. É de suma importância que usuários de imóveis histórico-culturais sejam despertados para a conservação e a relevância dos bens que utilizam e saibam respeitar e intervir quando necessário, mantendo a autenticidade e integridade dos mesmos. Eles devem ser orientados para realizarem manutenção preventiva e permanente, evitando maiores danos aos imóveis, não permitindo que atinjam elevados níveis de degradação a ponto de terem que recorrer ao restauro – última medida de proteção (e a mais onerosa). Como ação exemplar, nesse sentido, no RS, temos a publicação da Prefeitura de Pelotas, a qual, juntamente com sua Secretaria de Cultura, elaborou, em 2008, o “Manual do usuário de imóveis inventariados”, distribuído gratuitamente e disponível, inclusive, *on-line*. Cabe, ainda, ao poder público municipal oferecer assistência técnica aos proprietários, oferecendo profissional especializado para assessorá-los diante das inúmeras dificuldades com que se deparam ao intervir no bem, pois não estão habituados com procedimentos de conservação.

Depois, uma fiscalização severa e atuante, coibindo demolições, descaracterizações e construções irregulares através de multas, embargos e interdições – penalidades, inclusive, previstas na legislação local (COE²⁶, LUOS²⁷). Cabe, também, a elaboração de inventário(s) dos bens estudados, assim como o tombamento dos mesmos. Ainda, deve ser adotada uma política de incentivo, com redução significativa ou, dependendo do caso, total, de impostos prediais, auxiliando e estimulando os proprietários de imóveis relevantes a conservá-los, como ocorre, por exemplo, em Pelotas. Com isso, espera-se que seja dado um basta definitivo à destruição dos bens de Santa Maria.

Essa pesquisa busca chamar a atenção para a importância do Patrimônio Arquitetônico Eclético de Santa Maria, através de um olhar mais apurado, mais atento. Intenta sensibilizar e conscientizar o público leigo, uma vez que esse patrimônio, se não é um estímulo à memória, é a própria memória edificada, o

²⁶ Código de Obras e Edificações

²⁷ Lei de Uso e Ocupação do Solo

conhecimento erigido, símbolo, imagem, herança e identidade da comunidade local. Espera-se que as pessoas, ao tomarem ciência da riqueza dos imóveis estudados, passem a valorizá-los e busquem sua conservação, respeitando um patrimônio que não é somente particular, mas de toda a coletividade santa-mariense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, M. P.; LIMA, C. M. **Dicionário ilustrado de arquitetura**. Editor: Vicente Wissenbach. São Paulo: ProEditores, 1997-1998.

ALBUM ilustrado comemorativo do 1º centenário da emancipação política do município de Santa Maria 17 de maio de 1858 – 17 de maio de 1958. Gráfica Metrópole S/A.

BELÉM, João. **História do município de Santa Maria 1797-1933**. 3. ed. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2000. 309 p.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/legislac/decretolei25.htm>> Acesso: 30 ago. 2010.

_____. Decreto-lei nº 24.735, de 14 de julho de 1934. **Aprova o novo regulamento do "Museu Histórico Nacional"**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24735-14-julho-1934-498325-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso: 30 ago. 2010.

_____. Lei nº 378, de 13 de julho de 1937. **Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=225>> Acesso: 30 ago. 2010.

CASA CIVIL (Paraná). **Manoel Ribas**. Disponível em: <<http://www.casacivil.pr.gov.br/casacivil/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=50>> Acesso: 23 ago, 2012.

CASTRO, José Liberal de. **Arquitetura Eclética no Ceará**. In: Ecletismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p. 208-255.

CONGRESSO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO EUROPEU. **Declaração de Amsterdã**. Holanda, 1975. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=246>>. Acesso: 30 ago. 2010.

COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO PARANÁ. Significado do termo **TOMBO**. Curitiba, 2006. Disponível em <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=46>> Acesso em: 06 abr. 2009.

COSTA, Lucio. **Lucio Costa**: registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

CURTIS, J. N. B. de. **Vivências com a Arquitetura Tradicional do Brasil - Registros de Uma Experiência Técnica e Didática**. Porto Alegre: Ed. Ritter do Reis, 2003.

CURY, Isabelle (org.). **Carta de Atenas**. In: Cartas Patrimoniais. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN. 2000.

DALCOL, F. Passado em Movimento. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 22 jul. 2011. Segundo Caderno.

ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DOS MUSEUS SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas**. Grécia, 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>. Acesso: 30 ago. 2010.

FABRIS, Annateresa. **O ecletismo à luz do modernismo**. In: Ecletismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p. 280-296.

FOLETTTO, V. T.; KESSLER, J. ; JACKS, N. A.; BISOGNIN, E. L. **Apontamentos sobre a história da arquitetura de Santa Maria**. 1. ed. Santa Maria: Pallotti e Câmara de Vereadores de Santa Maria, 2008.

GOMES DA SILVA, Geraldo. **Arquitetura Eclética em Pernambuco**. In: Ecletismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p. 176-207.

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Declaração de Sofia**. Bulgária, 1996. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=267>>. Acesso: 30 ago. 2010.

ICOMOS/FLA - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios/Conselho Internacional de Jardins e Sítios Históricos. **Carta de Florença**. Itália, 1981. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=252>>. Acesso: 30 ago. 2010.

ICOMOS/ICAHM - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios/ Comitê Internacional para Gestão do Patrimônio Arqueológico. **Carta de Lausanne**. Suíça, 1990. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=262>> Acesso: 30 ago. 2010.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: Wikipédia. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto do Patrim%C3%B4nio Hist%C3%B3rico e Art%C3%ADstico_Nacional](http://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_do_Patrim%C3%B4nio_Hist%C3%B3rico_e_Art%C3%ADstico_Nacional)> Acesso em: 30 ago. 2010.

KOCH, W. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LEMOS, Carlos. **O ecletismo em São Paulo**. In: Ecletismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p. 68-103.

MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antonio. **Santa Maria: relatos e impressões de viagem**. 2. ed. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2008. 300 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARIANO DA ROCHA DUARTE, Maria Izabel. **Fotobiografia de José Mariano da Rocha Filho: santa-mariense e gaúcho do século XX**. 2011. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro**. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1754, 20 abr. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11164>>. Acesso em: 07 out. 2009

OLIVEIRA, Cristina. **Convite à memória**. Diário de Santa Maria, Santa Maria, 8/9 out. 2005. Caderno Mix, p. 4-7.

PATETTA, Luciano. **Considerações sobre o Ecletismo na Europa**. In: Ecletismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p. 08-27.

PEIXOTO, Gustavo Rocha. **O ecletismo e seus contemporâneos na arquitetura do Rio de Janeiro**. In: Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro. Casa da palavra, Rio de Janeiro; 1ª edição, 2000

PINHEIRO, M. L. B. Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural do Brasil. **RISCO Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. São Carlos, 3, p.4-14, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS/RS – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Manual do usuário de imóveis inventariados**. Pelotas: Nova Prova, 2008. 104p.

PREISLER, Camila. **Identificação de bens edificados considerados patrimônio cultural: o caso do município de Santa Rosa**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

RECHIA, Aristilda A. **Santa Maria: panorama histórico-cultural**. Santa Maria: Associação Santa-Mariense de Letras, 1999. 312 p.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

REVISTA ATC. **ATC Memória**. 9. ed. Santa Maria, ano 4, ago. 2010.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **O ecletismo em Minas Gerais**: Belo Horizonte 1894-1930. In: *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p. 104-145.

SANTA MARIA/RS. Lei complementar nº. 034, de 29 de dezembro de 2005. **Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do Município de Santa Maria**. Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br/2010/arquivos/legislacao/LC/2005/0034.pdf>> Acesso em: 01 out. 2009

_____. Lei complementar nº. 033, de 29 de dezembro de 2005. **Institui a Lei de Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento, Perímetro Urbano e Sistema Viário do Município de Santa Maria**. Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br/2010/arquivos/legislacao/LC/2005/0033.pdf>> Acesso em: 01 out. 2009.

_____. Lei complementar nº. 070, de 04 de novembro de 2009. **Dispõe sobre o Código de Obras e Edificações do Município de Santa Maria**. Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/escritorio/?secao=documentos>> Acesso em: 25 jul. 2012.

_____. Lei nº. 3999, de 24 de setembro de 1996. **Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural do município de Santa Maria**. Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br/2010/arquivos/legislacao/LM/1996/3999.pdf>> Acesso em: 01 out. 2009.

SANTA MARIA/RS. Lei nº. 2255, de 24 de setembro de 1982. **Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural do município de Santa Maria.**

Disponível em:

<<http://www.camara-sm.rs.gov.br/2010/arquivos/legislacao/LM/1982/2255.pdf>>

Acesso em: 01 out. 2009.

_____. Decreto executivo nº 133, de 24 de novembro de 2008. **Autoriza o Tombamento Provisório do imóvel localizado na Av. Rio branco nº 303.**

Disponível em:

<http://www.camara-sm.rs.gov.br/2010/arquivos/legislacao/DE/2008/133_08.pdf>

Acesso em: 25 jul. 2012.

_____. Lei nº 1578, de 26 de julho de 1972. **É reconhecido patrimônio histórico do município, o prédio da sub-prefeitura de Itaara.** Disponível em:

<<http://www.camara-sm.rs.gov.br/2010/arquivos/legislacao/LM/1972/1578.pdf>>

Acesso em: 30 ago. 2010.

SEMINÁRIO BRASILEIRO PARA PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICO, 1., 1987, Petrópolis. **Carta de Petrópolis.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=257>> Acesso: 30 ago. 2010.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p. il. 21cm

SILVEIRA, Jaqueline. Donos de prédios levam a melhor. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, p. 7, 16 e 17 abr. 2005.

_____. Tombamento não evolui. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, p. 5, 20 abr. 2005.

_____. Tombou a idéia de tomar imóveis. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, p. 5, 12 maio 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Estrutura e Apresentação de Monografias, Dissertações e Teses MDT**. 8. ed. Santa Maria: UFSM, 2012.

VIERO, Lia Dornelles. **Atlas Escolar Municipal** – Evolução Político Administrativa de Santa Maria/RS. Santa Maria: Diário de Santa Maria, 2007.

WEIMER, Günther. **Arquitetos alemães no sul do Brasil**. Revista Tópicos: 2003.

Disponível em:

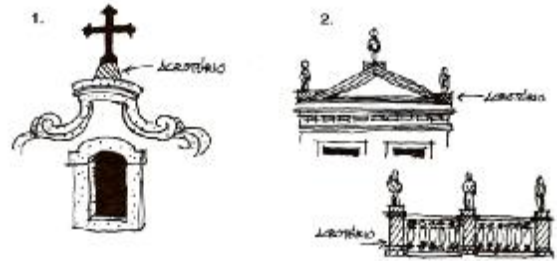
<http://www.topicos.de/fileadmin/pdf/2003/3/Arquitetos_alemaes.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2011.

_____. **A fase historicista da arquitetura no Rio Grande do Sul**. In: Ecletismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p. 256-279.

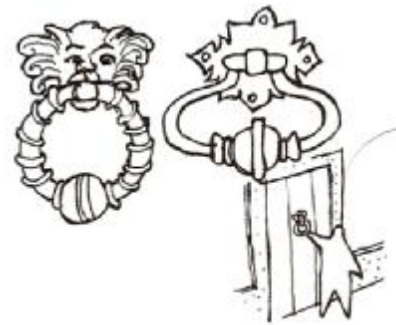
_____. **Theo Wiederspahn arquiteto**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. 140 p.

GLOSSÁRIO*

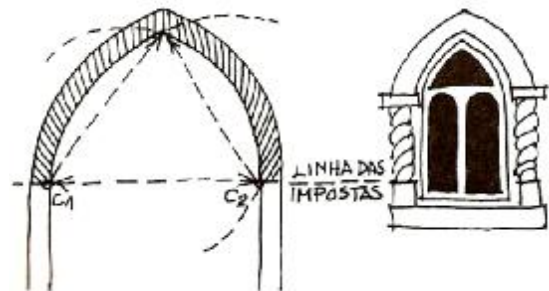
ACROTÉRIO – 1. Genericamente, qualquer elemento decorativo que coroa o edifício. 2. Pequeno pedestal colocado nas extremidades ou no vértice do frontão, ou espaçado em balaustrada, servindo de suporte a diversos ornamentos, como estátuas e vasos.



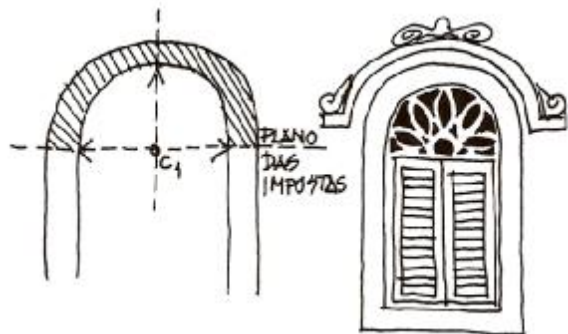
ALDRAVA – Também chamada de aldraba. Peça metálica disposta na face externa das portas de acesso, que, por meio de batidas, serve para fazer as pessoas serem atendidas. Muitas vezes possui feitiço de argola.



ARCO OGIVAL – Arco formado por dois segmentos de círculo iguais que se encontram no vértice. É característico das antigas construções influenciadas pelo estilo neogótico. Foi usado principalmente em igrejas. É também chamado arco apontado e arco lobulado.

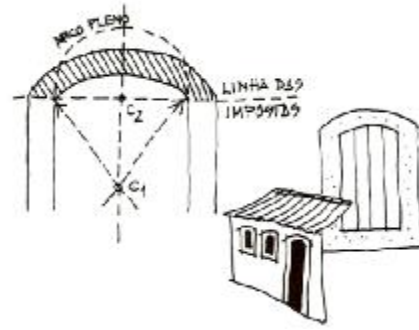


ARCO PLENO – Arco em forma de uma semicircunferência, tendo portanto sua flecha igual ao raio que serviu para traçá-lo. Foi utilizado na arquitetura brasileira em vãos de portas e janelas a partir do século XIX, nas primeiras construções influenciadas pelo estilo neoclássico. É também chamado arco de plena volta, arco de meio-ponto, arco semicircular, arco de volta inteira, arco de volta redonda, arco de pleno cimbri e arco de círculo redondo.



* Extraído, quase integralmente, inclusive ilustrações, de: ALBERNAZ, M. P.; LIMA, C. M. **Dicionário Ilustrado de Arquitetura**. São Paulo: ProEditores, 1997-1998.

ARCO REBAIXADO – Arco formado por um segmento de círculo cujo centro está abaixo da linha das impostas. Foi muito usado na arquitetura colonial a partir de meados do século XVIII. É também chamado arco abaulado e falso arco pleno.



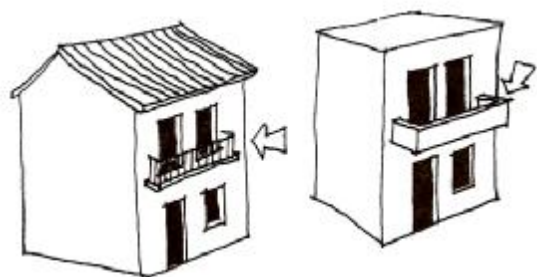
BALAÚSTRE - Pequena coluna ou pilar que forma junto com outros elementos iguais, dispostos em intervalos regulares, uma balaustrada. Constitui-se no elemento de sustentação de travessa ou corrimão. O tipo mais comum de balaústre possui forma torneada. O elemento guarnecido de balaústres é chamado de **balaustrado**.



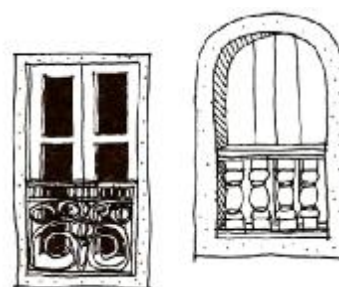
BALCÃO – Corpo saliente em relação à fachada externa ou interna de uma edificação em geral constituído pelo prolongamento do piso do andar em que se encontra e no qual se abre porta-janela, permitindo a passagem do interior do edifício. Pode estar em balanço ou sustentado por elementos construtivos, como consolos ou mãos-francesas. Possui como proteção um guarda-corpo vazado ou cheio. Quando em balanço, é também chamado sacada.



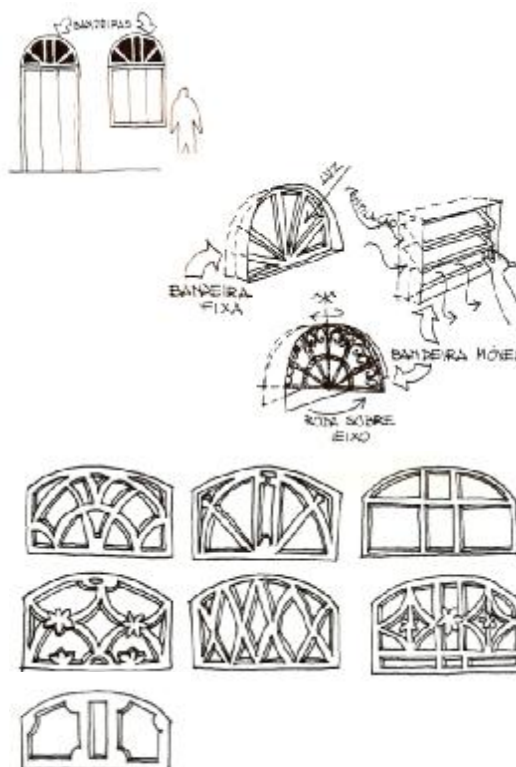
BALCÃO CORRIDO – Balcão que serve a duas ou mais portas-janelas, apresentando-se como um estreito alpendre ou varanda elevada. Quando está em balanço é também chamado sacada corrida.



BALCÃO ENTALADO – Guarda-corpo disposto entre as ombreiras das janelas.



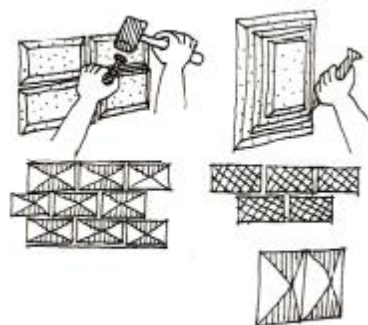
BANDEIRA – Caixilho situado na parte superior de portas e janelas destinado a melhorar a iluminação e ventilação no interior da edificação. Em geral é envidraçada. Às vezes possui venezianas. Pode ser fixa ou móvel. Quando móvel, sua abertura é usualmente feita por meio de basculante manobrado através de alavanca. Tem também uma função decorativa, sendo muitas vezes ornamentada. Em antigas construções frequentemente possuía subdivisões formadas por rendilhados ou torneados de madeira ou peças de ferro forjado. Foi muito utilizada nas construções brasileiras do século XIX até as primeiras décadas do século passado. É, às vezes, também chamada sobreporta.



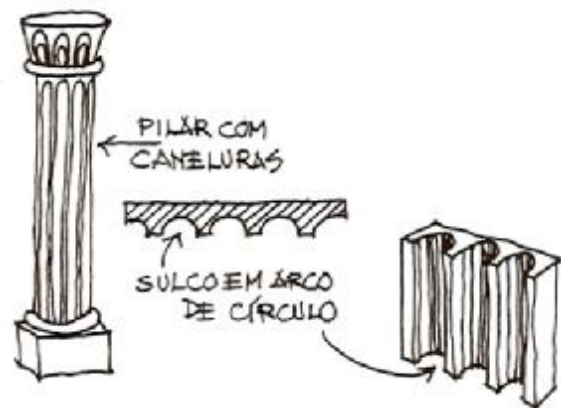
BANDEIRA EM LEQUE – Bandeira arqueada, subdividida, de modo a formar arcos de círculo com o mesmo ângulo. Suas subdivisões são feitas com peças de madeira ou ferro.



BOSSAGEM – Série de saliências uniformemente distribuídas em uma superfície em feição de alvenaria aparelhada. Em geral realça uma parte da fachada de um edifício, como o embasamento ou os cunhais. Pode ter diversas formas: de almofada, de estalactite, de ponta de diamante, vermiculada.



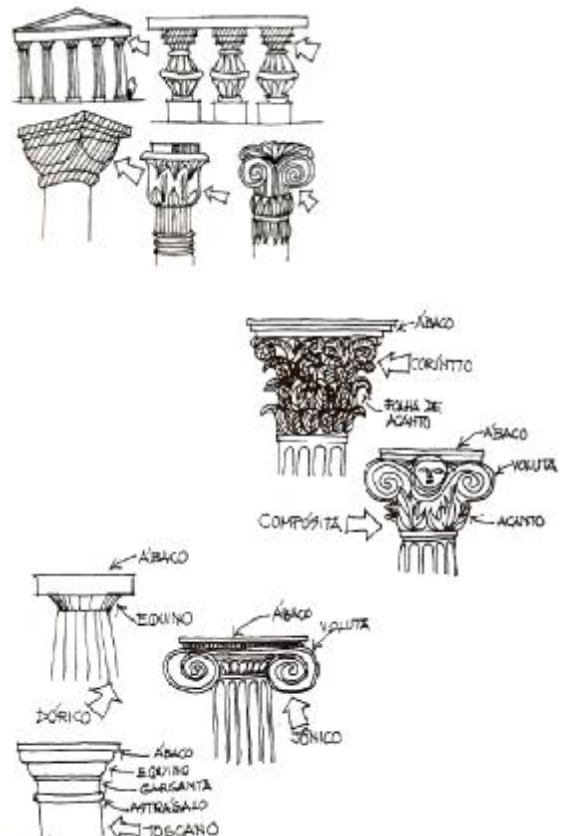
CANELURA – Ranhura com seção em arco de círculo escavada verticalmente ao longo da superfície de um elemento arquitetônico para efeito decorativo. É usada particularmente em colunas e pilastras. É também chamada acanaladura, caneladura, estria, meia-cana e antigamente craca. Colocar caneluras em um elemento é chamado de acanalar, canelar, estriar ou mais raramente fazer uma canelagem. O elemento que possui caneluras é chamado de canelado ou estriado.



CARRANCA - Cara ou cabeça, em geral disforme, de pedra, madeira ou metal, usada como ornamentação. Comumente adorna bicas de chafariz, **gárgulas** ou aldravas de portas. É também chamada carantonha.



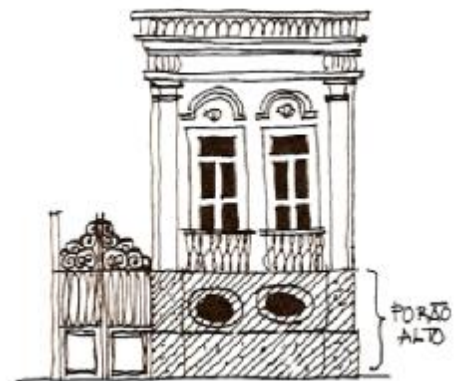
CAPITEL – Parte superior de colunas, **pilastras** ou balaústres. Originariamente em colunas, tinha como função construtiva aumentar a superfície de apoio dos elementos que sustentava. Com a utilização de materiais estruturais seu uso restringiu-se a uma função decorativa. O capitel dórico é formado por ábaco quadrado e equino. O capitel jônico possui duas volutas ligadas por uma moldura, encimadas por um estreito ábaco. O capitel coríntio possui ornatos em forma de acanto. O capitel compósito é composto por duas volutas como o capitel jônico e possui acantos como o capitel coríntio. O capitel toscano assemelha-se ao capitel dórico. Dependendo de sua forma recebe ainda nomes específicos.



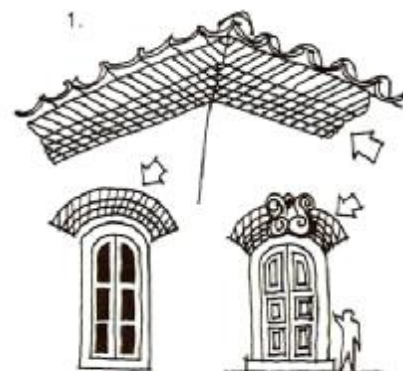
CARTELA – Superfície lisa delimitada por cercadura ornada, algumas vezes imitando um pergaminho ou um brasão, para receber uma inscrição ou um ornato. Em geral, é disposta em parede, **friso**, pedestal ou **cornija**.



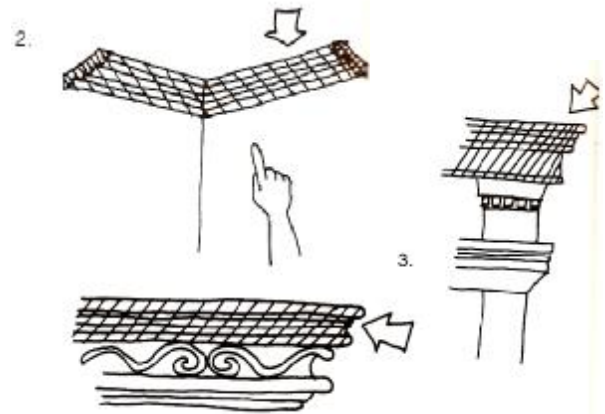
CASA DE PORÃO ALTO – Casa com porão de pequena altura que se constitui no embasamento da construção. É um tipo de habitação característico da segunda metade do século XIX. Comumente, o porão é ventilado por aberturas retangulares ou circulares vedadas por grade de ferro. Muitas vezes, é implantada no alinhamento da rua, possuindo entrada lateral descoberta, provida de gradil e portão de ferro. Quase sempre, possui platibanda ornamentada de diferentes maneiras.



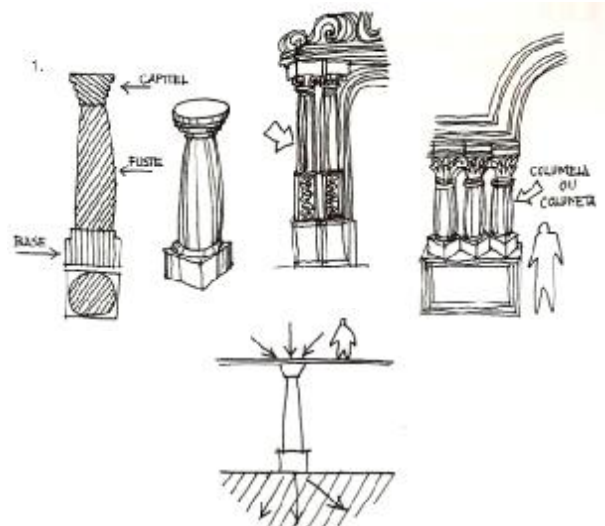
CIMALHA – 1. Arremate emoldurado formando saliência na superfície de uma parede. Em geral, situa-se no alto das paredes externas, constituindo uma saliência contínua ao longo de toda a fachada, ou sobre as guarnições de portas e janelas, constituindo uma saliência interrompida. No alto das paredes externas, encontra-se abaixo do beiral do telhado, servindo de apoio a este ou sob platibanda. Normalmente, é feita de massa, pedra ou madeira. Pode ter ornatos, além de molduras. Quando corre no alto de todas as paredes externas do edifício, o prédio é referido como tendo cimalha em redondo. Sobre



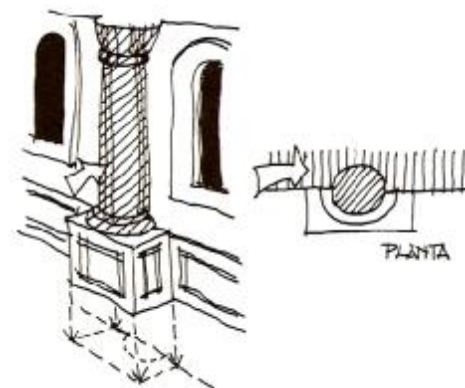
portas e janelas, é também chamada cimalha de sobreverga. Situada no alto das paredes, é chamada cimalha real. É também chamada **cornija**. **2.** Peça de madeira, com ou sem molduras, disposta obliquamente, unindo a superfície do teto à superfície de parede interna. Serve de arremate entre estes elementos. **3.** Na arquitetura clássica, parte superior da cornija, formada por uma série de molduras, situada acima do lacrimal. É também chamada cimácio.



COLUNA – Elemento de sustentação vertical diferenciado do pilar por ter seção horizontal circular. Na arquitetura clássica, é comumente composta por três partes: base, na parte inferior, que transmite as cargas verticais para fundações ou pavimento inferior; fuste, na parte intermediária, que abrange o corpo principal da coluna; e capitel, na parte superior, que aumenta a superfície de apoio de qualquer elemento construtivo sobre a coluna. A pequena coluna é chamada columela, **coluneta** ou colunelo e o espaço que possui columelas é designado de columelado. Qualquer elemento que tenha a forma de uma coluna recebe a designação de colunar.



COLUNA NICHADA – coluna cujo fuste tem metade da superfície longitudinal embutida no paramento de uma parede.



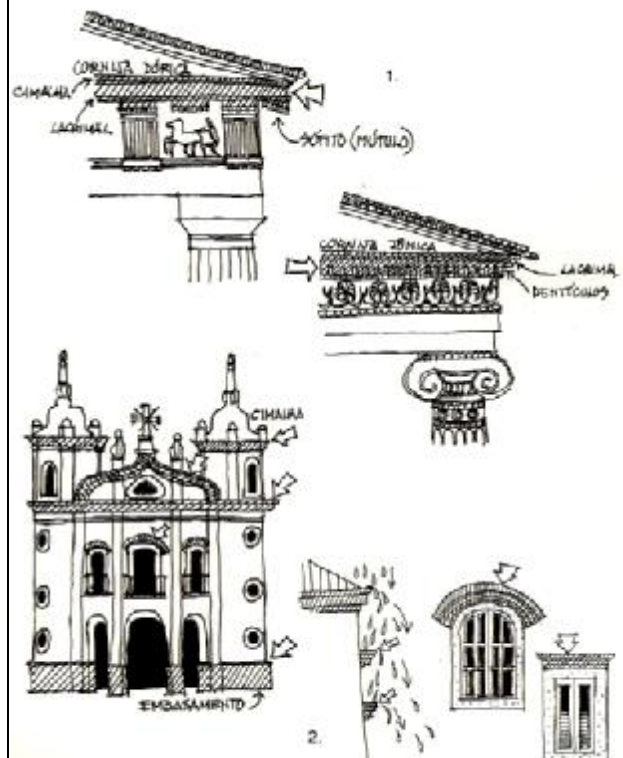
COMPOTEIRA – Elemento decorativo usado principalmente para ornamentar o coroamento de fachadas. Foi comum o seu emprego em antigas edificações ecléticas do início deste século, coroando balaustradas de platibandas.



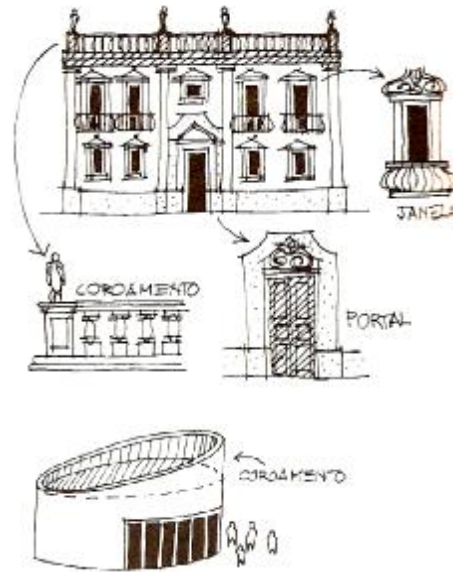
CONSOLO – Elemento em balanço na parede, servindo de apoio a estátuas, vasos, cornijas, peitoris e balcões. Nas antigas construções era muitas vezes bastante ornamentado. Quando serve de apoio a estátuas ou vasos, é também chamado peanha. Quando serve de apoio a balcões, é chamado cachorro.



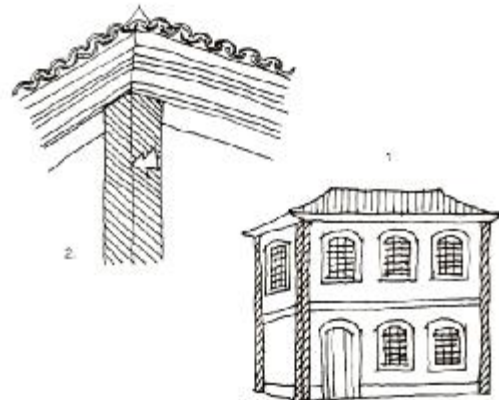
CORNIJA – 1. Na arquitetura clássica, parte superior do entablamento. É composta de cimália ou cimácio, lacrimal e sófite. De acordo com sua ordem clássica, possui diferentes ornatos. A cornija dórica caracteriza-se pela presença de mútulos. A cornija jônica caracteriza-se pela presença de dentículos sob o lacrimal. Em geral, a cornija coríntia possui modilhões. 2. Moldura ou conjunto de molduras salientes que servem de arremate superior a elementos arquitetônicos ou ao edifício. Quando se constitui em arremate do edifício, situa-se no alto ou no meio da fachada e tem como função principal desviar as águas pluviais que descem pelo telhado das paredes externas. Foi muito usada, feita de pedra ou madeira, nos prédios notáveis da arquitetura colonial. Foi também muito empregada em fachadas de prédios ecléticos. Principalmente quando situada no alto de paredes externas ou de portas e janelas, é também chamada cimália.



COROAMENTO – Parte superior do edifício ou de parte da edificação. Pode ser composto por um ou mais elementos construtivos. Em antigas construções de maior porte, era constituído por elementos que tinham também uma função decorativa. Com a introdução do modernismo na arquitetura, contrário às ornamentações, deixou de ser utilizado, ficando às vezes reduzido a uma faixa horizontal. Rematar a parte superior do edifício ou parte deste com um coroaamento é chamado, às vezes, de coroar.



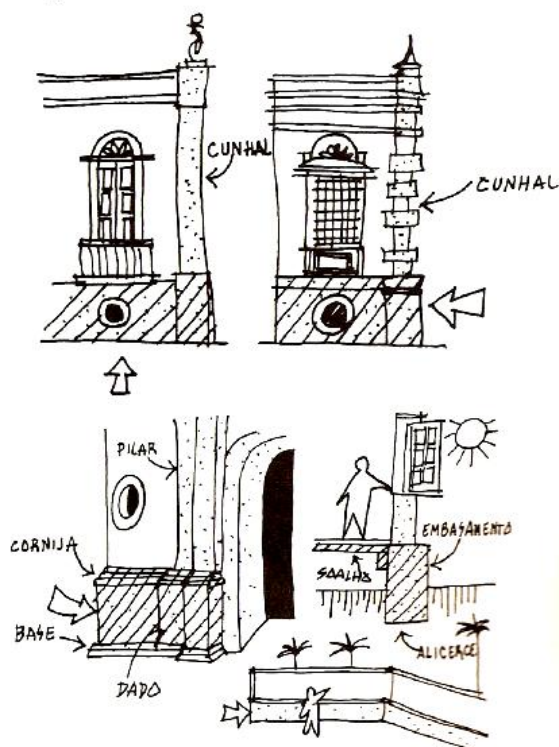
CUNHAL – 1. Faixa vertical saliente nas extremidades de paredes ou muros externos do edifício. Em geral, abrange da base ao coroaamento da construção.
2. Ângulo externo e saliente formado pelo encontro de duas paredes externas convergentes, servindo de proteção à quina do edifício ou de ornamentação da fachada. Muitas vezes, é feito em material diferente do utilizado na alvenaria das paredes. É, às vezes, chamado de quina.



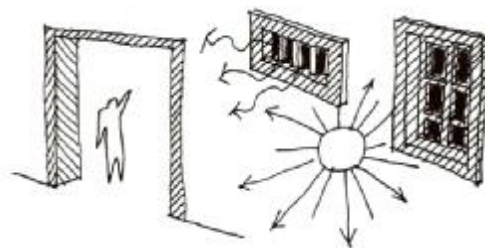
DENTÍCULO – Ornato ou entalhe constituído de elementos em forma de dentes, separados uns dos outros por um vazio cuja distância corresponde usualmente à metade da largura do dente. Foi muito usado na ornamentação de cornijas, particularmente na arquitetura neoclássica. É, também, chamado dentelo. O elemento que possui dentículos é chamado de denticulado, denticular ou denteado.



EMBASAMENTO – Parte inferior da construção, situada ao nível do chão, formando uma base, usualmente para um elemento de vedação. Às vezes, constitui-se em uma base para cunhal, coluna ou pilar. Pode ser liso ou emoldurado. Nesse último caso, às vezes é composto de base, dado e cornija, principalmente quando situado externamente. Em paredes, muros, colunas e pilares, tem como função básica a proteção da parte inferior desses elementos. Por esse motivo, é, muitas vezes, feito de material resistente ou possui revestimento resistente, como a pedra. Em construções antigas, servia ainda para distribuir o peso do edifício em superfície maior. Às vezes, é formado pela elevação de alicerce contínuo acima do nível do chão. Distingue-se do **soco** por ter maior altura. Em construções antigas, correspondia, muitas vezes, à altura do primeiro pavimento, em geral assoalhado. Podia ou não formar um pavimento, usualmente semi-enterrado.



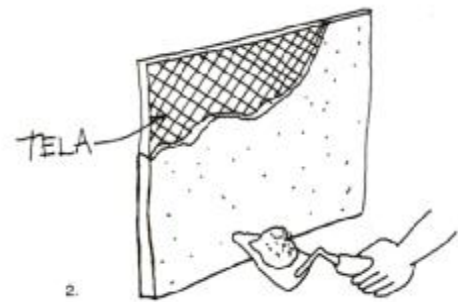
ESQUADRIA – Elemento destinado a guarnecer vãos de passagem, ventilação e iluminação. O termo é mais aplicado quando referido aos vãos de portas, portões e janelas.



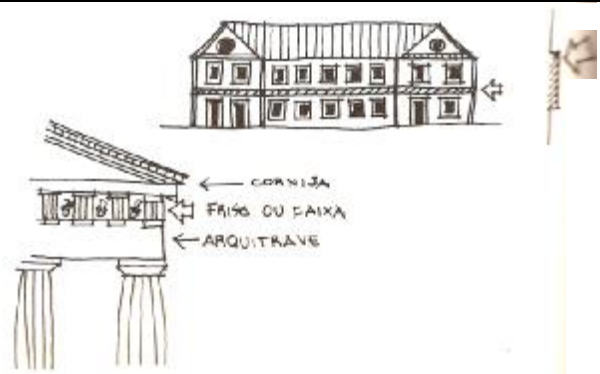
ESTUQUE – 1. Argamassa que depois de seca adquire grande dureza e resistência ao tempo. É usado em revestimento ou ornatos de tetos e paredes e na execução de cornijas. Em geral é feito com gesso ou cal fina e areia, algumas vezes misturado com pó de mármore. Eventualmente outros materiais são utilizados na sua composição, como o cimento branco, a greda e a cola. Pode ser pintado ou ter,



na sua composição, um pigmento colorido. No interior da construção, pode ainda ser polido. Quando usado em ornatos, é feito à mão ou com auxílio de moldes. Na sua composição, o gesso é usado em menor proporção e tem como finalidade apressar o endurecimento da argamassa, evitando trincas ou fendas. O gesso não pode ser utilizado no estuque aplicado externamente. Quando feito com gesso é também chamado reboco de gesso. Revestir ou modelar com estuque é chamado estucar. O ornato feito com estuque é chamado estucado. O artífice que trabalha com estuque é chamado estucador. **2.** Nome dado aos forros ou paredes divisórias feitos com uma armação de tela de arame trançado ou de taliscas de madeira, revestida por argamassa em cuja composição entra o gesso, preenchendo seus interstícios.



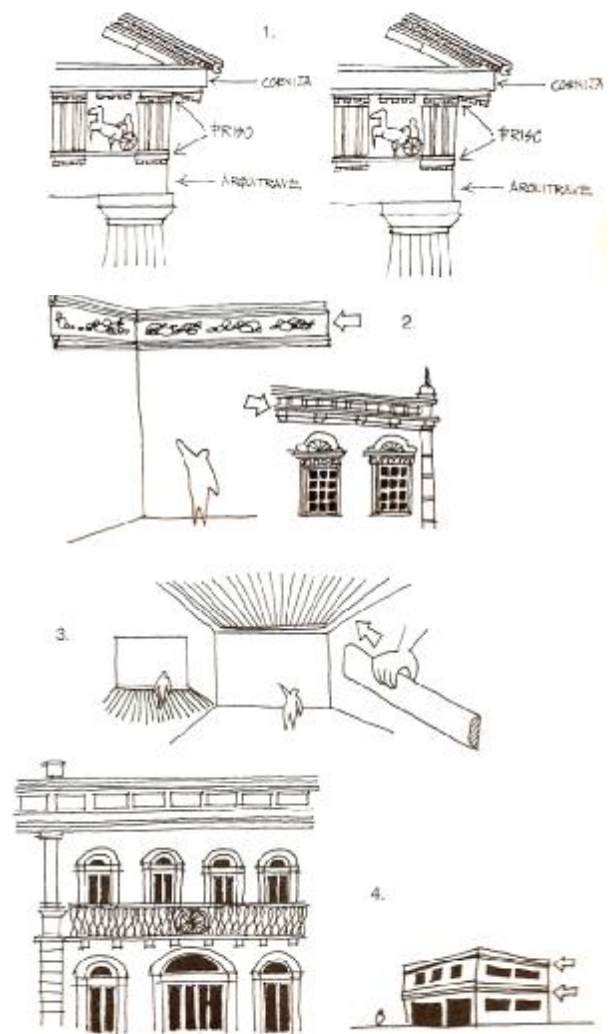
FAIXA – Moldura chata e larga, disposta no sentido horizontal, usada frequentemente nas fachadas dos edifícios, separando os pavimentos. Na arquitetura clássica, situa-se entre a arquitrave e a cornija, sendo, nesse caso, também chamada friso. É, às vezes, chamada banda.



FESTÃO – Ornato em forma de fita pendente, recortada e vazada, podendo ter feitiço de frutos, folhas e flores entrelaçados. Quando tem feitiço de folhas e flores ou frutos entrelaçados, é também chamado **guirlanda**. Quando tem feitiço de folhas e flores entrelaçadas é também chamado grinalda. Nas antigas edificações, usualmente era feito de estuque, madeira ou pintura a cola e a têmpera.



FRISO – 1. Na arquitetura clássica, parte do entablamento entre a arquitrave e a cornija. Pode ser liso ou receber ornatos. Em construções antigas, está presente principalmente nos prédios influenciados pelo estilo neoclássico. 2. Faixa não muito larga, disposta no sentido horizontal, usada principalmente na parte superior de paredes externas e internas. Possui, muitas vezes, pinturas, ornamentos esculpidos ou inscrições. 3. Tábua estreita e aparelhada, cujas beiradas têm forma semicircular, usada em forros ou pisos. 4. Faixa estreita e contínua que contorna qualquer elemento da construção, realçando-o. Pode ser acompanhada de pequenos ornatos.



FRONTÃO – Elemento de coroamento da fachada em forma triangular, aproximadamente triangular ou em arco de círculo, situado na parte superior do edifício ou de parte da edificação ou sobre portais, portadas ou portões. Originariamente tinha como função arrematar externamente os telhados de duas águas, decorrendo daí sua forma triangular. Através do tempo, tornou-se um elemento essencialmente decorativo, sua forma original triangular sofreu alterações e sua localização na fachada tornou-se arbitrária. É composto por cimalha, a base horizontal, empenas, os lados inclinados, e tímpano, a superfície central limitada pelas outras duas partes.



FRONTÃO ONDULADO – Frontão cujo contorno é formado por linhas curvas. É também chamado frontão curvo ou frontão curvilíneo.



GATEIRA – Abertura em geral gradeada, disposta no embasamento do edifício para ventilação de porões.



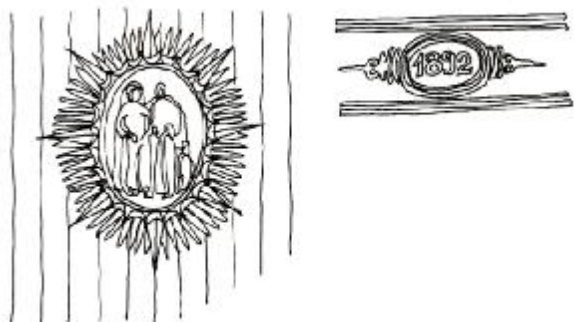
GRINALDA – Ornato composto de flores e folhas entrelaçadas, dispostas no feitiço de uma fita pendente. É utilizada, por exemplo, na ornamentação de tetos ou paredes, feita de **estuque**, pintada a cola ou a têmpera ou entalhada na madeira. É também chamada **festão** ou guirlanda.



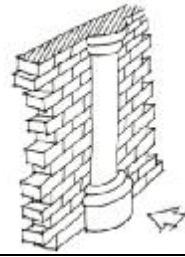
MASCARÃO – Ornato de pedra, cimento ou gesso em forma de cara ou máscara. Às vezes é também chamado máscara.



MEDALHÃO – Ornato oval ou circular, dotado de cercadura que circunda figuras representativas, monogramas ou datas. Em geral, é feito em baixo-relevo ou alto-relevo. Externamente, situa-se frequentemente no coroamento das fachadas e, internamente, nos tetos.



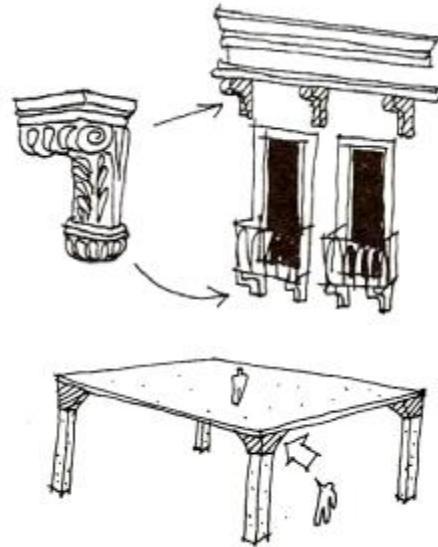
MEIA-COLUNA – Metade longitudinal de uma coluna encostada a uma parede, apresentando efeito decorativo semelhante ao da pilastra.



MONOGRAMA – Ornato formado pelo entrelaçamento das letras iniciais ou principais letras do nome de pessoa ou entidade. Em geral, situava-se no alto da fachada principal do edifício.



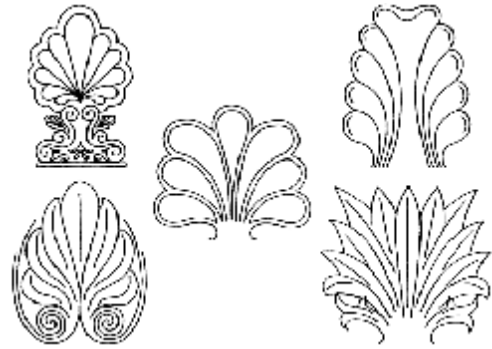
MÍSULA – Saliência na superfície vertical de um elemento da construção, usualmente mais pronunciada na sua parte superior. Serve de apoio a algum elemento construtivo ou decorativo. Nas antigas construções, em geral, era ornamentada e utilizada na fachada externa. Atualmente, é frequentemente empregada na união da parte superior do pilar à laje. Nas estruturas de concreto armado, permite reduzir a armadura nas lajes. Quando apoia um balcão e possui maiores dimensões, é mais frequentemente chamada **consolo** ou **cachorro**. Quando sua parte inferior é mais pronunciada, chama-se **mísula reversa** ou **mísula invertida**.



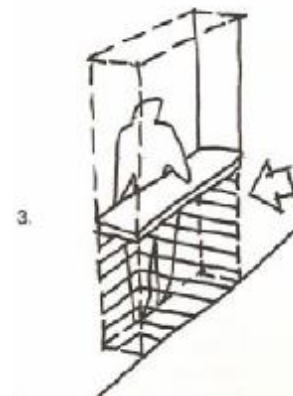
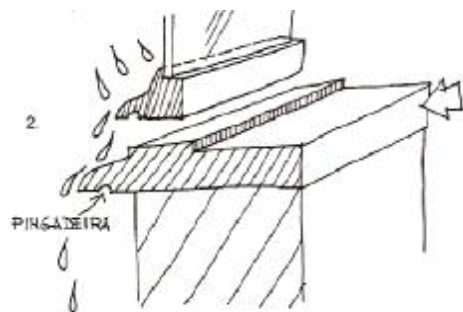
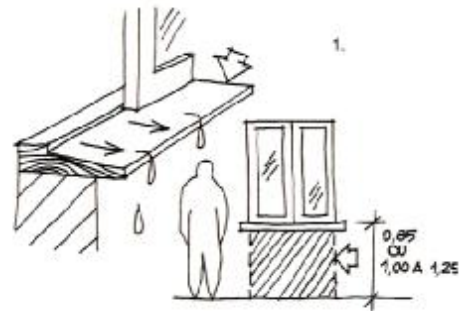
ÓCULO – Abertura ou pequena janela, geralmente na forma circular, oval ou arredondada, disposta nas paredes externas ou em frontões para ventilar e, às vezes, iluminar principalmente os desvãos dos telhados. Muitas vezes, tem, também, uma função decorativa. Foi comum o uso de óculos inspirados nas vigias de navios em edifícios influenciados pelo estilo art-déco e nos frontões de muitas igrejas antigas. O pequeno óculo circular é também chamado **olho-de-boi**. O óculo de forma ovalada é também chamado **olhal**.



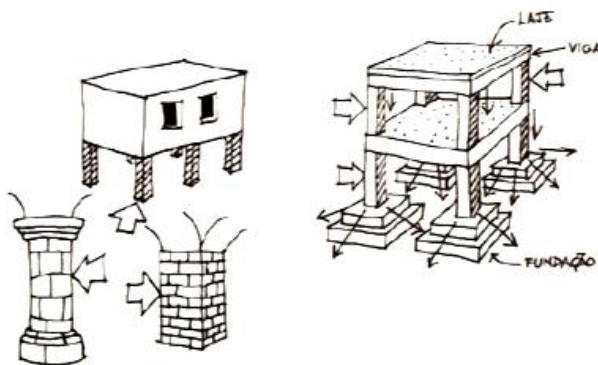
PALMETA – Ornato semelhante a folha de palmeira estilizada disposta em leque. Também chamada de palma.



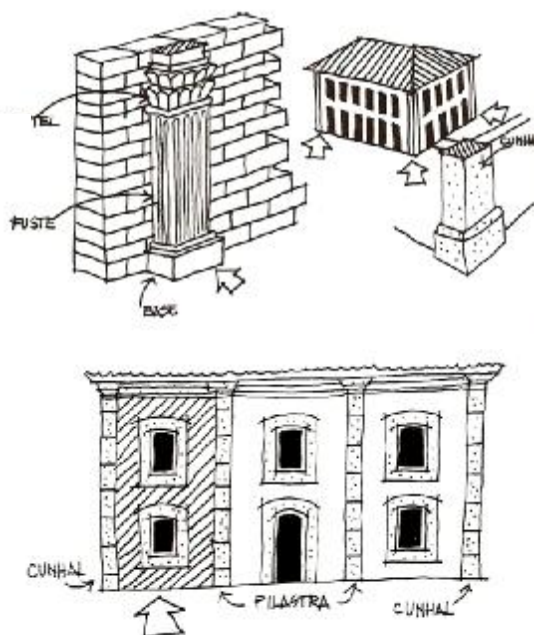
PEITORIL – **1.** Superfície inferior dos vãos de janelas, disposta no sentido horizontal, algumas vezes provida de ligeira inclinação para o exterior, facilitando o escoamento de águas pluviais. Sua altura é variável. Em geral, possui cerca de 85 cm em salas e quartos e entre 1 m e 1,25 m em cozinhas e locais de trabalho. **2.** Peça, usualmente de madeira ou pedra, disposta sobre o peitoril da janela, destinada a dar melhor acabamento na construção, proteger o peitoril do vão e auxiliar no escoamento de águas pluviais para fora do prédio. Pode ser menor, maior ou igual à espessura da parede. Muitas vezes, apresenta uma pequena saliência voltada para o exterior. É comum apresentar uma pingadeira na sua face inferior saliente, evitando o escoamento de águas pluviais pela parede. **3.** Por extensão, parede entre o piso e o peitoril do vão de janela. Quando a parede que contém o vão da janela tem a espessura de 30 cm ou mais, usualmente possui menor espessura, criando maior comodidade para quem se debruça na janela. É também chamado parede de peitoril ou parapeito. **4.** O mesmo que guarda-corpo.



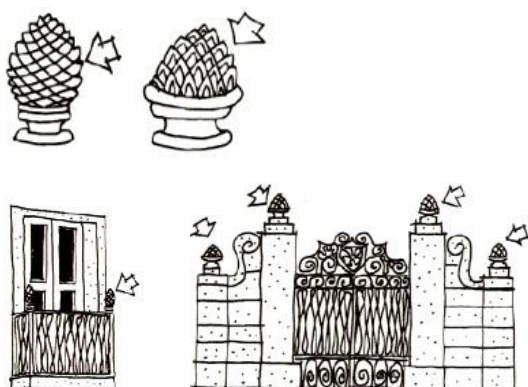
PILAR – Elemento estrutural vertical que serve de sustentação às construções. Em geral, o termo é aplicado quando referido ao elemento de seção poligonal, usualmente retangular ou quadrado, sendo chamado **coluna** o pilar de seção cilíndrica. Nas construções de concreto armado, forma, juntamente com as vigas e as lajes, a estrutura do edifício. Recebe as cargas de vigas e lajes e as transmite às fundações. Seu dimensionamento é feito pelo calculista em função da carga que suportará e do número de pilares distribuídos no prédio. O pequeno pilar é chamado **pilarete**.



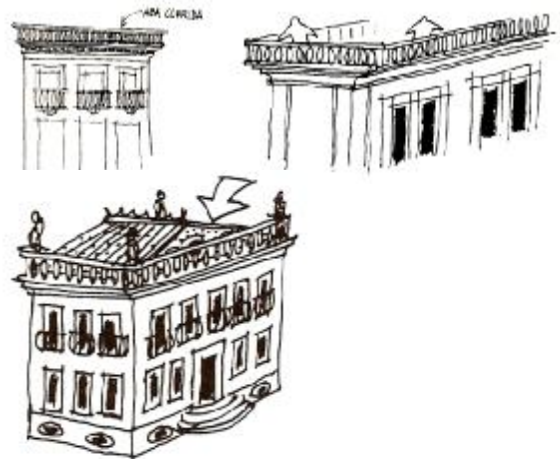
PILASTRA – Elemento decorativo, com a forma de um pilar, freqüentemente de seção retangular ou quadrada, semi-embutido no paramento da parede. Em geral, é utilizado nas fachadas, dividindo-as em panos verticais. Em construções antigas, é usualmente dividida em base, fuste e capitel, muitas vezes acompanhando uma ordem arquitetônica, principalmente em prédios neoclássicos. Quando está situada na quina do edifício, é chamada **cunhal**.



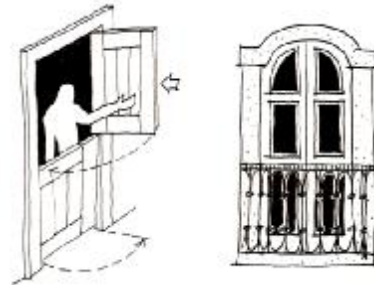
PINHA – Ornato imitando o fruto do pinheiro. Foi muito usada na ornamentação externa de antigas edificações, nos arremates superiores dos pilares de balcões e portões ou nos cantos dos telhados. Comumente era feita de porcelana ou vidro colorido. É também chamada pinhão.



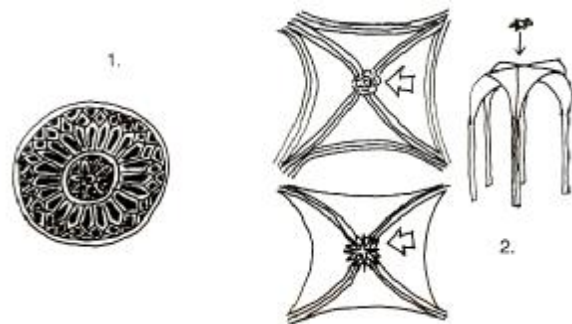
PLATIBANDA – Elemento vazado ou cheio disposto no alto de fachadas, coroando a parede externa do prédio, formando uma espécie de mureta que esconde as águas dos telhados e eventualmente serve de proteção em terraços. Em geral, é utilizada para dar acabamento decorativo à fachada da construção.



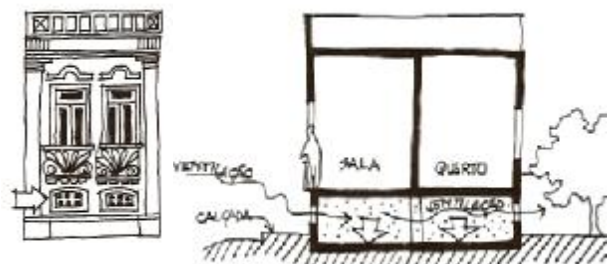
PORTA-JANELA – Porta que tanto serve de passagem como possibilita ventilar e iluminar um compartimento, portanto assumindo também as funções de janela. É usada em balcões, alpendres e terraços. Em geral, constitui-se em uma porta de abrir com duas folhas ou em uma porta de correr.



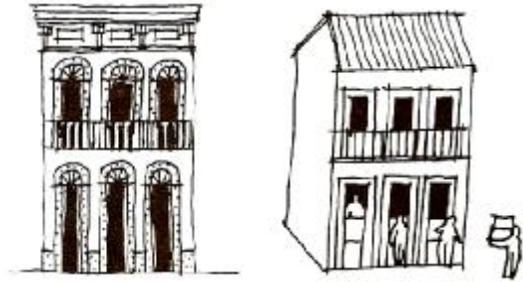
ROSÁCEA – 1. Abertura circular envidraçada, dividida em muitas partições, formando desenhos. Foi usada, sobretudo, em igrejas. Sua vidraça era, muitas vezes, constituída por vitrais 2. Ornato circular com forma aproximada de uma rosa ou de uma estrela com muitos raios, usado geralmente em centro de tetos ou intradorso das abóbadas. Quando possui forma que lembra a da rosa, é também chamada roseta.



SETEIRA – 1. Pequena abertura feita em paredes. Foi muito usada nas casas de porão alto para ventilar o espaço situado entre o solo e o primeiro piso da construção. Cria uma circulação de ar abaixo do primeiro pavimento, evitando a umidade no seu interior. Também chamada de **óculo** ou **gateira**.



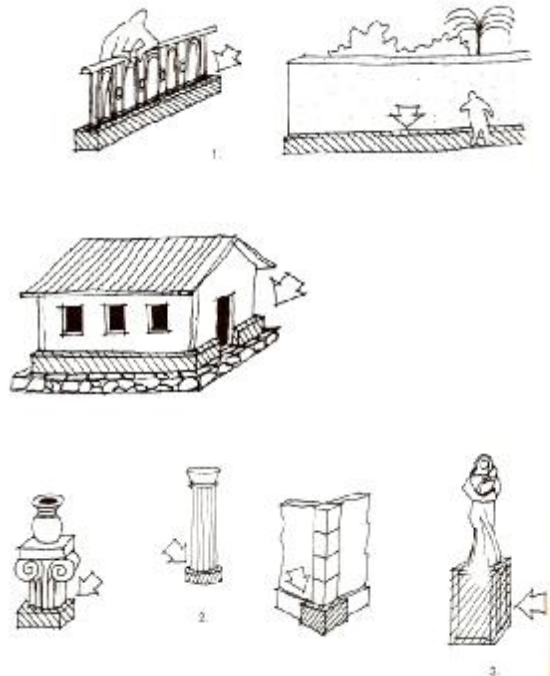
SOBRADO – Andar de um edifício, acima do térreo. Casa de dois andares. O prédio com sobrado é chamado de sobradado ou assobradado. Nas antigas construções, o pavimento térreo de um sobrado, que possuía abertura direta para rua, muitas vezes, era destinado a atividades comerciais, principalmente exposição e venda de mercadorias.



SOBREVERGA – Moldura colocada nas fachadas sobre as vergas de janelas e portas, realçando-as e protegendo-as das águas da chuva. Muitas vezes, possuía ornatos em estuque.



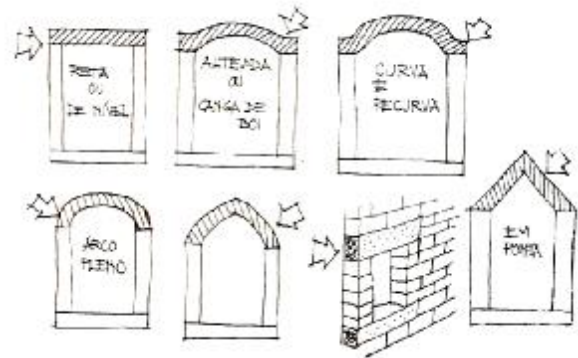
SOCO – **1.** Ressalto contínuo de pequena altura e pouca espessura situado na parte inferior de parede, muro ou guarda-corpo. Em geral, é feito externamente. Tem como função dar melhor acabamento ao elemento do qual faz parte. Pode constituir-se na parte superior de alicerces sobre a qual são assentadas as paredes do edifício. Usualmente é feito de alvenaria de tijolo ou concreto. É também chamado plinto. Quando possui maior altura, é chamado embasamento. **2.** Base lisa retangular de pouca altura e espessura na parte inferior de pilares, cunhais, pilastras e pedestais. Quando quadrangular, é também chamado plinto, principalmente em coluna ou pedestal. **3.** Base quadrangular lisa que serve de suporte a uma estátua. É também chamado plinto e pedestal.



TRIFÓLIO – Ornato em forma de trevo, constituído pela combinação de três círculos que se cortam, cujos centros estão nos vértices de um mesmo triângulo equilátero.



VERGA – Peça disposta horizontalmente sobre o vão de portas ou janelas sustentando a alvenaria. Dependendo da forma do vão, pode ser reta ou curva. Atualmente, em geral, é feita em concreto armado e fica embutida nas alvenarias. Em antigas edificações, era frequentemente feita em pedra ou madeira. Ficava aparente nas alvenarias. Sua forma modificou-se através do tempo. Até meados do século XVIII, a maioria das edificações possuía verga reta. Aos poucos, foi se tornando encurvada. De início, assumiu a forma de canga de boi. Em seguida, tornou-se ondulada e, mais tarde, em arco abatido. Em meados do século XIX, era comum a verga em arco pleno. No final do século XIX, tornou-se ogival, em ponta e alteada, de acordo com o estilo da construção.



VOLUTA – Ornato de forma espiralada. Frequentemente é encontrada em capitéis de coluna ou no coroamento de frontões. É a característica principal do capitel da coluna jônica. Na arquitetura clássica, o pequeno disco onde tem início a voluta é chamado olho da voluta e a sua espiral é também chamada enrolamento.



APÊNDICES

APÊNDICE A - Sobre Olympio Lozza

Neste trabalho, é merecedora de destaque uma importante personalidade do Período Eclético de Santa Maria - o construtor Olympio Lozza. Várias obras, na cidade, passaram por seus cuidados, entre elas o Clube Caixeiral Santamariense, o sobrado Borges de Medeiros, a residência do seu irmão Antonio Lozza, o palacete Fortunato Loureiro.

Filho de italianos, Olympio Lozza nasceu em Santa Maria no ano de 1881. Fez seus estudos primários na própria cidade, e teve, como mestre, o seu próprio pai, o Sr. Benevenuto Lozza, um construtor. Iniciou sua vida profissional em 1910. Homem virtuoso, sem curso de arquitetura nem formação superior, sem estudo especializado, sem embasamento dos ensinamentos científicos, foi responsável, de maneira notável, por contribuir e melhorar o cenário da arquitetura santa-mariense. Fato que torna ainda mais valoroso o seu trabalho. Cumpriu, primorosamente, seu ofício de bem construir, com segurança, competência e beleza. Homem de notório fazer, de capacidade realizadora, cunhou, nas paredes das construções, o espírito de uma época.²⁸

Olympio faleceu em 1958, mas parte do seu legado perdura. Apesar de transcorridas algumas décadas, ainda é possível ver, caminhando pelas ruas de Santa Maria, algumas de suas obras, ocultadas, mascaradas pela conturbada paisagem urbana. O ecletismo santa-mariense confunde-se com a vida de Olympio Lozza.



Foto de Olympio Lozza
Fonte – Album ilustrado comemorativo do 1º Centenário da emancipação política do município de Santa Maria, 1958, p. 175

²⁸ Álbum ilustrado comemorativo do 1º centenário da emancipação política do município de Santa Maria, 1958, p. 175

APÊNDICE B – Residências ecléticas fora da área central de Santa Maria/RS



Imóvel na Rua Venâncio Aires, nº 594
Fonte: PMSM/SEPLAN, 2004



Imóvel na Rua Cel. Niderauer, nº 748
Fonte: PMSM/SEPLAN, 2004



Imóvel na Rua Venâncio Aires, nº 271
Fonte: PMSM/SEPLAN, 2003



Imóvel na Av. Visconde F. Pinto, nº 922
Fonte: PMSM/SEPLAN, 2004



Imóvel na Rua Dr. Bozano, nº 574
Fonte: PMSM/SEPLAN, 2003

APÊNDICE C – Bens ecléticos de uso institucional de Santa Maria/RS



Ex-prédio da SUCV

Fonte: Arquivo do autor, 2007



Clube Caixeiral Santamariense

Fonte: Arquivo do autor, 2012



Ex-prédio do Banco Nacional do Comércio

Fonte: Arquivo do autor, 2007



Ex-prédio da Escola Hugo Taylor

Fonte: Arquivo do autor, 2012



Ex-prédio da Sociedade Italiana

Fonte: Arquivo do autor, 2011



Ex-prédio do Hotel Glória

Fonte: Arquivo do autor, 2011